



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ADALBERTO FERDANDO INOCÊNCIO

**DERIVAS DA ECOGOVERNAMENTALIDADE: A
CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS EXISTENCIAIS POR
MEIO DAS TECNOLOGIAS DE SI**

Londrina
2019

ADALBERTO FERDANDO INOCÊNCIO

**DERIVAS DA ECOGOVERNAMENTALIDADE: A
CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS EXISTENCIAIS POR
MEIO DAS TECNOLOGIAS DE SI**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de doutor.

Orientador: Prof. Dr. Moisés Alves de Oliveira

LONDRINA
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Inocêncio, Adalberto Ferdnando.

Derivas da ecogovernamentalidade : a construção de territórios existenciais por meio das tecnologias de si / Adalberto Ferdnando Inocêncio. - Londrina, 2019.
153 f.

Orientador: Moisés Alves de Oliveira.

Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática, 2019.

Inclui bibliografia.

1. ecogovernamentalidade - Tese. 2. territórios existenciais - Tese. 3. tecnologias de si - Tese. I. Alves de Oliveira, Moisés. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática. III. Título.

ADALBERTO FERDNANDO INOCÊNCIO

**DERIVAS DA ECOGOVERNAMENTALIDADE: A
CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS EXISTENCIAIS POR
MEIO DAS TECNOLOGIAS DE SI**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de doutor.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Moisés Alves de Oliveira
Universidade Estadual de Londrina

Prof^a. Dr^a. Fabiana Aparecida de Carvalho
Universidade Estadual de Maringá

Prof^a. Dr^a. Roberta Stubs Parpinelli
Universidade Estadual de Maringá

Prof^a. Dr^a. Bruna Jamila de Castro
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Samilo Takara
Universidade Federal de Rondônia

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aqueles que chegaram sem pedir nada em troca. Desses, se foram aqueles “formados em desencontros”; ficaram aqueles que “não gostam de palavra acostumada” e preferem “transver o mundo¹”.

Agradeço à banca que compôs a comissão científica de meu trabalho pelo cuidado com que leram e traçaram indicações que, na minha leitura, são vias que não se esgotam nessas páginas a seguir. Em especial, ao professor Rodrigo Barchi, que não pôde participar do momento de defesa, mas contribuiu desde a fase de qualificação, abrindo caminhos múltiplos.

Agradeço ao Grupo de Estudos Culturais da Ciência e Educação (GECCE/UEL) que, nas manhãs de quarta feira, buscou questionar as relações de poder imanentes aos estratagemas das grandes áreas de ensino de ciências e educação.

Ao meu orientador, Moisés Alves de Oliveira, por instigar em seus orientandos um uso não fascista da pesquisa, se por essa terminologia se entende toda pesquisa realizada sustentando unicamente a vontade de uma titulação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências da Universidade Estadual de Londrina (UEL) que, tanto ele quanto à universidade propriamente dita, permitiram um traçado de “pesquisador que se faz ao pesquisar”.

A cada autor que compôs a fundamentação e argumentação desse trabalho, os quais optaram pela via da desconfiança em detrimento de assertivas “verdadeiras” e legitimadas como respostas a dadas aos problemas de nosso tempo. Como eles, opto por pensar que “todo é perigoso”.

A Capes e ao CNPQ pela concessão de bolsa de estudos durante a maior parte do desenvolvimento desta pesquisa.

¹ Essas expressões são do poeta Manoel de Barros (2016).

"[...] prendo-me aos mecanismos do exercício efetivo do poder; e o faço porque aqueles que estão inseridos nessas relações de poder, que nelas estão implicados podem, em suas ações, em sua resistência e rebeldia, escapar delas, transformá-las, não serem submissos. E se não digo o que é preciso fazer, não é porque acho que não há nada a fazer. Bem ao contrário, penso que há mil coisas a fazer, a inventar, a forjar por aqueles que, reconhecendo as relações de poder em que estão implicados, decidiram resistir a elas e delas escapar. Desse ponto de vista, toda a minha pesquisa repousa em um postulado de otimismo absoluto. Não efetuo as minhas análises para dizer: eis como as coisas são, vocês foram pegos. Só digo essas coisas na medida em que considero que isso permite transformá-las. Tudo o que faço, eu o faço para que isso sirva" (FOUCAULT, 2010d, p. 344).

INOCÊNCIO, Adalberto Ferdnando. **Derivas da ecogovernamentalidade: a construção de territórios existenciais por meio das tecnologias de si.** 2019. 153 p. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

RESUMO

A presente pesquisa buscou investigar de que maneiras a intensiva proliferação discursiva da crise ambiental emergida nas últimas décadas, se relaciona com a construção das subjetividades no tempo presente. Nesta pesquisa, entende-se por subjetividades um atravessamento entre as técnicas de dominação e objetivação do poder e o que Foucault denominou por tecnologias de si. A hipótese dessa investigação foi a de que por meio das tecnologias de si é possível que certas subjetividades construam processos de recusa das formas de vida já previamente pensadas pelas táticas de poder da ecogovernamentalidade. Nesse sentido, adotou-se a cartografia como pistas de um método que não responde por um início, meio e fim, mas por processos. Concebendo a internet como tecnologia de época, buscaram-se em suas materialidades discursivas elementos que pudessem ser entendidos como estéticas da existência no que diz respeito às relações que empreendemos com o meio ambiente no tempo presente. Durante o movimento cartográfico, o objetivo central assumido nesta investigação foi o de colocar em evidência quais tecnologias/técnicas estão em jogo na experimentação dessas liberdades, bem como, os modos possíveis de se verificar tensionamentos individuais ou coletivos diante das racionalidades de governo ou tecnologias de poder que se encontram em vigor. Foram encontradas duas tecnologias de si identificadas como movimentos de criação: a escrita de si e as máquinas estéticas. A primeira expressa nos escritos jornalísticos de Rodrigo Barchi e Eliane Brum; a segunda expressa nas instalações artísticas de Roberta Carvalho e Eduardo Srur. Caracterizadas pela proximidade com a micropolítica e microfísica dos poderes, apostam-se nessas materialidades como territórios existenciais, isto é, narrativas não assimilacionistas que escapam de ecologias policiais e normativas incitadas pela ecogovernamentalidade.

Palavras-chave: Ecogovernamentalidade. Territórios existenciais. Tecnologias de si.

INOCÊNCIO, Adalberto Ferdnando. **Ecogovernmentality drifting: the construction of existential territories through the technologies of self**. 2019. 153 p. Thesis (Doctorate in Science Teaching and Mathematics Education) – Londrina State University, Londrina.

ABSTRACT

This research aimed to investigate how the intensive discursive proliferation of the environmental crises emerged during the last decades is related to the construction of present-day subjectivities. Subjectivity is understood here by the correlation between the domination techniques and the objectivation of power and what Foucault called technologies of the self. This investigation hypothesis was that through technologies of self it is possible for certain subjectivities to build procedures of the life forms refusal previously thought by the ecogovernmentality power tactics. In this direction, the techniques of cartography were adopted as clues of a method that does not correspond with a beginning, a middle and an end, but with processes. By conceiving the internet as a technology of the era, elements were pursued through its discursive materiality that could be understood as aesthetics of existence concerning to relationships that we undertake with the environment in the present days. Along the cartographic procedures, the main aim of the investigation was to highlight which technologies/techniques are in place through the experimenting of these kind of sovereignties, as well as the possible ways of perceive individual or collective tensions before governmental rationalities or power technologies in force. It was found two technologies of self identified as the effort of creation: the writing of the self and aesthetic machines. The first expressed in the Rodrigo Barchi and Eliane Brum's journalistic writings; the ladder expressed in the installation art of Roberta Carvalho and Eduardo Srur. Because they are considered to be close to powers' micropolicies and microphysics, we rely on these materialities as existential territories, that is, not assimilation narratives that escape from repressive ecologies and regulations driven by the ecogovernmentality.

Key-words: Ecogovernmentality. Existential territories. Technologies of self.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Fotografias geoespaciais históricas retiradas durante o programa Apollo..... 80
- Matriz 1** – A ecogovernamentalidade e a ecopolítica enredadas em uma trama de saberes-poderes..... 86
- Figura 2** – Fotografias de projeções de rostos de membros da população ribeirinha, parte integrante do projeto *Symbiosis*, da artista visual paraense Roberta Carvalho..... 122
- Figura 3** – Fotografias de instalações referentes ao projeto *PETS*, do artista plástico paulistano Eduardo Srur..... 129
- Figura 4** – Fotografias de instalações referentes à obra *Caiques*, do artista plástico paulistano Eduardo Srur..... 130

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANA	Agência Nacional de Águas
COEA	Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC
DBO	Demanda Bioquímica de Oxigênio
DEA	Diretoria de Educação Ambiental
DEDS	Década Internacional da Educação para o Desenvolvimento Sustentável
EA	Educação Ambiental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FNMA	Fundo Nacional de Meio Ambiente
GEE	Gases de Efeito Estufa
Ibama	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IPCC	Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas
MMA	Ministério do Meio Ambiente
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PET	politereftalato de etila
PL	Projeto de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ProNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
Renca	Reserva Nacional de Cobre e Associados
Rio 92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
Rio +20	Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Natural
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
TI	Terras Indígenas
UC	Unidade de Conservação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. A CRISE AMBIENTAL COMO VERDADE: A MODO DE INTRODUÇÃO.....	12
2. TÉCNICAS, TECNOLOGIAS E A SUBJETIVAÇÃO EM MULTIPLICIDADE.	33
3. PARTIDA: A GOVERNAMENTALIDADE.....	46
4. VARIAÇÕES: A ECOGOVERNAMENTALIDADE.....	52
4.1 Meio ambiente na guinada ecopolítica.....	59
4.2 Os dispositivos diplomático-militares de uma Agenda nacional.....	63
4.3 Do Estado ao mercado: a emergência de uma segurança planetária.....	71
4.4 No domínio das naves e das sondas: as tecnologias espaciais e a construção do corpo-planeta.....	75
5. CONSTRUÇÃO DO CORPUS, FORMAÇÃO DE MUNDOS: A CARTOGRAFIA COMO <i>HÓDOS-METÁ</i>	87
6. DERIVAS DA ECOGOVERNAMENTALIDADE: os vaga-lumes cartografados	98
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS [HÁ BRASIL POR VIR?]......	141
REFERÊNCIAS.....	145

1. A CRISE AMBIENTAL COMO VERDADE: A MODO DE INTRODUÇÃO

Instrumentalizado pelo olhar teórico proveniente do pós-estruturalismo e embalado pelas investigações foucaultianas e alguns de seus interlocutores possíveis – como Gilles Deleuze, Félix Guattari, Suely Rolnik, Giorgio Aganbem, Peter Pal Pélbart, etc. – procuro investigar nesta pesquisa de que maneiras a intensiva proliferação discursiva de uma crise ambiental emergida nas últimas décadas, se relaciona com a construção das subjetividades no tempo presente.

Entendo que o cenário contemporâneo configura-se em uma heterogeneidade de comportamentos e formas de reger a vida orientadas pelo sentido de como essa crise é expressada. E, se há desconfianças quanto a algumas práticas que atravessam o que fazemos de nossas vidas em uma produção subjetiva, aposto que as teorizações de Michel Foucault tem muito a contribuir na analítica do presente².

De posse dessas orientações, admito que a cultura assume o papel de “prática de significação”, para a qual a linguagem, as práticas de representação e os discursos “podem ser entendidos como formas de produção de significados” (GUIMARÃES et al., 2011, p. 15). Disso decorre um não esgotamento na produção de sentidos. Estes são sempre múltiplos e atualizáveis quando levamos em conta o que lemos, ouvimos e interpretamos a noção de crise ambiental. Situamo-nos em esquemas em que tanto reverberamos seus ditos eleitos, quanto, a partir daí, criamos novos sentidos, mantendo nos dias e nas trocas a imanência de sua enunciação.

Nesta perspectiva, interessa-me menos movimentar uma definição conceitual e formal de crise ambiental nesse estudo, pois, este conceito se forjou (mas não se esgotou) primeiramente no calor das convenções científicas

² Refiro-me aqui ao ensaio imprescindível de Alfredo da Veiga-Neto e Tatiana Rech (2014), *Esquecer Foucault?* em que os dois elaboram pistas ao que seriam considerados usos “impertinentes” do pensamento do filósofo nas pesquisas em educação (mas que também tensionam o pensamento em outras áreas do saber). Ponderam esses autores, que o filósofo não é “pau pra toda obra”, nem um “vale-tudo”, devendo a problemática investigativa “convidar” ao uso de suas teorizações e não o contrário.

caracterizando uma das facetas do que o filósofo francês chamaria de uma economia política da verdade (FOUCAULT, 2015d).

Nesse sentido, sinalizo que nossas sociedades não simplesmente adotaram, mas institucionalizaram e puseram em circulação essa prática discursiva quanto a tornaram uma modalidade possível de rarefação (FOUCAULT, 2012), uma vez que sempre existiram aqueles escolhidos para anunciá-lo como verdadeiro: os especialistas. No decorrer das décadas subsequentes e no amplo acesso caracterizado pelos meios de comunicação, o discurso da crise não se restringe mais aos especialistas, mas, em grande proporção, na vida da população.

No recorte estabelecido para minha pesquisa não abandono a relação saber-poder, mas entendo que, no final de sua vida, Foucault preocupou-se em enredá-la em relação à problemática do governo das vidas, orientando sua atenção para as verdades estabelecidas em um campo de saber: “Não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade” (FOUCAULT, 2010, b p. 22).

Interessam-me, então, as construções temporalmente estabelecidas e veiculadas por meio da linguagem compreendidas na sua relação com setores oficiais da sociedade que almejam que o discurso da crise ambiental não apenas exista, mas, também produza sentidos e sensações para o mundo. Deleuze e Guattari (2011) já anunciaram o caráter performativo da linguagem, isto é, a propriedade de uma enunciação como orientadora de práticas. Neste limiar, preocupo-me com seus efeitos gerados pela enunciação da crise ambiental sobre (e entre) a população³. Esta enunciação, numa gestão de cálculo empreendido pela biopolítica, passa a ser entendida como público que pode ser contabilizado em seu conjunto de opiniões, hábitos e maneiras de ser,

³ Atendendo à noção biopolítica, mantenho o termo população para me referir ao conjunto populacional entendido em sentido biológico, ao corpo coletivo atravessado pelo poder. Quando me detiver, adiante, à produção dos corpos individuais dos quais comporão a analítica deste trabalho, utilizarei o termo sujeito, explicando o porquê na diferença de tais designações.

esperadas pelos investimentos do neoliberalismo econômico e por suas formas capilares no tempo presente, no qual as formas de vida podem ser aferidas por algoritmos produzidos pela própria população.

Argumento, neste estudo, que a terminologia crise ambiental arraigou-se como uma “erva daninha⁴” no imaginário social, passando a disparar condutas e crenças das quais se acreditou serem capazes de garantir sentido à nossa experiência e existência no tempo presente. Não entendo que a problemática resida no fato de *que* se fale sobre ela, mas no conjunto de incitações do *que* se fala, do *como* se fala e, fundamentalmente, do que se *faz* dela.

Tratam-se de discursos eleitos, que mais se assemelham a um “código de barras” captado por nossos olhos e ouvidos, dada sua naturalização nos aparatos de comunicação. Estes parecem ter se tornado modelos blindados de “metralhadoras panfletárias” das questões ambientais. O que parece estar em jogo é uma busca ansiosa de diversos setores por palavras de ordem⁵ como se apenas por meio delas, fosse possível o entendimento do que é esta crise e, quase automaticamente, do necessário clamor pela adoção de formas de vida fabricadas e inclinadas à sua mitigação.

Neste cenário incansavelmente poluído por ditos que perscrutam nossas vidas e nos orientam a soluções provenientes de certas instituições, trago para este embate a afirmação de Larrosa e Skliar (2011, p. 9) de que: “Aprendemos já a desconfiar de todos esses discursos sobre a crise nos quais tudo está em crise exceto o discurso seguro e assegurado que a nomeia, a diagnostica e antecipa sua solução”.

⁴ Refiro-me à expressão de Gregory Bateson, utilizada por Félix Guattari (1990, p. 7) – “Existe uma ecologia das ideias danosas, assim como existe uma ecologia das ervas daninhas” – para designar o caráter controlador dos discursos ecológicos que, antes de qualquer libertação, levam a uma progressiva deterioração em nosso tempo, caracterizado por uma vida que vive apenas em superfície.

⁵ Ainda no texto *Os postulados da linguística*, Deleuze e Guattari (2011) apresentam que os atos ilocutórios são descritos como ensejando a realidade por eles enunciada. Os autores se referem a esse fenômeno de linguagem como “palavras de ordem”, uma vez que conferem ao enunciado uma força de obrigação que aprisiona a realidade em um sentido dado. Assim como existem as “palavras de ordem” (aqui considerando as da ecogovernamentalidade), há as “palavras de fuga”, que se definem pelos movimentos de variação da própria linguagem que rompem com os ciclos de obrigação instaurados pelas “palavras de ordem”. São essas rupturas que permitirão a possibilidade de surgimento de outros mundos.

Essa noção de crise reverberada no imaginário social tem servido como substrato para alimentar um sintoma desse mundo incerto e sem aparente projeto de sociedade. Orienta-se por um governo moral de condutas ditadas por instâncias e por relações de múltiplas forças incumbidas nesta função. Nos emblemas e metas que decorrem a partir do reconhecimento da crise ambiental, argumentarei que tais palavras de ordem constituem-se, antes de tudo, a um governo de condutas.

Como afirma Soffiatti (2011) não se trata, então, de *qualquer* crise, mas da crise nascida como fístula na economia capitalista baseada na tecnologia de combustíveis fósseis; da noção pela qual um arsenal empírico tem mapeado e difundido seus sintomas que se fazem cada vez mais conhecidos e abrangentes, parecendo tornar indiscutível sua existência.

Não é preocupação minha mapear todas as pilastras que sustentam o discurso da crise ambiental em sua redoma aparentemente rija e inabalável. Visibilizo, aqui, um dos estudos que se popularizaram devido ao seu alto impacto de publicação em uma revista bastante conceituada.

Trata-se de uma pesquisa coordenada por Johan Rockström publicada em 2009, em um número especial da revista *Nature* citada na obra de Viveiros de Castro e Danowski (2017). Nesta edição, diversos cientistas do *Stockholm Resilience Centre* identificaram nove processos biofísicos do Sistema Terra – mudanças climáticas, acidificação dos oceanos, depleção do ozônio estratosférico, uso de água doce, perda da biodiversidade, interferência nos ciclos globais de nitrogênio e fósforo, mudança no uso do solo, poluição química, taxa de aerossóis atmosféricos – procurando estabelecer limites para esses processos, os quais, se ultrapassados, acarretariam alterações ambientais insuportáveis para diversas espécies.

De acordo com os mesmos autores, podemos já ter saído do que consideram a zona de segurança de três desses processos – a taxa da biodiversidade, a interferência humana no ciclo de nitrogênio e as mudanças climáticas – além de nos situarmos na zona limite de três outros deles – o do uso de água doce, mudança no uso da terra e a acidificação dos oceanos.

Soffiatti (2011) complementa, ainda, que a primeira ordem sucessiva de enunciados que ganharam força foi a das alterações da ordem climática mundial. A segunda mantém seu sustentáculo nos dados oficiais que mapearam as extinções de espécies biológicas do planeta.

Apesar do foco desta pesquisa ser a crise ambiental propagada nas últimas décadas, desloco uma digressão dos escritos do biólogo Edgar O. Wilson (2012) – que se referem aos cataclismos climáticos como cinco grandes crises planetárias datadas anteriormente ao advento dos hominídeos (categoria taxionômica a qual está situada nossa espécie) e do *Homo sapiens sapiens* se constituir como família e espécie – com o intuito de fundamentar a trajetória que venho tentando empreender. De acordo com ele as cinco extinções em massa ocorreram na seguinte ordem, conforme o período geológico: Ordoviciano, 440 milhões de anos atrás; Devoniano, 365 milhões; Permiano, 245 milhões; Triássico, 210 milhões; e Cretáceo, 66 milhões. Ao longo desses períodos geológicos, houve muitos altos e baixos secundários, mas, ainda assim, esses cinco estão no limite superior da curva da violência e destacam-se dos demais. O autor ainda destaca que, após cada um desses declínios, cada um desses períodos voltou a recuperar pelo menos o seu nível original de diversidade, até então (WILSON, 2012, p. 22).

Comparando com a digressão anterior, a da pesquisa de Rokstrom, pode-se afirmar que a singularidade da crise atual não prescinde de fatores astronômicos, climáticos ou geológicos, mas de ações antrópicas, praticadas na estrutura de sociedades capitalistas ou socialistas, fazendo sentido a veiculação de outras terminologias que geralmente aparecem orbitando a de crise ambiental, como é o caso do conceito de Antropoceno (VIVEIROS DE CASTRO; DANOWSKI, 2017; HARAWAY, 2016). Tal conceito que vem sendo usado por uma diversidade de pesquisadores tanto das ciências da natureza quanto das ciências humanas para se referir a uma era geológica marcada pela intervenção decorrente da presença do animal humano nos ciclos da natureza como nunca se presenciou em nenhuma outra era. Ainda que estejamos no início do Antropoceno, Soffiatti (2011) já situa como memoráveis os casos na

China antiga, na ilha de Páscoa, na civilização maia, na civilização índica, na Khmeriana e grega.

Apresentados esses dados, assumo como premissa que o advento das grandes corporações – seu progressivo poderio em relação aos seus Estados nas sociedades capitalistas e seus respectivos arsenais, como legislação ambiental, órgãos de vigilância, e as novas formas de comunicação, como a propaganda, o marketing, e, inclusive os *cyberespaços*, como os *blogs*, as redes sociais, etc., criam feixes singulares no interior das práticas de significação acionadas a partir do sintagma crise ambiental.

Nessas novas formas de comunicação opera um *continuum* de posições sobrepostas mobilizadas pelas provas que direcionam a destinos inelutáveis passando pelas relações de poder, posições controversas⁶, relativismos, enunciados flutuantes, agências de financiamento, autoridade, interesse, ferramentas digitais, mapeamentos geoespaciais, fotografia via satélite, etc. São camadas sobrepostas de tecnologias e técnicas operando no funcionamento do que conhecemos e, conseqüentemente, nos fazemos neste mundo.

Este enredamento pode proporcionar deslizamentos a compreensões enviesadas em meus interlocutores, do que empreendo aqui por crise ambiental. Nesse sentido, tensiono algumas considerações que julgo necessárias ao meu leitor.

1. Não nego a existência de efeitos visíveis ou em vias de se tornarem visíveis, mapeados por este conceito guarda-chuva de crise ambiental. Acredito que, neste caminho, as recentes obras de Latour (2016) e Stengers (2015) elucidam o papel que a ciência vem desempenhando na arena midiática. Esses autores explanam que as ciências e as técnicas, longe de serem excessivamente autônomas (o que lhes garantiu o *status* de veridicção, no

⁶ Acredito que sobre o tema das controvérsias da crise ambiental, a obra *Cogitamus* (seis cartas sobre as humanidades científicas), de Bruno Latour (2016), capta de maneira bastante precisa os efeitos dos problemas candentes da atualidade ao explorar os impasses da Conferência de Copenhague, que aconteceu em 2009.

caso da primeira, e eficácia, no caso da segunda), estabelecem relações com a vida cotidiana, a cultura, os valores e as paixões políticas.

2. Na linha da primeira consideração, assumo que o progressivo desenvolvimento científico⁷ e tecnológico não só não levaram a humanidade aos rumos que ela esperava como também tem criado, como que em efeito colateral, outras problemáticas, como os acidentes radioativos de Seveso e Bophal, ou Chernobil e Goiânia, ou o amplo vazamento de óleo das grandes refinarias, ou o célebre caso de contaminação por mercúrio que se difundiu pela ampla superfície da baía de Minamata. Ou, ainda, mais próximo de nossa realidade, o “abafado” caso de rompimento de duas barragens da mineradora Samarco no município de Mariana (MG) em Novembro de 2015, propiciando a contaminação (mesmo que decalcada nos entrosamentos oferecidos pelo grande contingente de dispositivos midiáticos) de milhões de metros cúbicos em volume de resíduos de minérios de ferro depositados na barragem de Santarém e, no ano em que se apresenta essa pesquisa, esse tipo de acidente se repete no município de Brumadinho (MG);

3. Não ignoro cálculos apurados, como os atuais dados estatísticos que se tem sobre o número de espécies ameaçadas de extinção ou já extintas; os índices de poluição ambiental decorrentes das mais precisas aferições de titulações ou Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), as amplas dimensões de hectares de mata nativa transfigurados em áreas agropecuárias capturadas via sistemas de satélites ou georreferenciamento etc. Apenas considero positiva uma guinada na maneira de pensar essas problemáticas, por julgar que o rumo a que elas se orientam é decidido por poderes totalitários e totalizantes fortalecidos na medida em que enfraquecem processos éticos-estéticos-políticos de uma sociedade.

Na leitura desconfiada da perspectiva foucaultiana⁸ lanço sobre a crise ambiental uma leitura que a consagra como uma verdade orientadora de

⁷ Em uma análise genealógica como procuro empreender, não se faz pertinente, como explica Foucault (2015c, p. 27), “a distinção entre ciência e ideologia”.

⁸ Relata Leme (2011, p. 182) que houve uma ocasião em 1975 em que “[...] Foucault afirmara que o termo “crise” o faz rir. Por um lado, tal termo denuncia a incapacidade daqueles que o

práticas e condutas na singularidade de nossos tempos. Sob esta suspeita, concordo com a constatação a que chegou Foucault (2015c, p. 52) de que “a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder”. E, como compõe Godoy (2008, p. 56): “toda e qualquer interpretação tem origem no próprio mundo, razão pela qual o mundo não se constitui como fundamento, tampouco como solo sobre o qual algo poderia ser fundado; são mundos”. Inúmeras interpretações são admissíveis. A questão analítica ancora-se, então, na problemática de que nenhuma pode reclamar para si um fundamento que a fizesse superior ou verdadeira.

Nesse sentido, Foucault (e alguns de seus interlocutores) permite-me estender um cordão geográfico, político e cultural sobre as noções sobre as quais cada sociedade entendeu para regular sua própria economia política (e, portanto, discursiva) da verdade, no momento em que afirmou: “Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade” isto significa que, em cada uma delas, elegem-se os tipos de discurso que acolhem e fazem funcionar como verdadeiros; em suma, “os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (FOUCAULT, 2015d, p. 52). Isso é demasiado perigoso, uma vez que elencar verdades é, sempre, hierarquizar posições: de saberes, de poderes e de vidas.

Por verdade, Foucault (2015, p. 54) me orienta, ainda, a entendê-la como “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados”. Nessa

usam em captar o presente; é uma forma dos filósofos, políticos e economistas darem ao presente um estatuto para o qual não têm instrumentos de análise. Por outro lado, se considerarmos o modo como a noção de crise é empregue, constatamos que ela assinala mais do que uma simples consciência da transformação de forças; ela acusa o ponto de ruptura entre dois períodos históricos: o fim de um e o início de outro. Falar de crise é, assim, falar de recomeço. A apetência pela noção enraíza-se então no milenarismo ocidental, ou seja, falar de crise é anunciar a possibilidade de uma outra aurora”.

sistematização, o interesse e problema são menos os de fazer a partilha entre o que num discurso releva da cientificidade e o que relevaria de outra coisa, “mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos” (FOUCAULT, 2015d, p. 44). Explicitado de outra maneira: “Não é a história do verdadeiro, não é a história do falso, é a história da veridicção que tem politicamente importância” (FOUCAULT, 2010b, p. 65).

Em sua posição, não há, então, verdades assentadas ou universais; elas são disputadas na imanência constante, ocorrendo aí um combate para legitimar o estatuto que ela detém em certos momentos. Não se trata de reconhecer “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas, antes, o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se *atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder*”; entendendo-se também que não se trata de um combate “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha (FOUCAULT, 2010b, p. 53 grifo meu).

Se existe uma disputa pela verdade, a noção de repressão é inadequada para dar conta do caráter produtivo do poder. O filósofo já nos alertara em inúmeros momentos: “Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido?” (FOUCAULT, 2015c, p. 44). Há tempos que já não nos submetemos ao poder régio e punitivo. Não se governa sem que um indivíduo admita-se como partícula de governo. Nessa difusão, o poder não emana em uma única instância, não se dá em mecanismo que rumam do centro às margens, mas está imanente no tecido social.

No momento histórico em que vivemos, vislumbramos racionalidades de governo que ainda resguardam relações características do nascimento do Estado moderno como, por exemplo, a atuação de dispositivos diplomático-militares que transformam a biopolítica desde seu nascimento. Contudo, para a consolidação da almejada segurança liberal, deve ser o mercado quem mais se articula ao *locus* de produção de verdades, pois este apresenta uma racionalidade que não cessa de se desenvolver desde os meados do século

XVIII. Essa racionalidade legitima um vínculo íntimo entre Estado e mercado por intermédio da economia política. É justamente esta a discussão de *Nascimento da Biopolítica* (2010c).

É nos dimensionamentos recentes de uma economia política operada em razão do Estado na sua política externa, isto é, em relação a outros Estados, que a crise ambiental assume o caráter de uma nova formação discursiva (MALDONADO, 2001; ULLOA, 2011) altamente incitada em uma Razão⁹ política. Razão esta, que não cessará de agir sobre “dados que não são diretamente econômicos, mas que são dados condicionantes para uma eventual economia de mercado” (FOUCAULT, 2010b, p. 184).

Discretamente, esta razão inseriu-se em nossa vida conjugal, preventiva/reprodutiva, de saúde, higiene, alimentação, e também, na inclinada ecogovernamental, para saber quanto tempo deixamos a torneira ligada nas atividades domésticas, se separamos o lixo para a coleta seletiva, se utilizamos bens de consumo renováveis, se descartamos corretamente os resíduos, e uma série de outras modalidades de hábitos que adensam essa lista.

Admitindo isto, faço assumir que as coisas “não possuem uma origem remota e a-histórica, mas, ao contrário, são inventadas de acordo com as necessidades de uma época”, importando situar que “se a verdade é desse mundo, falar em invenção faz mais sentido do que falar em descoberta. Assim, podemos perceber que as coisas não estão ‘desde sempre aí’” (VEIGA-NETO; RECH, 2014, p. 78).

Que necessidades são essas que fazem com que o sintagma crise (do capital, de valores, de civilização, *ad infinitum*) ganhe tamanha circulação e seja capaz de gerar um efeito de tamanha dimensão na atual conjuntura e feixes, ainda mais singulares, quando acompanhado do adjetivo ambiental? No domínio de uma política que disputa as verdades, as evidências citadas anteriormente não são suficientes para consagrá-las em circulação, é preciso,

⁹ Lembra Godoy (2008, p. 36) que a exigência da Razão, em maiúsculo, “é o confinamento do pensamento e da vida aos critérios da utilidade e da eficácia”.

também, uma dinâmica política capaz de persistir para que esses mecanismos discursivos sejam “impregnados” ou lembrados no tempo presente.

Ainda que não esteja inspirado por esta discussão, Agamben (2013, p. 352 grifo meu) dá pistas provocativas em relação aos efeitos de circulação deste sintagma, indo ao encontro da hipótese que empreendo nesta investigação:

Vocês sabem que hoje se fala muito de crise [de economia] e penso que quem quer que tenha um pouco de inteligência deve saber que essas palavras não são usadas como conceitos, mas como *palavras de ordem* para impor e obter restrições e sacrifícios que, de outro modo, e com razão, as pessoas não gostariam de fazer; ou, ainda, crise, no fundo, hoje é uma palavra de ordem que significa apenas “obedeça!”, uma palavra vazia de sentido.

Milton Friedman, economista norte-americano e fundador da Escola de Chicago, aconselhava aos seus Chicago Boys que se “quiserem impor uma mudança, desencadeiem uma crise” (INVISÍVEL, 2018, p. 24). São tais “palavras de ordem” que me abrem precedentes ao entendimento de que o uso das sequências enunciativas características da crise ambiental situam-se no interior de uma forma de poder que estudou maneiras eficazes de se governar. Já anunciou o comitê invisível (2018): “a crise é um modo de governo”. Não é exagero conceber a figura do sujeito ecológico, um agenciamento coletivo recente na história da humanidade, como uma faceta recente do *Homo oeconomicus*, figura neoliberal por excelência.

Em suma, considerar a crise como verdade não significa se inclinar para os relativismos, nem assumir posições duvidosas que podem ser demasiadas nocivas e paráliticas nos modos de enfrentamentos empreendidos no presente, ainda que isso aconteça excessivamente. Busco sim, tensionar leituras sobre a crise ambiental como forma de governamento das vidas, isto é, como prática capaz de conduzir condutas. Assumir tal perspectiva implica no reconhecimento de que é perigoso ceder ao discurso monolítico pretendido em seu uso, entendendo-a mais próxima tanto de um produto quanto produtora de relações de poderes-saberes movidos por verdades e, principalmente, nos efeitos de assujeitamento decorrente deste enredamento. Admitir essa posição

não implica endereçar um *réquiem* para as descobertas científicas recentes como as que envolvem a mudança climática global; significa apenas não tratá-la de forma isolada de uma expressão política convencional que alude à inanição das formas de pensamento agenciadas por progressivas deteriorações dos modos de vida humana, como já salientaram Félix Guattari (2009), Viveiros de Castro e Danowski (2017), Stengers (2015) e Godoy (2008), para ficar somente em alguns autores.

Meu problema não está assentado na ampla discussão das políticas ambientais internacionais e nacionais, mas no efeito de esgotamento de potencialidades que estas são capazes de promover. Em outras palavras quando não apenas oferecem, mas incitam e persuadem a condutas orientadas por um quadro político caracterizado por projetos rígidos e acabados, decididos à distância da escala microfísica e micropolítica, se por esses termos, aludimos às esferas da vida cotidiana, às singularidades próprias de cada um, “ao calor dos dias e das trocas” nas pluralidades que se expressam nos modos de se relacionar com o meio ambiente. Se o mundo é composto de multiplicidades em trânsito, “não há um sentido único a ser desvelado por uma razão privilegiada, mas tantos sentidos quantas forem às configurações de forças dos quais derivam” (GODOY, 2008, p. 46).

Este quadro político atual muito se assemelha com as velhas categorias do negativo apresentadas por Foucault (2014c) no prefácio da versão francesa da obra *O anti-Édipo – a lei, o limite, a castração, a falta, a lacuna*. Didi-Huberman (2014, p. 76 grifo do autor) também já anunciara que no tempo presente, formulado sobre as bases de uma situação de guerra total, “a palavra crise, por exemplo, se transforma inelutavelmente em *falta* radical”. Os efeitos dessas categorias produziram, e continuam a produzir, um modo de acesso à realidade que nos rodeia, inseparável, por sua vez, da realidade que conhecemos a nós mesmos como sujeitos. Nesta “lente” unimodal de lidar com a falta, se ainda não alcançamos uma maneira considerada ideal de nos relacionarmos com nosso meio, é porque nos faltam técnicas, políticas públicas, investimentos em projetos, serviços... Todos curiosamente oferecidos por outrem, instituições de diversos tipos, que não nós mesmos.

As prescrições unimodais são visivelmente transpostas para os modos de vida exauridos pelas disposições pautadas no que se deve ou não fazer, no que se pode ou não fazer ao se relacionar com o ambiente, uma vez que obedecemos a um modelo de perfeição e pureza que arrasta essas categorias, “pois frente à natureza a ser conservada nunca se faz o bastante, nunca se é bom o bastante, nunca se sabe o bastante e todo cuidado permanece sendo pouco” (GODOY, 2007, p. 125). Neste ínterim:

A história que a ecologia narra é a história de uma ruína, por meio da qual advém uma proximidade da morte cada vez maior. Esta história é contada a partir da subsunção da vida e do pensamento à forma do verdadeiro, o que torna a ecologia o arauto das prescrições e das medidas profiláticas que nos permitirão viver. Alegando incansavelmente uma derrota iminente, que se dá pela proximidade da morte [...] ela aponta o “cada um de nós”, distribuindo, assim, a responsabilidade e a culpa por uma vida que fracassa, pelo pior dos mundos. Cada nova área criada, cada ecologista, cada doação para uma ONG, cada denúncia de agressão à natureza alimenta os processos de acusação e designação dos culpados da morte do mundo (GODOY, 2007, p. 102).

Desse modo, se no início desta introdução cheguei a me referir à rarefação discursiva da crise expressa na figura do especialista, este quadro político que ruma ao esgotamento não parou de incitar a participação do cidadão comum, que, como disse Godoy, “nunca é bom o bastante”, pondo o cidadão comum numa posição de incessante alerta e vigilância sobre si mesmo, gatilho acionado pelos modos de vida incitados nas sociedades de controle¹⁰. Num mundo que clama pela designação dos culpados, “adquirimos o hábito de instaurar esses microtribunais com grande eficiência em distribuição de culpa e sentenças. Somos realmente rápidos e eficientes quando se trata de movimentar culpa” (CORRÊA, 2012, p. 237).

Ainda sobre o papel da culpabilidade do cidadão comum como modo de governo, Danowski e Viveiros de Castro (2017, p. 117-118) elaboram um quadro imprescindível:

¹⁰ Refiro-me a uma das características específicas das sociedades de controle, neste caso: “Num regime de controle nunca se termina nada” (DELEUZE, 1992, p. 216).

Na situação presente da catástrofe climática que define o Antropoceno, a distinção entre culpados e vítimas [...] é historicamente clara de um ponto de vista coletivo ou societário, mas algo difícil de traçar do ponto de vista da ação individual, uma vez que somos, hoje, muitos de nós (nós humanos e os vários não-humanos que escravizamos ou colonizamos) culpados e vítimas “ao mesmo tempo”, em cada ato que praticamos, em cada botão que apertamos, cada bocado de comida ou de ração animal que engolimos – ainda que seja tão óbvio como essencial que não se confunda a rede McDonald’s com o adolescente condicionado a consumir *junk food*, a Monsanto com o pequeno agricultor obrigado a pulverizar glifosato no seu milho geneticamente modificado, e menos ainda a indústria farmacêutica com o gado entupido de antibióticos e hormônios.

O mesmo quadro político também dialoga com a terminologia guattariana de subjetividade modalizada (GUATTARI, 2009; GUATTARI, ROLNIK, 2013). Esta se caracteriza por uma subjetividade capitalística formada não apenas por ideias que nos chegam pela mídia, família, ou qualquer equipamento que nos rodeia, mas por enunciados significantes traduzidos por um sistema de conexão direta entre, de um lado, às grandes máquinas produtoras de controle social e, por outro, as instâncias psíquicas que perfazem em nós maneiras de perceber o mundo.

Quando todas as condutas possíveis coincidem com as expressas em tais projetos, entendo que há uma modalização do pensamento. Aliás, nessa perspectiva, não faz mais sentido falar em *pensamento*, mas, simplesmente, em *programas* – “O pensamento do fim do mundo suscita necessariamente o problema correlato do fim do pensamento, isto é, o fim da relação (interna ou externa) entre pensamento e mundo” (VIVEIROS DE CASTRO; DANOWSKI, 2017, p. 36). Caracterizado nessa intensa convocação pela programação, este humano: “Requer que as conexões sejam intensificadas e seguras. Exige a participação de cada um no zelo e no aprimoramento, por dentro e por fora da vida computo-informacional: a vida em programação” (PASSETTI, 2013, p. 137).

Foi Edson Passetti (2013) quem já alertou sobre a função amortecedora voltada à captura das resistências nos desdobramentos recentes da biopolítica em ecológica, terreno em que também as liberdades liberais são fabricadas. Se o poder disciplinar esgotou os corpos num regime de fortalecimento da

força física e enfraquecimento das insurreições a biopolítica, em suas facetas ecopolíticas, acionam a chave da segurança como modo de educar. Neste liame, “governam-se gentes [...] dirigem-se consciências, pondo em funcionamento a capacidade liberal de assimilar contra-condutas e de se fortalecer diante da ameaça da rebelião e da revolução” (PASSETTI, 2013, p. 7). É um terreno propício para a criação de todos aqueles que se declaram inventivos, quando na verdade estão mergulhados em diagramas já fabricados e oferecidos como um tipo de serviço.

Nesses modelos de sociedade que legitimaram pautas rígidas e programáticas frente à crise ambiental, parece-me haver cada vez menos espaço a subjetividades criativas, capazes de utilizar de sua experiência para resolver os problemas do mundo, e, cada vez mais espaço para uma multidão que responde “ao toque do clarim” das máquinas e modalidades técnicas da vida nesta nova etapa de um capitalismo, no qual o (neo)liberalismo não cessa de se “vestir” de desenvolvimento sustentável. Se o poder é imanente, também o é a necessidade de se apostar em práticas ecológicas que não se resumam a chancelas da ONU, UNESCO ou quaisquer outros componentes institucionais¹¹.

Na abordagem aqui delineada, entendo que esse enfraquecimento do mundo protocolado como crise ambiental é, ao mesmo tempo, produto e efeito das formas de ser existentes, as quais também estão/são enfraquecidas. Neste mundo projetado diante de nós, “[...] ainda que um corpo viva biologicamente, a destruição efetiva o impede de inventar mundos, condenando-o a uma repetição esvaziada de um mundo que ele já não pode habitar” (GODOY, 2012, p. 223) ou, ainda, nas palavras de Rolnik (2018, p. 29) “não somos sufocados

¹¹ Não desconsidero a importância desses órgãos, como fora expresso pelas grandes conferências internacionais que mobilizaram pautas ambientais, de direitos e saúde das mulheres, de direito à educação para todos, da necessidade de eliminação da pobreza extrema, e uma gama de outras temáticas. Chamo a atenção, unicamente, para um uso que se faz dessas instituições. É o pensamento, ou a atividade de pensamento operante que deve estar em consonância a essas instituições para não incorrer no risco de atribuir a elas a única capacidade de pensamento existente.

apenas pelo ar poluído das grandes indústrias, mas pelas partículas tóxicas do regime colonial-capitalístico”.

Esta relação distante e também desastrosa com o mundo aparece, de modo quase poético, nas palavras do Comitê Invisível:

O desastre objetivo nos serve, antes de mais nada, para mascarar uma outra devastação, ainda mais evidente e mais massiva. O esgotamento dos recursos naturais provavelmente está muito menos avançado do que o esgotamento dos recursos subjetivos, dos recursos vitais que atinge nossos contemporâneos. Se nos satisfazemos tanto ao detalhar a devastação do ambiente, é também para cobrir a assustadora ruína das interioridades. Cada maré negra, cada planície estéril, cada extinção de espécies é uma imagem das almas em farrapos, um reflexo de nossa ausência do mundo, de nossa impotência íntima para habitá-lo (INVISÍVEL, 2018, p. 37-38).

Essa problemática dos recursos subjetivos devém do tipo de subjetivação que caracteriza a modernidade, marcado, decisivamente, por uma relação muito específica entre as subjetividades e os saberes-poderes em vigência. Quando Foucault (2010a) fez a digressão aos gregos, foi, dentre outras coisas, para assinalar uma relação de ascese do sujeito ao saber. Nesta relação, transforma-se a si mesmo durante a aquisição do saber que é também transformado. Não se pode conhecer a verdade sem um tipo de conversão ou transformação do sujeito, procedimentos movimentados por certos tipos de técnicas voltadas para si mesmo, num trabalho de si para consigo, capaz de arrancar o sujeito de sua condição atual (FOUCAULT, 2010a).

Ele nominou de *gnôthi seautón* um modo socrático de se relacionar com os saberes pela via do “cuida de ti mesmo” (*epiméleia heautoû*). Nesta via, a prática da espiritualidade e o acesso à verdade são dois movimentos indissociáveis. Espiritualidade, aqui, não se inclina a uma leitura religiosa, mas de ascese, em que:

A verdade jamais é dada ao sujeito por um simples ato de conhecimento [...] Postula a necessidade de que o sujeito se modifique, se transforme, se desloque, torne-se, em certa medida e até certo ponto, outro que não ele mesmo, para ter direito a [o] acesso à verdade. A verdade só é dada ao sujeito a

um preço que põe em jogo o ser mesmo do sujeito (FOUCAULT, 2010a, p. 16).

A modernidade, e sua episteme, inaugura uma forma de ser sujeito (em vez de subjetividade) que pode acessar a verdade, desta vez, sem transformar a si mesmo. A este tempo-espço, Foucault (2010a) nominou de *momento cartesiano*, como o próprio nome sugere, influenciado fortemente pelas ideias descritas em *Meditações Metafísicas*, do filósofo René Descartes, publicado originalmente em 1641. Nesse novo sistema de pensamento, o sujeito não precisa transformar a si mesmo (*epiméleia heautoû*), pois, outras condições passam a guiar o estatuto do saber, agora acessado por intermédio de condições objetivas e formais. Não há mais conversão de si em outra coisa, há apenas o acesso a “blocos de verdade” estanques que podem não ter efeito (ou ter, de forma perversa) no curso da história. O sujeito não é posto em questão, haja vista que não há ascese, mas, tão somente, aplicações e utilidades. Em uma narrativa bastante emblemática, pode-se sintetizar que “a idade moderna das relações entre sujeito e verdade começa no dia em que postulamos que o sujeito, tal como ele é, é capaz de verdade, mas que a verdade, tal como ela é, não é capaz de salvar o sujeito” (FOUCAULT, 2010a, p. 19).

Apresentada essa problemática, o objetivo central desta investigação foi o de colocar em evidência quais tecnologias/técnicas estão em jogo na experimentação dessas liberdades, bem como, os modos possíveis de se verificar tensionamentos individuais ou coletivos diante das racionalidades de governo ou tecnologias de poder que se encontram em vigor.

Tenho como hipótese que, por meio das tecnologias de si (conceito apresentado e discutido a seguir), é possível que certas subjetividades construam processos de recusa das formas de vida já previamente pensadas. Minha tese é a de que por meio de um “ajuste” do olhar do pesquisador faz-se possível evidenciar que essas formas de vida já se anunciam e propõe outros desígnios com a ecogovernamentalidade. Esse movimento sempre esteve presente na analítica foucaultiana, que concebe que o poder não tem o alcance da totalidade: “[...] não é que a vida tenha sido exaustivamente integrada em

técnicas que a dominem e gerem; ela lhes escapa continuamente” (FOUCAULT, 2014b, p. 154).

Na direção dessas vidas que escapam, Perbart (2016, p. 14) argumentará que, num momento de esgotamento¹² biopolítico, toda forma de poder pode gerar seu avesso, de modo que “dissolvemos certas formações de domínio em favor de outras”; é como “se fosse preciso ir até o limite de um processo para virá-lo do avesso”. Se existe a biopolítica, existe, também, a biopotência de afirmação das formas de vida. O esgotamento prolifera uma passagem hesitante entre catástrofe e criação, na reversibilidade entre o “nada é possível” e o “tudo é possível”. Na mesma lógica, se existem os domínios totalitários que forçam uma relação impositiva com um meio ambiente, igualmente criado por eles, existem domínios outros, guinados dessa imposição, que se recusam à negação da vida, trabalhando em sua potência afirmativa.

Ao que Pelbart (2016) se refere como esgotamento, Rolnik (2018) referir-se-á como intolerável. Para ela, quando a perversão dos poderes ultrapassa os limites do tolerável, aguça-se a intensidade de irrupção de novos acontecimentos, “o que os leva evidentemente a produzir outras cartografias, outros sentidos, distintos dos que os antecedem” (ROLNIK, 2018, p. 30).

Anuncio, então, alguns questionamentos incômodos: Será que já não estamos esgotados ou intolerantes o suficiente com essas formas de poder que nos dizem o que fazer? Dessas formas que nos demarcam territórios *pret a porter* cuja dimensão da existência já está, nele mesmo, esgotada? Ou ainda, nas palavras do próprio Pelbart (2016, p. 36): “Não estamos nós todos nesse ponto de sufocamento, que justamente por isso nos impele em uma outra

¹² É preciso não confundir o esgotamento com o cansaço. O cansaço é um fadigamento que leva à renúncia do corpo e da mente, e, por isso, não leva à produção; enquanto o esgotamento “é fruto de uma descrença, é operação de desgarramento, consiste num descolamento – em relação às alternativas que nos rodeiam, às possibilidades que nos são apresentadas, aos possíveis que ainda subsistem, aos clichês que mediam e amortecem nossa relação com o mundo e o tornam tolerável, porém irreal e, por isso mesmo, intolerável e já não digno de crédito” (PELBART, 2016, p. 50). Pelo que aqui está posto, o esgotamento é uma categoria que auxilia na dissolução das verdades construídas em dado regime político-discursivo.

direção?”. Compreendo tanto o esgotamento quanto o intolerável como pontos de inflexão que insinuam contragolpes que, só acontecem, porque algumas táticas de investimento do poder já caducaram para algumas subjetividades.

Admito, então, que tanto a ecopolítica quanto a ecogovernamentalidade criam seus próprios híbridos, isto é, frente às modalidades de poder em vigor, provocam seus próprios contra poderes, suas resistências, a construção de territórios existenciais que operam pela recusa do que o mundo lhes acena. E, novamente, é Pelbart (2016, p. 39-40) quem anuncia a crise como possível movimento de transir:

[...] é o momento da crise. É nele que nada mais parece possível. É nele, também, ao mesmo tempo, que se cruzam as transformações em curso. E é nele, finalmente, que todas as possibilidades se abrem [...] A crise revela as forças que estavam em jogo, ou melhor, ela as redistribui, respondendo à questão: será que as coisas irão no sentido da vida ou da morte? A crise é uma espécie de decisão, não o resultado de uma série, mas antes o começo, uma origem, que cria um espaço e um tempo próprios, sem obedecer às coordenadas de um mundo dito objetivo ou ôntico.

Nesta mesma perspectiva libertária, Carneiro (2012, p. 14) anuncia que apesar de sermos saturados por séries de sequencias enunciativas que buscam nos convencer de que o atual sistema econômico pode estabelecer relações de melhorias com o meio ambiente, esses enunciados, muitas vezes, “dissolvem-se em seus próprios paralelismos”; “isso não é um determinismo, um destino inexorável, pois a história produz também o inesperado diante do insuportável. Diante do insuportável, inventam-se atmosferas outras”.

Acredito que já vivenciamos o insuportável. Trata-se de “ajustar o olhar” diante dele para verificar que as singularidades também se fazem no interior da ecogovernamentalidade e da ecopolítica. Assim, a noção de derivas no título deste trabalho foi escolhida para referir aos processos de criação e escape, de resistências e de recusas da vida ao monopólio da ordem vigente. Quando as estratégias de poder da ecogovernamentalidade encetam as subjetividades, não há uma assimilação cristalina e translúcida do poder, pois com ele se negocia, se cria, se produz e prolifera: “o que mais seriam as derivas do que o

próprio movimento de expansão da vida na invenção de saídas surpreendentes?” (GODOY, 2007, p. 125).

Para articular um caminho e facilitar a visualização das evidências desses contragolpes já em andamento, procurei enredar, numa primeira seção, as noções de técnica e tecnologia, admitindo que o uso dessas práticas contribuem por caracterizar os modos de vida existentes em cada tempo histórico. Com esses conceitos preliminares já é possível materializar alguns “lampejos” do que considero modos de vidas mais libertos, orientados por tecnologias que curto-circuitam as coordenadas dominantes.

A segunda seção reuniu teorizações dispersas na obra foucaultiana acerca do conceito de governamentalidade. A apresentação desse conceito é fundamental, pois é desse investimento do poder que se desdobram a ecogovernamentalidade e a ecopolítica, estratégias que irrompem na versão financeirizada e globalitária do capitalismo, ou, ainda, do capitalismo mundial integrado, na acepção guattariana.

Na terceira e última seção, arrasto as noções de ecogovernamentalidade e ecopolítica, enredando-as nas formas de poder que nos persuadem no tempo presente. Como anunciarei, essa seção já é um tipo de cartografia (do esgotamento) que “cristaliza” nossas forças de criação na produção de mundos possíveis. Ao cartografá-la, a intenção foi mostra-la como um mundo de possibilidades das quais se é possível escapar por meio das práticas éticas de existência.

Como abordagem metodológica, não esquadrinhei um percurso caracterizado nitidamente por fases que representassem contornos acentuados de começo, meio e fim. Entendo que a adoção de qualquer método com essas características negligenciaria a consonância tanto à fundamentação teórica quanto a um caminho que propiciasse um diálogo conciso com o problema de pesquisa esboçado nesta investigação.

Elaborei até aqui uma “entrada” possível no imenso diagrama que enreda os discursos sobre a crise ambiental, evidenciando que uma das maneiras de ela se tornar uma prática tão recorrente na atual conjuntura é a

sua admissão como verdade, se por este termo não a resumamos a uma “prova” científica, mas a um tempo histórico complexo que a admite funcionar como verdadeira.

2. TÉCNICAS, TECNOLOGIAS E A SUBJETIVAÇÃO EM MULTIPLICIDADE

Nesta seção, discutirei o papel das técnicas ou tecnologias e de que modo essas instâncias mediadoras diferem na maneira de acessarmos (e criarmos) verdades inauguradas pela modernidade.

Nessa perspectiva, se admitimos que fomos guiados a modos depauperados de reger a vida no abismo que vem caracterizando nossas relações com o meio ambiente, admitiremos também a nossa adesão a certos aparatos tecnológicos que nos traduziram uma forma de ver o mundo, uma forma orientada pela vontade de um tempo. Foi o próprio Foucault (2014a, p. 266) quem afirmou haver ligação entre os “jogos de verdade” (discutidos na sessão anterior) e “a técnicas específicas que os homens utilizam a fim de compreender quem eles são” (discussão desta sessão).

Deste modo, inicio essa discussão com algumas considerações presentes no texto *As Técnicas de Si* (2014a), pois acredito que explorando essas técnicas, tornar-se-á mais nítida a compreensão de um movimento histórico que agrupou sentimentos, desejos e movimentos da alma imanentes ao uso dessas técnicas ou tecnologias¹³. Ao estudar há mais de vinte e cinco anos e esquematizar uma história possível de diferentes maneiras pelas quais os homens conhecem a si mesmos, Foucault (2014a, p. 266) distinguiu as seguintes técnicas representativas de uma razão prática:

1. as técnicas de produção por meio das quais nós podemos produzir, transformar e manipular objetos;
2. as técnicas de sistemas de signos, que permitem a utilização dos signos, dos sentidos, dos símbolos ou da significação;
3. as técnicas de poder, que determinam a conduta dos indivíduos, os submetem a alguns fins ou à dominação, objetivam o sujeito;
4. as técnicas de si, que permitem aos indivíduos efetuar, sozinhos ou com a ajuda de outros, certo número de

¹³ Importa-me menos fazer uma distinção conceitual desses dois termos, técnicas e tecnologias. Na tradução deste texto (FOUCAULT, 2014a), Abner Chiquieri prefere o termo técnica; enquanto nas versões originais de outras línguas, vemos os dois termos sendo empregues: *Technologies of the self*, em inglês, e *Les technique de soi*, em francês. Demais usos se proliferam em outros textos, como é o caso de Larrosa (2011), que utiliza Tecnologias (do eu).

operações sobre seu corpo e sua alma, seus pensamentos, suas condutas, seu modo de ser [...].

O autor complementa, ainda, afirmando que raramente esses quatro tipos de técnicas funcionem separadamente, ainda que todos eles possam estar associados a modos de dominação. Até mesmo as técnicas de si podem ser modos de dominação em dado contexto histórico, como o foi a técnica da confissão nas práticas cristãs.

Com base nessas técnicas podemos pensar quais modos de articulação desenvolvemos com o mundo e conosco mesmos. Por elas, ainda, torna-se possível falar em práticas de subjetivação ou em subjetividade, em vez de adotar *o sujeito*. Não desconsidero a importância das perspectivas que tratam do sujeito nas vertentes das identidades estratégicas, geralmente, no âmbito das políticas públicas. Estas concepções pontuam que, dependendo da problemática anunciada em cada contexto, é necessário afirmar que se é ecologista, negro, indígena, e assim por diante. Ao anunciar que seu objeto de estudo, ao longo de sua vida, foi o problema do sujeito (DREYFUS; RABINOW, 2013), o próprio Foucault não se refere a este como mesmo em cada momento histórico.

Ressalto, por meio da discussão de alguns dos autores utilizados nesta investigação que a questão do sujeito pode contribuir para interpretações da centralização de poderes e enrijecem processos de atravessamentos capazes de modificar quem somos em um dado momento. Cabe, aqui, a afirmação de Rolnik (2018) de que a experiência que temos com o mundo é mais ampla do que aquilo que experimentamos na forma de sujeito, ela é da ordem de atravessamentos, de fluxos e de intensidades.

Talvez seja operatório esquematizar uma equação para possibilitar uma compreensão mais visual desses conceitos, selecionando pensamentos difusos em Rolnik (2018), Guattari (2009, 2012), Pelbart (2009, 2016) entre outros. Tanto para a questão do sujeito quanto para a subjetividade, as técnicas ou tecnologias estão presentes. Assim, pode-se esboçar:

Sujeito/técnicas ou tecnologias: gera uma ilusão da autonomia, do autodomínio e da individualidade. É do domínio identitário. Da ordem das

formas. Estagna ou interrompe processos contínuos de diferenciação e multiplicidade.

Subjetividade/técnicas ou tecnologias: possibilita o atravessamento de fluxos. É do domínio dos processos de identificação. Da ordem das forças. Permite processos contínuos de diferenciação e multiplicidade que operam por subjetivação/desubjetivação, num movimento incessante.

Esta equação facilita a desconfiança que mantenho da figura do sujeito ecológico presente na introdução desta tese. De acordo com Rolnik (2018) o sujeito (insiro, aqui, o ecológico) tem sua experiência reduzida nas trocas que estabelece com o mundo, opera por repetição, inclusive, de trajetos existenciais repetitivos que continuam por capturar sua força vital (modalidade típica do capitalismo financeirizado e globalitário). O sujeito ecológico, tendo sua experiência reduzida exclusivamente na modalidade de sujeito, torna-se um efeito desejável da ecogovernamentalidade.

Na vertente da subjetividade, por outro lado, é que vislumbro a possibilidade de emergência de mundos virtuais, de ecologias virtuais (GUATTARI, 2012) não cartografadas pelos padrões dominantes que aguardam ansiosamente transformá-las em dados aferíveis e domesticáveis. É quando as técnicas de si se sobressaem às técnicas de dominação que são criadas brechas de possíveis, territórios existenciais marcados pela ressignificação do modo de olhar e construir o *oikos*.

Voltando à analítica foucaultiana, tem-se que os modos pelos quais compreendemo-nos em certo tempo histórico estão sempre situados na dobradiça entre as técnicas de dominação e objetivação¹⁴ do indivíduo em sujeito (que também vale para as subjetividades) e entre as técnicas de si. Nesse ínterim, as formas de sujeição estão sempre em consonância às formas de luta que se opõem a elas. São três as formas históricas de luta identificadas

¹⁴ Em outro texto, Foucault (2013) explicita as três técnicas de objetivação por meio das quais os seres humanos tornam-se sujeitos: (1) aquelas que visam atingir um estatuto de ciência, como são os casos da filosofia e da linguística; (2) as que visam um sujeito produtivo, visando as riquezas e a prosperidade da economia e (3) a objetivação pelo simples fato de estar vivo, como buscam enquadrar a história natural e a biologia.

pelo filósofo: (1) contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa); (2) contra as formas de exploração, que tanto combatem a separação dos indivíduos daquilo que produzem e, por fim, (3) contra as que submetem os indivíduos aos outros (lutas contra a sujeição e formas de subjetivação) (FOUCAULT, 2013b). As lutas contra todas as formas são necessárias, mas é imperativo, no tempo presente, a luta contra as formas de sujeição e subjetivação.

Entendo que a modernidade nos privou de um regime sensível e ético (no sentido de práticas voltadas a si mesmo), restando a essa figuração recente do ser humano um uso indiscriminado de parafernálias tecnológicas geradoras de modos de vida orientados pela semipresença. Está em questão uma noção de tecnologia em seu sentido mais empobrecido. Na roupagem verde, o *Homo oeconomicus*, não conhece mais o meio ambiente pela epiderme, pelo cheiro e pelas glândulas, mas pelas mediações provenientes das máquinas que o conectam, e ao mesmo tempo realizam um tipo de tradução do que seja esse meio.

Ele *calcula* a velocidade com que as calotas polares desaparecem. Ele *mede* o extermínio das formas de vida não humanas. Sobre alterações climáticas, ele não fala a partir da sua experiência sensível – sobre aquele pássaro que já não volta na mesma época do ano, sobre aquele inseto do qual já não se ouvem as estridulações, sobre aquela planta que já não floresce ao mesmo tempo que essa outra. Ele fala com números, com médias, cientificamente. Ele pensa ter dito algo quando estabelece que a temperatura vai subir tantos graus e que a precipitação vai diminuir tantos milímetros. Ele até fala em “biodiversidade”. Ele observa a rarefação da vida na terra *a partir do espaço*. Cheio de orgulho, ele pretende agora, paternalmente, “proteger o ambiente”, o qual nunca lhe pediu nada do tipo (INVISÍVEL, 2018, p. 36-37 grifos dos autores).

Na citação anterior, fica nítido o uso que eu faço da palavra máquina neste contexto. Trata-se de uma *téchne* voltada para aferir, produzir informações, ou modificar o meio. Após o momento cartesiano, a dimensão subjetiva que realiza este uso permanece inerte. Nesse sentido, a acepção foucaultiana tenciona expandir as noções de técnicas e tecnologias empregadas no sentido convencional em que essas palavras assumem, popularmente, quando empregada em associação com as máquinas, sejam

elas mecânicas, eletrônicas, informacionais ou ciborgues. Ainda que possam manter eixos etimológicos comuns (*téchne*, arte), como os sentidos, existem as técnicas como instrumentos capazes de alterar o espaço que nos rodeia, e as técnicas capazes de transformar quem somos, pelos saberes e práticas que criamos sobre nós mesmos.

Admito, então, que a progressiva deterioração do meio ambiente, como vem assumindo o estatuto de verdade pelo sintagma de crise ambiental (já explorado na sessão anterior) é decorrência da intensiva separação entre essas modalidades técnicas. O *Homo oeconomicus* desejou que as técnicas de transformação da natureza somadas às técnicas de dominação e objetivação dos sujeitos, sobrepujassem as técnicas capazes de refletir sobre quem somos, eis o que caracterizou o Antropoceno. Se analisássemos as paisagens do tempo presente exclusivamente à luz das tecnologias de dominação e objetivação, talvez chegássemos à conclusão de que esse Antropoceno estivesse mesmo muito próximo dos mitos apocalípticos tão veiculados nas literaturas e filmografias norte-americanas que muito contribuíram para percebermos que “[...] a morte não é, como pensávamos, um inimigo externo contra o qual estaríamos lutando em enorme desigualdade de condições, mas um princípio interno: nós já estamos mortos e a vida é o que passou para o lado de fora” (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2017, p. 66).

Entendo que são as formas atuais de governo das vidas – e os usos maquínicos decorrentes dessas formas técnicas – que se deve atacar para que outro mundo possível se eleja, ainda que não nos caiba a ‘resposta’ de que mundo seria esse (STENGERS, 2015), pois agendar um outro tipo de mundo futuro já é entrar no jogo cristalizado das agendas. Neste clamor, cumpre estar atento aos efeitos decorrentes da crise ambiental como um nome capaz de nos atormentar no presente e, como provoca Stengers (2015, p. 37) diante desta problemática, “nomear não é dizer a verdade, e sim atribuir àquilo que se nomeia o poder de nos fazer sentir e pensar no que o nome suscita”.

Ainda explorando a noção de tecnologia, concordo com Deleuze (1992, p. 2016) de que, em cada tipo de sociedade, houve uma correspondência a um tipo de máquina: “as máquinas simples ou dinâmicas para as sociedades de

soberania, as máquinas energéticas para as de disciplina e as cibernéticas e os computadores para as sociedades de controle”. O autor complementa, ainda, que as máquinas não explicam nada, sendo preciso analisar os agenciamentos coletivos pelos quais elas situam-se apenas como parte, pois o que pode ser encontrado no acesso aos instrumentos são multiplicidades que não cessam de ser atualizadas.

Ampliando ligações com a seção anterior, adoto que o desenvolvimento dos tipos de máquina anunciadas em cada sociedade é imanente a uma vontade de verdade e, conseqüentemente, a um modo de vida desejado antes mesmo que seu surgimento fosse atualizado. Guattari (1993; 2012) chega, inclusive, a conceber que tecnologias como a informática e a tecnociência não são nada mais do que formas hiperdesenvolvidas da própria subjetividade humana, mas uma subjetividade que desejou expurgar-se sob seu domínio tecnicista. Também por isso, resguardei uma vontade de estudar conteúdos disponíveis na internet. Pode-se dizer que este trabalho se interessa pelas formas expressadas nos agenciamentos coletivos em que as técnicas de si imiscuem-se às tecnologias informáticas.

Ainda que Foucault tivesse vivido em um momento já caracterizado pelo advento da *World Wide Web*¹⁵, o uso das redes globais, no momento próximo de sua morte, voltava-se às estratégias estatais de proteção e comunicação das bases militares e aos usos bélicos, como as tecnologias de posicionamento global voltadas ao rastreamento de mísseis características do pós-Segunda Guerra Mundial. Mesmo que o filósofo não tivesse assistido a esta imensa explosão de computadores portáteis para uso pessoal, foi capaz de anunciar que já vislumbrávamos “[...] um momento em que o mundo é experimentado [...] menos como uma grande vida que se desenvolveria através do tempo, do que como uma rede que liga pontos e entrecruza emaranhados” (FOUCAULT, 2013a, p. 113).

Apesar disso, há uma série de investigações que se prolifera utilizando dos escritos do filósofo para cartografar as relações de saber-poder presentes

¹⁵ Rede de alcance mundial.

nas tecnologias de nosso tempo, evidenciando que a analítica do poder, por ele teorizada, tem muito a dizer sobre as formas de viver no presente.

Na mesma direção, Guattari (2012) dirá que as transformações tecnológicas características do presente são capazes de produzir subjetividades que podem trabalhar tanto para o melhor quanto para o pior. Essas tecnologias abrirão campos de múltiplas interferências entre uma tendência à homogeneização universalizante e reducionista, e uma tendência heterogenética, modo pelo qual se refere a um reforço da heterogeneidade e da singularização de seus componentes. Tudo dependerá “[...] de como for sua articulação com os agenciamentos coletivos de enunciação”, sendo que “o melhor é a criação, a invenção de novos Universos de referência; o pior é a *mass-mediatização* embrutecedora, à qual são condenados hoje em dia milhares de indivíduos” (GUATTARI, 2012, p. 15-16).

Em outro texto, o mesmo autor demonstra esse paradoxo lancinante no advento do domínio técnico característico das sociedades informacionais, apesar de não esgotarem a invenção de Universos:

[...] de um lado, o desenvolvimento contínuo de novos meios técnico-científicos potencialmente capazes de resolver as problemáticas ecológicas dominantes e determinar o reequilíbrio das atividades socialmente úteis sobre a superfície do planeta e, de outro, a incapacidade das forças sociais organizadas e das formações subjetivas constituídas de se apropriar desses meios para torná-los operativos (GUATTARI, 2009, p. 12).

As considerações de Guattari (2009) arrastam-nos a pensar tecnologias do mundo presente como orientadoras de modos de vida. Um caso recente passível de análise é o do purificador de água portátil *LifeStraw*¹⁶, desenvolvido pela empresa suíça *Vestergaard Frandsen*.

¹⁶ Informações referentes ao *LifeStraw* podem ser encontradas em: <https://www.orientista.com.br/produto/2904-purificador-de-agua-portatil-lifestraw>; <https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-43646495> e <http://ciclovivo.com.br/inovacao/tecnologia/suicos-criam-canudo-que-filtra-agua-contaminada/>.

Com a intenção de ajudar as populações carentes do mundo (sobretudo africanas) que não teriam acesso a água potável, o “canudo” pode filtrar de 700 até 1.000 litros de água, o que garante seu uso durante um ano/pessoa. Sua capacidade de filtragem ainda garante a proteção contra contaminações de patógenos recorrentes, como é o caso dos parasitas verme da Guiné, e elimina 99,9999% de bactérias e vírus, garantindo proteção total contra microrganismos causadores de diarreia, disenteria, tifoide e cólera, além de Salmonela. É evidente a importância desta tecnologia num cenário já depauperado, mas sua invenção não altera o quadro político-econômico-ecológico culminado para que ela se fizesse necessária. A pobreza extrema que permanece é inerente à faceta da pobreza tecnológica de pensarmos a nós mesmos afundando nos mecanismos capilares de colonização e exploração de recursos de algumas nações sobre outras, do excedente e da automática poluição dos rios e lagos.

Talvez seja somente por meio de uma análise microscópica do que acontece nas máquinas tecnológicas correspondentes às sociedades de controle que seria possível afirmar, se no limiar dos fluxos, acontece uma maximização de modos de vida regidos por inventividades programáticas das inteligências e formas de incitação e monitoramento dos esforços individuais e coletivos nesta transição de governos sustentáveis de vidas para governo de vidas sustentáveis, ou se essas vidas criam a si mesmas, expressando-se de maneira inventiva, recriando e operando fluxos.

No limiar dessas formas, André Trigueiro (2008) explicitará que a internet é, atualmente, considerada a mais moderna e revolucionária de todas as mídias, se revelando um poderoso instrumento de pressão em favor de causas ecológicas devido à interatividade entre seus protagonistas.

De acordo com esse autor, foi por meio desta rede mundial de computadores que, em dezembro de 1999, os ambientalistas suspenderam uma manobra da bancada ruralista no Congresso Nacional para aprovar um projeto de lei do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), alterando o Código Florestal cujo efeito prático seria a redução percentual considerável de reserva legal obrigatória em propriedades rurais localizadas na Amazônia. Num único

dia, tem-se o registro de que 189 das principais entidades ambientalistas brasileiras produziram e assinaram um manifesto online que impediu esta votação.

Ainda conforme com Trigueiro (2008) este movimento de denúncia ganhou espaços inusitados nas redes muito antes dessas tramitações na bancada ruralista. Já no ano de 1964¹⁷, em pleno início da Ditadura Militar no Brasil, um jovem repórter de 15 anos, Randau Marques, incomodava o poderio das indústrias de calçados da cidade de Franca (SP) por meio da rede mundial de computadores.

Ao descobrir que seu tio ficou doente trabalhando com defensivos agrícolas, o jovem denuncia os problemas de saúde causados pela inalação de solventes organoclorados e seus efeitos colaterais no organismo humano (caso semelhante ao de Carlson no estado da Pensilvânia, EUA). Também fora Randau quem cunhara a expressão “Vale da Morte” referindo-se ao alto índice de substâncias tóxicas cancerígenas na cidade de Cubatão (SP). O caráter de denúncia ganha um tom coletivo quando Randau desabafa em 1972: “Não estou sozinho”; referindo-se à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo (TRIGUEIRO, 2008).

Esse caso ilustra uma participação micropolítica dos cidadãos por intermédio da *techne* na ordem dos acontecimentos ambientais, revelando-se como casos aparentemente positivos. O que cabe ponderar sobre esses casos descritos é que estes não deixam de ser importantes para o funcionamento das vidas nessas regiões consideradas, ainda que tratem de condutas denunciastas e policialescas do cidadão comum, o sujeito ecológico, atuando como um perscrutador e agente mantenedor da ordem fabricada como ambientalmente adequada.

Nas sessões subsequentes desta investigação, discutirei que casos como estes já são esperados pela forma de poder em vigor, denominada de

¹⁷ Fazendo ecos, portanto, dois anos depois da publicação da obra estadunidense de Rachel Carlson, *Silent Spring - Primavera Silenciosa*.

ecogovernamentalidade. Não se tratam de casos que devem ser banidos ou desprezados, mas, de ver que, nessas reivindicações específicas de singularidade, ainda permanece uma tecnologia de dominação da conduta dos indivíduos. Tratam-se mais de casos caracterizados pela objetivação do sujeito do que da criação de outros modos de vida passíveis de existência. Apesar de se tratar de uma operação necessária, não há criação nesse procedimento. Na verdade, vivemos num tempo em que a criação nunca foi tão festejada, “mas desde que o princípio de sua produção deixe de ser prioritariamente a vida (a problematização do que impede sua expansão e a invenção de territórios que a viabilizem) para submeter-se ao capital” (ROLNIK, 2002, p. 311). Daí eu mencionar, anteriormente, que não há criação, no sentido de potencializar e por a vida em processo de variação e criação contínuas. Neste caso, o comportamento policialesco referido anteriormente acaba por ser assimilado ao quadro político existente, amortecendo a multiplicidade de contracondutas, como já salientei.

Para resistir a um tipo de regime não basta simplesmente “opor-se¹⁸” a ele. Entendo que na acepção foucaultiana e deleuzo-guattariana, resistências, no plural, implicam na criação de novas “armas”, inventivas, impensadas, não capturáveis... É preciso não apenas denunciar, mas criar outras formas de existências que implicam asceses, trabalhos sobre si mesmos que são sempre móveis e transitórios, capazes de introduzir clivagens que se deslocam nas sociedades, uma vez que implicam remodelamentos dos próprios indivíduos (FOUCAULT, 2014b).

A internet não ocupa somente um espaço da escrita-denúncia, decorrente de ritornelos (repetições) circulantes no presente, mas pode se demonstrar um terreno de ricas singularidades, desde que se ajuste o foco pelo

¹⁸ “A resistência, hoje, tende a não mais situar-se por oposição à realidade vigente numa suposta realidade paralela; seu alvo, agora, é o princípio que norteia o destino da criação, já que esta tornou-se uma das principais, se não a principal, matéria-prima do modo de produção atual. O desafio está em enfrentar a ambiguidade desta estratégia contemporânea do capitalismo, colocar-se em seu próprio âmago, associando-se ao investimento do capitalismo na potência criadora, mas negociando para manter a vida como princípio ético organizador” (ROLNIK, 2002, p. 311).

qual se olha para seus conteúdos. Aposto que existem territórios capazes de promover curtos-circuitos com as programáticas planetárias orientadas pelas técnicas de governo guiadas pela preocupação ecológica em vigor, ou mesmo pela economia política de mercado. Nos âmbitos microfísico e micropolítico, para os quais esse trabalho dá importância, importa sublinhar que:

[...] A internet não é só a nova biblioteca de Alexandria, mas ponto de convergência para participações macro e micropolíticas, conectando trabalho, vida privada e pública e confissões, transformando-se em transmissora da dissolução da convencional separação entre privado e público, produzindo atualizações na moralidade, compreendida como predisposição da pessoa em se orientar para o bem e pelo cumprimento da lei; por conseguinte, a possível libertação de um costume moral [...] Ela mostra de maneira evidente como acontece a convocação à participação que inclui desde aplicativos, programas, espaços de discussão, sexualidades, alimentações saudáveis, encontros amorosos, até participação em eventos de protestos, contestações, variedades em geral que nos ocupam e que produzimos como profissões de trabalho, espaço de lazer e ativismo político, gerando mais consensos e variadas coerções em função do fortalecimento da coesão. A internet redimensiona a coesão social democraticamente por dentro e por fora da produção de produtos e *de subjetividades*. A internet, portanto, produziu o trânsito necessário e suficiente para a comunicação contínua e *produção de fluxos para as micropolíticas compartilhadas e imantadas à política macro* [...] (PASSETTI, 2016, p.68 grifos meus).

Levando em conta que as páginas da internet não estão numa exterioridade selvagem às relações de poder – e nesse mesmo sentido podem estabelecer, também, resistências – apresento que o objetivo de minha investigação é o de cartografar modos pelos quais sujeitos constroem para si territórios outros, aqui entendidos como formas de vida não modalizadas pela ecogovernamentalidade, situada numa política macro. Ao trazer para a discussão as formas de pensamento centralizadas à macropolítica, refiro-me a um plano caracterizado por totalizações ou domínios já subjetivados por agenciamentos maquímicos de captura.

Quando o pensamento funciona exclusivamente no registro dessa lógica, a macro, [...] a vida que nele vigora morre de medo do finito limitado [...] Esse tipo de pensamento guia-se, exclusivamente, pelo mapa do mundo social vigente e visível – oficial ou não –, considerando-o natural e universal. É um pensamento obediente, incapaz de embarcar no devir e criar

cartografias. Em outras palavras, é uma estratégia de pensamento a serviço da conservação (ROLNIK, 2016, p. 63).

Numa via contrária, na construção de territórios outros, entendo que a experiência de cada um é levada em conta, estando em jogo muito mais as tecnologias de si do que um tipo de tecnologia dominante da qual parte fora aqui esboçada. Essas tecnologias também estão ligadas aos processos de subjetivação e são capazes de construir um território existencial, terminologia emprestada de alguns autores presentes nessa investigação. Importa situar que um território existencial também pode ser aquele produzido pelos poderes totalitários, como o da *mass-mediatização* (GUATTARI, 2009). A própria ecogovernamentalidade produz territórios existenciais na medida que fabrica seus sujeitos ecológicos.

O uso que faço desta terminologia nesta tese (e que está presente no título) é para se referir aos territórios produzidos pelas tecnologias de si, produzidos por singularidades, em vez de repetições. O território, no uso aqui empreendido, constitui-se, fundamentalmente, de uma recusa ética das forças totalitárias da ecogovernamentalidade e da ecopolítica.

Nesse sentido, escapam às relações econômicas e estatais dominantes, à padronização dos elementos não-discursivos referentes aos espaços, sejam eles urbanos ou não, e à usinagem decorrente da *mass-mediatização* coletiva das subjetividades, isto é, aquilo que podemos conceber por subjetividade normalizada ou modalizada (GUATTARI, 2009). Tratam-se menos de práticas capazes de enredar sujeitos para um domínio hermético¹⁹ e mais de práticas geradoras de diferenças, seguindo um princípio já anunciado certa vez pelo sociólogo francês Gabriel Tarde: “existir é diferir” (PELBART, 2013, p. 90).

As práticas produtoras desses territórios permeiam inúmeros processos existenciais, extrapolando os setores específicos em que são aparentemente mais nítidas nossas relações com o meio ambiente. Guattari (2009) dá o exemplo da cultura do *rock*. Seu culto iniciático é capaz de conferir uma

¹⁹ Pois, apesar do nome territórios existenciais, “podem estar tão desterritorializados quanto se possa imaginar” (GUATTARI, 2009, p. 29).

pseudo-identidade cultural, representando um papel significativo para as massas jovens. Neste ínterim, Rodrigo Barchi (2016) também demonstrou que a cultura de bandas de rock como *Led Zepellin*, *Sepultura* e *Iron Maiden* – o papel semiótico oferecido pelas capas de disco e letras das músicas – compõe narrativas não assimilacionistas que escapam da caoticidade sonora que assenta ecologias policiais e normativas. Esse autor contribui para evidenciar os elementos que parecem distantes dos modos pelos quais compomos com o meio ambiente estão, na verdade, intimamente ligados a eles.

Como nesse exemplo anterior, mas, também, no tipo de máquina imanente aos usos das técnicas que diz respeito às estratégias de governamento das vidas, esboço a próxima seção a analítica da governamentalidade, tentando precisar as múltiplas caracterizações feitas por Foucault a esta terminologia, uma delas intimamente ligada à questão da subjetividade.

Após essa digressão, será possível discutir a derivação atual do conceito para a ecogovernamentalidade, à luz das atualizações desenvolvidas por leitores contemporâneos de Foucault. Entendo que essas seções são cartografias necessárias ao objeto investigativo ao qual me debruço, uma vez que delineiam contornos referentes a tecnologias de dominação e objetivação. É uma preocupação com os leitores delinear o campo de táticas mobilizado pela ecopolítica e ecogovernamentalidade, para entender de quais práticas essas subjetividades, aqui em questão, escapam.

3. PARTIDA: A GOVERNAMENTALIDADE

Apesar de a analítica da governamentalidade apontar desde o século XVI, recebeu importância ao final da vida de Foucault, figurando com mais ênfase nos seus últimos cursos dados no *Collège de France* (1975-1980). Assim como a disciplina não superou a soberania, é importante situar que, por governamentalidade, não entendemos uma modalidade que superou a analítica do poder disciplinar e do biopoder. Não é que a governamentalidade não existia anteriormente como forma de poder, mas com a ascensão da figura do Estado nação e o liberalismo econômico ela se torna uma "arte de governar" diferenciando-se das formas que se viam anteriormente.

Para contextualizar a problemática exposta, é preciso uma imersão em certos temas estudados por Foucault para, posteriormente, apresentar os desdobramentos feitos por autores de sua analítica do poder nas formas que aparecem capilarizando população-meio ambiente. Não existe uma concepção essencialista das coisas e do mundo nas teorizações do filósofo francês. O que ocorre é um produto de dinâmicas sociais complexas regidas por dinâmicas de saber-poder.

É possível iniciar esta discussão lembrando-se de que cada sociedade estabeleceu em seu tempo formas de regimento da vida associadas ao que lhe era produtivo e tido como verdade em certo momento histórico. Os regimentos escolhidos por um coletivo social passam a ficar mais evidentes do que outros, isto é, estão sob condições que os garantem serem mais dizíveis e visíveis do que outros e, neste ordenamento, a visibilidade do que é enunciável interfere, para Foucault (2015d), na criação de verdades de um tempo, como já foi discutido.

A dinâmica das sociedades pré-industriais assistiu, por exemplo, a uma forma de reger a vida diferente da posta em prática na ascensão das sociedades industriais, onde houve um vertiginoso aumento populacional e concentração da população em grandes centros urbanos. Mudam-se, nessas contingências, os blocos de saberes e táticas ocidentais que passam a ser postos em circulação em tais sociedades, aquilo que é dito e permanece por ser dito, orientando práticas e regulando vidas.

No fortalecimento do Estado Nação como instância regulatória, Foucault (2008) inscreveu o horizonte da biopolítica. Na verdade, o nascimento do Estado moderno só chega a ser possível quando a “governamentalidade ganha o caráter de uma prática política calculada e refletida” (FOUCAULT, 2008, p. 219). Nesse âmbito, não se governam apenas os indivíduos em dimensão anátomo-política, individual e, portanto, disciplinar, mas se passa a reconhecer a população – como nível de regulação que está acima do individual, sendo possível aferir e regular em termos de taxas de natalidade, mortalidade, imigração e emigração – como conceito que movimenta as estratégias de regulação de um Estado moderno.

Neste limiar, a soberania do rei medieval é substituída pela figura do bom administrador, o qual conhecerá tudo e todos com a finalidade de gerir seu território (CANDIOTTO, 2010). Mais do que nunca, tratou-se de mapear o máximo possível das ações dissolvidas nas organizações sociais – como a família, em seu sentido mais institucionalizado – ao mesmo tempo em que se fortalecia a economia política como ciência e o exército, como instituição moderna por excelência.

A problemática da governamentalidade expandiu o sentido de governo (tal qual o usamos hodiernamente como Governo do Estado ou Governo Federal) para todo ato minucioso exercido pelo cidadão comum, individual ou coletivamente. Cientificavam-se, em alguma medida, essas táticas – “como ser governado, por quem, até que ponto, para quais fins, por quais métodos?” (FOUCAULT, 2008, p. 92) – a fim de obter-se, como perguntas: “como se governar, como ser governado, como governar os outros, como fazer para ser o melhor governo possível?” (CANDIOTTO, 2010, p. 35).

Ao longo de sua obra, pode-se dizer que Foucault erigiu elementos que entendessem a biopolítica em termos do binômio saúde-morbididade. Tornou-se possível à figura do Estado o estudo de dinâmicas mais complexas como o número de indivíduos que padece na difusão de uma epidemia, o número de filhos que nasce em cada família após uma guerra, de massa populacional contaminada pela lepra em certo intervalo de tempo, etc. Tornou-se possível,

pois os próprios indivíduos passaram a contribuir para a produção e difusão de dados sobre si mesmos.

Assim como acontece com a biopolítica, a analítica do conceito de governamentalidade aparece dispersa na obra foucaultiana. Há pelo menos três textos em que a governamentalidade aparece conceituada de maneiras distintas, mas complementares.

No curso *Segurança, Território, População*, (FOUCAULT, 2008) a figura de Maquiavel é evocada para explicitar que é somente a figura do soberano quem governa, ao passo que, para La Perrière, o termo governante já é expandido para uma pluralidade de agentes. Em Maquiavel ainda existia uma separação entre moral e política: enquanto a moral restringia-se ao domínio da vida privada; a política influía sobre a vida pública. O principado de Maquiavel agia principalmente sobre o território, sendo que as pessoas, seu solo e clima seriam apenas variáveis desse território; enquanto em Perrière, o governo refere-se somente a “coisas”, para as quais encarregam-se de conduzir a fins mais convenientes (FOUCAULT, 2008).

Pela figura de Perrière, Foucault atribui diversas instâncias ao uso da palavra governo pela nova forma de poder em atuação: “governo do lar, o governo das almas, o governo das crianças, o governo de uma província, o governo de uma ordem religiosa, inclusive o governo de si mesmo” (CANDIOTTO, 2010, p. 36). Com Perrière, não há mais a separação público-privado, separação esta que impede técnicas de poder mais sofisticadas. Nesse ínterim, a intenção estatal foi a de que “a macropolítica se tornasse indissociável da micropolítica” (CANDIOTTO, 2010, p. 37).

É ainda nesse curso, que Foucault (2008, p. 143-144) chega a definir minuciosamente:

Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, ainda que complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Segundo, por “governamentalidade”

entendo a tendência, a linha de força que em todo o Ocidente, não cessou de conduzir, e desde muito tempo, à preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, de outra parte], ao desenvolvimento de uma série de saberes.

Este conceito também está apresentado, de forma bastante similar, no texto *A Governamentalidade* (FOUCAULT, 2015a). Neste texto, há uma afirmação interessante: por “gerir a população não queria dizer simplesmente gerir a massa coletiva dos fenômenos ou geri-los somente no nível de seus resultados globais. Gerir a população significa geri-la em profundidade, minuciosamente, no detalhe” (FOUCAULT, 2015a, p. 428). Novamente, dissolvem-se as escalas micro e macro na medida em que dados sobre a vida íntima dos indivíduos são traduzidos como algoritmos: “A análise da governamentalidade implica que ‘tudo é político’” (FOUCAULT, 2008, p. 287).

Se tudo é político, a resistência ou contraconduta também são formas de recusa e, portanto, componentes da governamentalidade. Isso já está anunciado em *Segurança, Território, População*. Destaco essa questão, pois em *As Técnicas de si* (2014a, p. 266) (texto já referido anteriormente) ele dá uma terceira definição de governamentalidade: “Eu chamo ‘governamentalidade’ o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si”. Insisto, portanto, no que já foi visibilizado na Introdução, de que a vida escapa às técnicas de dominação.

Nas teorizações do filósofo, as técnicas de si são um conjunto de práticas ligadas ao que ele chamará de “artes da existência”. É por meio delas que nos interrogamos sobre nossa própria conduta, impedindo-nos de conformação e governando-nos a nós próprios nas propostas de ascense: “a análise das relações de poder e de suas tecnologias permitia focalizá-las como estratégias abertas, escapando à alternativa de um poder concebido como dominação” (FOUCAULT, 2014d, p. 9). Por “artes da existência deve-se entender”:

[...] práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser

singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo. Essas “artes da existência”, essas “técnicas de si”, perderam, sem dúvida, uma certa parte de sua importância e de sua autonomia quando, com o cristianismo, foram integradas no exercício de um poder pastoral [...] De qualquer modo, dever-se-ia, sem dúvida, fazer e refazer a longa história dessas estéticas da existência e dessas tecnologias de si (FOUCAULT, 2014d, p 16).

Deste modo, ainda que tenham sido, em grande parte, esgotadas pelos domínios da moral, está na própria definição da governamentalidade as possibilidades de pensarmos saídas.

O poder não se exerce sem que exista um foco de insubmissão. Em toda prática de governo há um complexo limiar entre o que pede o poder da totalização e objetivação e as subjetividades que lhe servem “de anteparo”. Se esse capitalismo (que eu aqui considero na versão financeirizada, globalitária e neoliberal) joga com seu conjunto de técnicas, procurando nos persuadir com as categorias da falta e da culpa, as subjetividades respondem por contracondutas orientadas por seu próprio conjunto de técnicas, as tecnologias de si. Há sempre um modo de reinventar os usos das técnicas. Se há a grande máquina que capitaliza o lucro, haverá as pequenas máquinas capazes de singularizar as “artes da existência”.

Escolho finalizar essa breve seção com uma síntese de Malette (2011, p. 8), de que ao longo de seu trabalho sobre a governamentalidade, “Foucault examina os meios pelos quais as pessoas experimentam a ‘liberdade’ (e, portanto, subjetividade) via diferentes práticas, racionalidades de governo e tecnologias de poder”.

Apresentei elementos que considero suficientes para o entendimento da analítica de poder denominada governamentalidade. Na seção seguinte apresento uma cartografia de possíveis táticas derivadas desta analítica de poder nas sociedades ocidentais hodiernas, para a qual usei a terminologia ecogovernamentalidade. Pode-se dizer que ela é correspondente, em meu trabalho, a uma cartografia do esgotamento, como propõe Pelbart (2016). Entendo ser necessário acentuar esse diagrama de poderes totalitários e

esgotantes para que, num momento seguinte, percebamos os territórios existenciais, as “artes da existência”.

4. VARIAÇÕES: A ECOGOVERNAMENTALIDADE

“Houve um tempo em que se acreditava que apenas Deus olhava do céu para a Terra [...] Nos tempos atuais, olhar do céu para a Terra é tarefa de satélites, estações planetárias, para lá ou de lá continuar em direção ao infinito com naves, sondas, diversos equipamentos que se misturam no éter” (PASSETTI, 2007, p. 9-10).

Tendo, ainda, muito a dizer sobre as estratégias de governo das sociedades, é considerável o número de estudiosos que mobilizam (e atualizam, uma vez que arrastam para o tempo presente) os conceitos e as teorizações foucaultianas a fim de analisar relações com outros contornos num quadro atual em que o próprio Foucault não pôde vislumbrar.

Enquanto os cursos finais de Foucault me auxiliaram no entendimento da governamentalidade, ferve uma série de estudiosos com muitas interferências dos efeitos da governamentalidade em escala planetária, sendo particularmente importante situar os artigos disponíveis nas edições da revista *Ecopolítica*²⁰. Estes estudos contribuíram para a construção da maior parte do arsenal teórico que construí acerca desse conceito e de seus efeitos nas sociedades do presente. Também endossam esse arsenal alguns textos encontrados na coleção Estudos Foucaultianos²¹, bem como artigos diversos publicados em outras revistas científicas brasileiras.

²⁰ A iniciativa da revista *Ecopolítica* está ligada ao “projeto temático FAPESP ‘Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle’, tratando-se de um espaço de problematização da biopolítica - regulação e regulamentação da vida da população na sociedade disciplinar - com as novas e inacabadas tecnologias de poder compreendidas nesse projeto como ecopolítica - governo da vida do planeta na sociedade de controle”, como aparece descrito em sua página inicial. Com periodicidade quadrimestral, a revista apresenta artigos originais, entrevistas, vídeos, imagens e resenhas a respeito do atual investimento em políticas de preservação e conservação do meio ambiente, da ampliação dos direitos em escala transterritorial, do redimensionamento das políticas de segurança e da contemporânea expansão da penalização a céu aberto.

²¹ De acordo com as informações constadas na página da editora autêntica, *A Coleção Estudos Foucaultianos* reúne obras individuais ou coletivas que tratam de Política, Educação, Medicina, Sociologia, História, Literatura, Filosofia ou Estudos Culturais, a partir da ampla e multifacetada perspectiva desenvolvida por Michel Foucault. Conta com autores nacionais e estrangeiros, e está sob a coordenação do professor Alfredo da Veiga-Neto. Cada livro desta Coleção tem uma dupla preocupação: tanto fazer circular o que de mais atual, avançado e confiável vem sendo produzido no Brasil ou fora dele, quanto se constituir numa fonte de consulta e referência para investigações mais avançadas no campo dos Estudos Foucaultianos.

Fundamentando-me nesses escritos, tentei mostrar que o efeito deste feixe singular do poder em nossas vidas é amplo e capilarizado, apresentando-se numa complexa rede de filamentos estratégicos expressos nas palavras de Guimarães e Sampaio²²(2012, p. 396) quando definem seus efeitos como “fios cortantes e suaves que nos atravessam, que nos tomam, nos provocam, nos acolhem, que nos tocam e nos acomodam, que nos agridem e nos enredam no tempo presente”.

Se por um lado a biopolítica foi caracterizada como estratégia das sociedades liberais, nas sociedades neoliberais consagra-se uma ecopolítica (VEIGA-NETO, 2014), sendo possível falarmos, até mesmo, em uma ecogovernamentalidade (MALETTE, 2011) ou, ainda governamentalidade verde (MALETTE, 2011).

Esses conceitos só podem ser sustentados na admissão de um progressivo fenômeno de desfronteirização contemporânea que não nega ou se atrita com os efeitos da biopolítica, mas os amplia para um território que opera pelo caráter controlador e utilitarista das relações estabelecidas entre as vidas humanas e o meio ambiente na medida em que um arsenal tecnológico age como mediador desta relação. Qual arsenal tecnológico e quais modos dele serão decorrentes dependerão de quais vontades forem mobilizadas em cada época, como já discuti anteriormente.

Tanto a ecopolítica quanto a ecogovernamentalidade como práticas de governo, foram se desenvolvendo na segunda metade do século passado e na inversão deste milênio, apoiando-se na crença de que é preciso acompanhar todos os fluxos planetários, monitorando o planeta com o auxílio de técnicas desenvolvidas especificamente para tal função, consagrando a modalidade de um capitalismo continuado (SIQUEIRA, 2016).

²² Nesse ensaio, particularmente, os autores se referem ao dispositivo de sustentabilidade. Na amplitude que ganha minha investigação, entendo o dispositivo de sustentabilidade, conceituado pelos autores, como uma faceta da ecogovernamentalidade.

Neste momento, não me interessa fazer uma longa digressão no pensamento do filósofo, mas selecionar algumas relações para que meus interlocutores entendam o delineamento considerado aqui.

Como já explicitado neste trabalho, cada forma de poder tem seu alvo específico correspondente. Importa resgatar essa constante no sentido em que as implicações extrapolam o corpo-indivíduo e o corpo-população, abrangendo domínios humanos extraterritoriais, o que torna admissível pensar num corpo-planeta, de escala sideral (SIQUEIRA, 2016).

Sinalizando para esta modalidade, não quero admitir que as formas de poder anteriores estejam exaustas. Ao contrário, as novas formas de funcionamento do poder arrastam consigo as anteriores, de modo que “[...] a ecopolítica não desloca a importância até agora conferida à biopolítica como, também, amplia do humano para o planetário, o papel conferido a vida” (VEIGA, NETO, 2014, p. 40). É como se as novas estratégias de poder presumissem o funcionamento ou pelo menos, certo status de naturalização de estratégias anteriores, do mesmo modo que a sociedade de controle pressupôs as estratégias do poder disciplinar em curso para que ganhasse a dimensão hoje garantida por ela.

Nem mesmo os mecanismos disciplinares da modernidade foram superados pela ecopolítica. Adequar-se às exigências da ecopolítica não deixa de ser um processo de docilização dos corpos. Uma das modalidades pelas quais esta relação pode ser notada é a da interface educação-meio ambiente, como reconheceu Godoy (2007, p.124-125):

Educar para o meio ambiente é antes adequar o corpo à Terra e adequar é restaurar equilíbrios perdidos ou conquistar equilíbrios futuros. É a saúde perfeita do corpo individual e do corpo planetário constituindo-se, concomitantemente, na promessa de reparação de danos e na prevenção de riscos. Educar para o meio ambiente apresenta-se como o cumprimento de prescrições que reduzem os corpos e as relações à conservação.

Encontro uma violenta similaridade na preocupação traduzida neste trecho de Godoy (2007) como *corpo individual* com a anatomo-política em

Foucault. Também vejo similaridade com o que ela concebe por *corpo planetário* com a ecológica. A diferença, mobilizada pela ecológica, é que, desta vez, “o corpo de cada um não está mais dissociado do planeta, é a sua extensão. É preciso cuidar da saúde do planeta vivo em relação aos planetas mortos e ao universo” (PASSETTI, 2007, p. 21).

Além disso, nas relações incitadas com o meio ambiente no tempo presente espera-se algo a ser ensinado por uma prática educativa – mais parecida com um cumprimento de prescrições tuteladas sobre o fazer e o não fazer –, de modo que a relação com a noção de norma também se faz presente nesses entrelaçamentos.

É no limiar entre a biopolítica e a ecológica que a Educação Ambiental se instaura, no âmbito educativo, como um novo “dispositivo de poder” que encontrou, nesse momento histórico, condições de institucionalizar-se a fim de construir uma nova “vontade de ordem: a vontade da ordem ambiental” (MALDONADO, 2001). Não se tratam de quaisquer formas de se relacionar com o meio ambiente, mas da forma encontrada pelos regimes de verificação de uma Modernidade cuja vontade de ordem é missão primeira de seu projeto. É nesse sentido que podem ser tomados os discursos da Educação Ambiental (em maiúsculo, como prática de Estado) – “resultantes de Conferências Internacionais e Nacionais, bem como discursos de Leis e regulamentações oficiais – como uma nova maneira de possibilitar a subjetivação dos indivíduos” (MALDONADO, 2001, p. 13).

Essa função de subjetivação dos indivíduos tornar-se-á praticável por uma máquina de subjetivação (capaz de produzir indivíduos em série) garantida, por sua vez, por uma educação maior (GALLO, 2016). A educação maior é da ordem do consenso macropolítico, isto é, das relações que emanam da função-Estado, da ordem e do controle policialesco, e, por isso mesmo, daquilo que se distancia das singularidades do mundano.

A educação maior é aquela dos planos decenais e das políticas públicas da educação, dos parâmetros e das diretrizes, aquela da constituição e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pensada e produzida pelas cabeças bem-pensantes

a serviço do poder. A educação maior é aquela instituída e que quer instituir-se, fazer-se presente, fazer acontecer. A educação maior é aquela dos grandes mapas e projetos (GALLO, 2016, p. 64).

Da educação maior como função-Estado prescindem comportamentos orientados por normativas. Foucault (2013c, p. 175-176), em *Vigiar e punir*, tem uma acepção interessante acerca da “arte de punir” num regime marcado disciplinarmente por cinco operações distintas: 1. “relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto”, estabelecendo um campo de comparação, de diferenciação e de uma regra a seguir. Adequam-se, como exemplos contemporâneos: separar o lixo orgânico do reciclável, evitar comprar alimentos que venham em bandejas de isopor, evitar sacolas plásticas. Quanto mais, melhor. 2. “Diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto”. Quais são sujeitos ecológicos e quais (ainda) não são? 3. “Medir em termos quantitativos e hierarquizar em termos de valor as capacidades”. Atualmente, existe um auto número de empresas que comprem pacotes de *coaching* ecológico para “formação” de seus funcionários; 4. “Fazer funcionar, através dessa medida “valorizada”, a coação de uma conformidade a realizar”. Lê-se: diminuir os tributos de uma instituição que esteja adequada às normativas ambientais. 5. “Traçar o limite que definirá a diferença em relação a todas as diferenças, a fronteira externa do anormal”. se por este termo possamos entender aqueles e aquelas que não cederam aos apelos da ecopolítica. Nessas cinco operações, das quais busquei derivar de que modos podem ser pensados os comportamentos ecológicos na atualidade, pode ser verificada uma Educação Ambiental comprometida com o poder, recalibrando dispositivos que atualizam uma maquinaria disciplinar capaz de governar condutas e instituir uma nova ordem, a ordem ambiental (MALDONADO, 2001).

A ordenação dessas narrativas funciona, na forma com que empreende o filósofo francês, por mecanismos de sanções regulatórias que tangenciam tanto as instituições (o que não significa que “partem” delas) quanto a população, de modo que ela mesma adota (mas nunca de maneira submissa e sem resistência) um comportamento que incorre no ato de sancionar os demais. Do que está posto na referência anterior, faço a inferência de que há

mais chances de notar um gradiente de comportamentos entendidos como adequados do ponto de vista ambiental do que um conjunto universal de prescrições. Mas reconhece-lo, saber identificá-lo e adotá-lo é somente a primeira parte de seus mecanismos essenciais.

Acentuando os contornos dessas prescrições, centralizarei alguns dos acontecimentos que culminaram nas transformações biopolíticas em andamento, na emergência de uma forma de poder cuja varredura é ainda mais ampla e vem ganhando nitidez no conjunto de estratégias e táticas que este trabalho referencia pelo conceito de ecogovernamentalidade.

Pode-se dizer que esta seção trata de uma tentativa de cartografar um tipo de padrão dominante, no que concerne tanto às sequências enunciativas quanto às linhas de força desta forma de poder que se apresentam na busca incessante de modalizar e endurecer as subjetividades – em uma modalidade de poder totalitário do tipo “de cima para baixo” – em um aparato fixo de suas expressões. Como também já salientei, trata-se muito mais de cartografar ações múltiplas de um poder totalitário do que cair na armadilha totalizante de assumir que “não há saídas”. Se a governamentalidade cria seus próprios arsenais de insubmissão, a ecogovernamentalidade criará formas outras de reger a vida num meio ambiente, também pensado de forma política e singular.

Nessa tentativa, apresentarei algumas peças articuladas na “montagem” de possíveis trajetórias codificantes, ainda que não acredite haver uma sequência ordenada e única para suas forças em funcionamento. No âmbito da governamentalidade propriamente dita, trata-se de explorar a modalidade das técnicas de dominação na acepção foucaultiana (2014a), uma vez que, como ela é componente elementar para que se entenda a que tipos de “jogos de verdade”, se ligam as técnicas específicas capazes de dizer que tipos de sujeitos poderemos ser. Novamente, delinear esses jogos de verdade é um exercício que intenta muito mais cartografar um quadro do que circunscrever uma modalidade de vida como única possível, pois frente a este regime operante, as vidas criam outras formas de ser e estar no mundo.

São grandes os efeitos dessas peças e trajetórias e, para isso, como movimento de minha escrita, apresento o seguinte diagrama: irei das táticas de

governo das vidas operadas em um sentido do genérico ao particular trazendo sequências enunciativas iniciadas em âmbito internacional ou nacional que transitam capilarmente no cotidiano os sujeitos.

Deste modo, intitulei dois feixes pelos quais esta política da verdade se difunde: o primeiro deles relacionado a um governo das vidas ditado por uma Agenda Nacional, a qual contempla os novos dispositivos diplomático-militares já existentes desde o final da Idade Média e redimensionados depois da Segunda Guerra Mundial por novas burocracias multilaterais características da sociedade de controle (da qual as políticas climáticas são seu exemplo por excelência); enquanto o segundo estaria mais próximo de um governo das vidas ordenado por regularidades de mercado, se por estes termos somos capazes de entender desde as negociações transnacionais às incitações provenientes de *slogans*, propagandas ou chamadas comerciais.

Finalmente, o terceiro feixe é caracterizado por uma governamentalidade planetária, a forma ampla de exercício da ecogovernamentalidade que extrapola as escalas anteriores, envolvendo não somente a vida dos sujeitos ou a escala territorial que habitam, mas os próprios fluxos produtivos do planeta – não se trata, portanto, de uma escala meramente transnacional, mas que envolve a Biosfera, os oceanos e o entorno sideral, extrapolando o que pudesse ser entendido somente como domínios da anátomo ou biopolítica.

Uma primeira consideração sobre estes feixes é a de que não busco cercar um campo de diferenças gritantes entre Estado e mercado. Como está considerado em *Nascimento da Biopolítica* (2010c), já vivenciamos uma íntima relação entre essas instâncias, de modo que a primeira delas governa para a liberdade da segunda; enquanto a segunda não prejudica o arranjo de organização interno da primeira. Além disso, diferenciei esses feixes com o intuito de evidenciar que, apesar da diferença de alcance espacial dos

mesmos, esta não impede que existam zonas ou manchas de sobreposição desses elementos²³.

4.1 Meio ambiente na guinada ecológica

É imprescindível situar que no contexto da ecogovernamentalidade e da ecológica em questão, o conceito de (meio) ambiente aparece carregado de outras forças e efeitos de sentido diferentes daqueles encontrados em outros momentos da história. Desse modo, suas linhas nos encetam em dimensões que serão exploradas na sequência, mirando as imediações, uma agenda nacional e o planeta como um todo.

Nesse movimento, Carneiro (2012) situa que a invenção da palavra em inglês *environment* foi caracterizada pela tradução da palavra alemã *umwelt*, realizada pelo poeta britânico Carlyle em meados do século XIX. Neste contexto, a biopolítica já atua como tática de governo das populações e se dirige ao homem-espécie. Na segunda metade do século seguinte, meio ambiente tornar-se-á palavra de ordem, expressando-se nas palavras da autora como práticas de governo. Estabelecerei nessas relações um possível início do governo das vidas nos espaços citadinos e, em escala um pouco mais ampla, no território nacional.

Nos cursos lecionados ao *Collège de France* é possível identificar algumas passagens ativando a noção de meio como um dos elementos que participam do cálculo de segurança, uma vez que assinala a distância da ação

²³ Um célebre caso desta sobreposição no cenário ecológico do contemporâneo é o do Protocolo de Quioto e sua inaugural Política de Crédito de Carbono (característica de um grupo de tecnologias que passou a se dispersar pela terminologia de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo). Tratou-se de um acordo internacional entre chefes de Estado que, desde a 19ª Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, mais conhecida como Rio+5, estabeleceu que os países desenvolvidos devessem reduzir, entre 2008 e 2012, suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) a 5,2%, em média, em relação aos níveis medidos na década de 1990. Nesse sentido, a Política de Crédito de Carbono aparece como medida de mercado voltada para a criação de projetos de redução da emissão dos gases que aceleram o processo de aquecimento do planeta. Uma vez posta em prática a certificação desta medida, o Estado que promove a redução da emissão de gases poluentes tem direito a Créditos de Carbono e pode comercializá-los com países que têm metas a cumprir.

de um corpo sobre outro, ao movimento dos corpos e suas mútuas interferências.

Na seção *Situação dos cursos*, ao final de *Segurança, Território, População*, Michel Senellart apresenta que Foucault discriminava três grandes domínios de intervenção da biopolítica no fim do século XVIII e no início do século XIX: (1) os processos de natalidade e mortalidade, induzindo um novo enfoque do problema da morbidade; (2) os fenômenos da velhice, dos acidentes, das doenças, etc., que alteram a capacidade dos indivíduos e (3) *as relações entre os homens, como seres vivos, e seu meio, através, essencialmente, do problema da cidade* (FOUCAULT, 2008, p. 516 grifo meu).

Que problema da cidade é este a que ele se refere? Qual(is) seria(m) a(s) interface(s) estabelecida(s) pela cidade e a biopolítica como forma atuante de poder? Na analítica foucaultiana, a cidade acentuará as noções de limite, de dentro e fora, de captura, em suma, da arte da distribuição dos corpos, e as figuras a serem excluídas alternam-se conforme o regime de visibilidade que se faz em cada época.

Na Europa da Idade Média, a expulsão dos corpos para fora do domínio das cidades se dava como resposta ao problema da Lepra (FOUCAULT, 1972). Sob a chancela da racionalidade que se institui no século XVII, é a figura do louco que passa a ser descentralizada para a defesa da urbe. Está sob questão uma operação de divisão e exclusão, operacionalizada por uma ideia de purificação.

Outra prática de proteção dos limites da cidade entra em vigor durante o século XVIII. À luz da biopolítica, as tecnologias de poder passam a fazer a leitura da peste não somente sob o viés da purificação, mas da ameaça à produtividade do corpo saudável, hábil para o trabalho e produção (FOUCAULT, 2001). Nesse limiar, os processos de exclusão tornam-se mais sutis: um arraste grosseiro da separação espacial vai cedendo aos mecanismos de vigilância, exame e classificação, buscando intensificar um controle interno da epidemia na totalidade das cidades.

A noção de meio instaurada pelas cidades desse período remete menos a um espaço de trocas, experiências ou afetações possíveis e mais a um território estéril, pois o que importa é o trânsito²⁴ facilitando a circulação do poder. Nesses espaços, fortalece-se um “tipo de caminhar em que se anda sem olhar para os lados, sem olhar para dentro” (ROMERO, 2018, p. 109). Seja a polícia, seja a equipe médico-sanitarista que mira a mitigação das enfermidades por contágio para a formação de um espaço de higienização, o esquadramento do corpo populacional permanece como objetivo, mas, desta vez, para defender a saúde da população. À medida que houve os pestilentos atuais (todos que traziam a peste para dentro da cidade), passa a haver, os pestilentos virtuais (aqueles que podiam ter a peste, os pestilentos em potencial) (ROMERO, 2018).

É nessa tríade segurança-território-população que “o meio, *milieu*, teve um papel decisivo na construção dessas técnicas de segurança na biopolítica, pois os cálculos dos perigos e riscos possíveis envolviam qualidades dos locais onde estava a população” (CARNEIRO, 2012, p. 3). Essas técnicas de segurança também foram descritas por Félix Guattari (2009, p. 10) quando se referiu aos modos dominantes de valorização das atividades humanas demarcados tanto pelo “império de um mercado mundial”, quanto pelo “conjunto das relações sociais e das relações internacionais sob a direção de máquinas policiais e militares”. Aqui, também é possível visualizar uma noção de tecnologia empregada de forma policialesca. Quaisquer dessas dimensões não podem ser abandonadas quando o que se discute é a pobreza subjetiva que caracteriza o trato com as questões ambientais globais.

Levando em conta o que fora considerado até aqui, Foucault (2008) discute a terminologia meio extrapolando-a da noção de território. Em um trecho longo, que decidi manter pelo destaque dado por Foucault à relação Estado-nação, um espaço delimitado e mapeado como estratégia de

²⁴ Ainda neste século XVIII, marcado pelo fortalecimento da saúde populacional em evidência com o problema da cidade, que, mais do que nunca, cuida da limpeza urbana e das questões de circulação, Manuela Romero (2018, p. 113) situa uma analogia de Adam Smith, economista e filósofo, para quem “o funcionamento da cidade precisava correr tal como o do organismo”.

governo das vidas, um meio como território de rastreamentos em potencial:

O espaço próprio da segurança remete, portanto, a uma série de acontecimentos possíveis, remete ao temporal e ao aleatório, um temporal e um aleatório que vai ser necessário inscrever num espaço dado. O espaço em que se desenrolam as séries de elementos aleatórios é, creio, mais ou menos o que chamamos de meio. O meio é uma noção que, em biologia, só aparece – como vocês sabem muito bem – com Lamarck. É uma noção que, em compensação, já existe em física, que havia sido utilizada por Newton e os newtonianos. O que é o meio? É o que é necessário para explicar a ação à distância de um corpo sobre outro. É, portanto, o suporte e o elemento de circulação de uma ação. É, portanto, o problema circulação e causalidade que está em questão nessa noção de meio. Pois bem, creio que os arquitetos, os urbanistas, os primeiros urbanistas do século XVIII, são precisamente os que, não diria utilizaram a noção de meio, porque, tanto quanto pude ver, ela nunca é utilizada para designar as cidades nem os espaços planejados; em compensação, se a noção não existe, diria que o esquema técnico dessa noção de meio, a espécie de [...] estrutura pragmática que a desenha previamente está presente na maneira como os urbanistas procuram refletir e modificar o espaço urbano. Os dispositivos de segurança trabalham, criam, organizam, planejam um meio antes mesmo da noção ter sido formada e isolada. O meio vai ser portanto aquilo em que se faz a circulação. O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas, etc. O meio é certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem. É um elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito, de um lado, vai se tomar causa, do outro (FOUCAULT, 2008, p. 27-28).

As questões epidemiológicas discutidas em *Em defesa da sociedade* (2010b) que compõem esta relação com o meio artificial humano e o reconhecimento das tensões proporcionadas pelos efeitos do *welfare-state*, a ameaça socialista, e as resistências potencializadas com o acontecimento de Maio de 1968 mencionadas em *Nascimento da Biopolítica* (2010c) são complementares nesta análise de um poder que não se resume à população em um território, mas a população estratificada e vista gradualmente em seu meio (ambiente).

Malette (2011) complementa que na situação desses cursos o conceito de “ambiente” foi modelado pela emergência de estatísticas e modos indutivos de raciocínio que contam com a ajuda das ciências computacionais e modelos preditivos. Nesses arranjos, o sujeito é pensado como um ponto se deslocando num mapa, partícula de uma massa amorfa a qual deve ser localizada em seus deslocamentos.

Se o meio passa a ser lido como um espaço de potencial distância entre os corpos em circulação, é preciso que se desenvolva, progressivamente, um conjunto técnicas capazes de mapeá-los em seus complexos desenhos no território. Definido o meio (ambiente) naquilo que se faz circulação, é preciso pôr em andamento mecanismos capazes de regularizarem o máximo possível os efeitos que o atravessam.

4.2 Os dispositivos diplomático-militares de uma Agenda Nacional

Neste íterim, os *insights* de Foucault sobre a significância política assumida pelos cálculos estatísticos²⁵ verificam-se “caminhos pelos quais uma progressiva matematização da ‘natureza’ tem possibilitado diversas racionalidades e tecnologias ecológicas para produzir uma ampla gama de ‘normas’ que se referem à ‘natureza’”, se por esses termos se pode entender não apenas que há modalidades complementares ao dispositivo da soberania-lei, “mas também uma série de ‘reivindicações de verdades’ sobre modos ecológicos de conduta pelos quais se espera que indivíduos racionais governem a si e aos outros” (MALETTE, 2011, p. 14). Pode-se dizer que a ecogovernamentalidade, como reconhece Malette (2011, p. 5), “reorganiza as relações entre os conceitos foucaultianos de população, segurança e economia política: três movimentos constitutivos da governamentalidade moderna”.

O Estado percebe que a incitação política dos indivíduos amplia sua varredura, pois nessa conformação não há a grande instância do poder, mas uma ampla circulação acionada nas micro instâncias individuais. “Nesse

²⁵ Que etimologicamente deriva de *estatistikos*, Estado.

vaivém de micro e macropolíticas a subjetividade participativa, tolerante e resiliente produz um novo sujeito: o cidadão-polícia” (PASSETTI, 2016, p. 70). Trata-se de uma subjetividade pastora de si e dos outros nas formas de vida organizadas em sociedades urbanas e rurais, maximizando os monitoramentos que passam a ser constantes e contínuos.

Já fiz referência anteriormente ao *Homo oeconomicus*; este na roupagem ecopolítica comporta-se de maneira policlesca. Neste novo patamar social a grande instância de vigilância progressivamente cedeu à micro instâncias móveis e circulantes, atualizando o efeito de uma polícia, agora, introjetadas nas subjetividades circulantes: “Multiplicam-se as polícias e se estimula em cada cidadão sua vocação para policial”, de modo que seja possível falar em uma “polícia da vida” que, quando convocada a participar, “cuida tanto dos vivos em sua área, quanto do planeta e da vida dentro e fora dele” (PASSETTI, 2013).

Neste governo das vidas orientado pelo Estado, a biopolítica está intimamente relacionada à “segurança como modos de educar” (PASSETTI, 2007), no sentido em que uma série de políticas, campanhas e planos não cessam de promover uma profilaxia social das populações urbanas. Em uma realidade mais próxima, não deixa de ser emblemático o exemplo da gripe A²⁶. Inicialmente detectada no México no final de março de 2009, alastrou-se por diversos países, sendo que em junho do mesmo ano, a Organização Mundial da Saúde (OMS) – instância biopolítica por excelência – elevou o nível de alerta de pandemia para fase 06, indicando ampla transmissão em pelo menos dois continentes.

Os efeitos nas formas de subjetivação e gerenciamento das vidas tornam-se marcantes nas campanhas impulsionadas pelo Estado, sobretudo nas instâncias televisivas e radiofônicas, orientadas pela forma correta de higienização das mãos para reduzir as formas de contágio, até formas de

²⁶ Que recebeu esse nome devido aos subtipos H1N1 da influenza A, dentre os quais estão o H1N1, o H1N2, o H2N1, o H3N1, o H3N2, e o H2N3, mas que também incluíam influenza C. No Brasil, tal virulência também circulou midiaticamente atendendo ao nome popular de gripe suína.

alimentação incentivadas como a prioridade de dietas que incluíam alimentos ricos em vitamina C, movimentando táticas profiláticas. Os espaços públicos como escolas, universidades e unidades de saúde, tornaram-se lugares de observação acurada da rotina, contando, inclusive, com a instalação de recipientes com álcool em gel²⁷.

O contexto descrito passa a requerer um conjunto de estratégias que, se repetidas com urgência, institui uma noção de meio ambiente que passa a integrar o caráter de dispositivo no contexto nacional brasileiro. Apesar de as teorizações de Foucault terem trazido a noção de dispositivo carcerário, dispositivo de psiquiatria, dispositivo de sexualidade, mas, nunca a de meio ambiente, tais interlocuções são resultados daqueles que as criaram a partir de seus escritos.

O dispositivo alude ao uso de um conceito-instrumental que atua para convencer ou na leitura foucaultiana, para a naturalização de certos processos sociais que não são, em si, naturais. É justamente porque as coisas não estão “desde sempre aí”, que certos atos e discursos são repetidos incessantemente no convencimento de um campo de verdades. No texto *Sobre a história da sexualidade*, o conceito é referido como “um tipo de formação que, em um determinado momento histórico²⁸, teve como função principal responder a uma urgência [...] tem, portanto, uma função estratégica dominante” (FOUCAULT, 2015b, p. 365). For fim, demarca, ainda, “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas,

²⁷ A prática não cessou no ano de 2009 e, inclusive, foi incentivada por Projetos de Lei (PL) que dispõem sobre a obrigatoriedade de instalação e disponibilização, ao público em geral, de recipiente contendo álcool em gel, em estabelecimentos públicos e privados, como foi o caso do estado de Sergipe no ano de 2017.

²⁸ Ao longo de sua obra, Foucault explicita vários efeitos de diferentes dispositivos, servindo, evidentemente, a diferentes estratégias. Irei me deter, aqui, apenas ao exemplo citado por ele (FOUCAULT, 2015c) em entrevista a Alain Grosrichard, quando explicitou o caso da absorção da massa de população flutuante ao tipo de economia essencialmente mercantilista que a mesma achava incômoda. Existe, neste caso, um dispositivo controle-dominância que, de forma minuciosa, acionou efeitos na população quanto ao que esta passou a entender nas relações que envolvessem a loucura, a doença mental, a neurose, para ficar no exemplo do autor. De forma plural e teorizando os efeitos de dispositivos múltiplos, Foucault (2015b, p. 59) deixa como legado que “A história ensina também a rir das solenidades da origem”.

decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 2015b, p. 364).

Cartografei algumas instâncias que compõe esse dispositivo de meio ambiente pela Agenda Nacional, em ordem cronológica. Ao mesmo tempo em que evidenciam o aspecto produtivo do poder na produção de saberes, eventualmente cerceiam, de forma policlesca, as condutas individuais e coletivas. São eles: a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) (em 1973); a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938) (de 1981); o Ministério do Meio Ambiente (MMA) (em 1985); a própria Constituição Federal²⁹ (sua versão de 1988); O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) (em 1989); o Fundo Nacional de Meio Ambiente (de 1990); o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) (cuja primeira edição³⁰ data de 1994), instituído pelo Ministério do Meio Ambiente; a Rio-92, tanto na série de documentos³¹ provenientes deste evento quanto em seus efeitos posteriores na criação da Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC (COEA) e da Diretoria de Educação Ambiental (DEA), instituídos pela Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795) (de 1999³²), e, por sua vez, integrados pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente; o reconhecimento do meio ambiente como

²⁹ Refiro-me, aqui, ao tão consagrado trecho referente ao seu Art. 225, § 1º, inciso VI, que “assegura o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, atribuindo ao Estado o dever de ‘promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente’”.

³⁰ O Programa teve mais três edições, sendo sua segunda lançada em 2003, a terceira em 2005 e a quarta, e última, em 2014.

³¹ Destaco, de forma proveniente do âmbito oficial deste evento (traduzo, por oficial, o que decorreu das reuniões entre os chefes de estado que lá estavam presentes), a Agenda 21, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a Declaração de Princípios sobre Florestas; e, no âmbito não oficial (isto é, que decorreu das reuniões da população civil organizada, de forma paralela às reuniões entre os chefes de estado), a Carta brasileira para a Educação Ambiental, a Carta da Terra e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, todos decorrentes do ano de 1992. Complemento, ainda, que o uso dos termos oficial e não oficial permanecem aqui usados, devido à força de sua circulação e busca documental. No referencial que adoto aqui, pouco me importa se o título atribuído a esses documentos é oficial ou não, desde que tenham efeitos sobre a população.

³² Posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 4.281/2002.

tema transversal inserido nos Parâmetros Curriculares Nacionais (de 1997), dentre outras possibilidades de processos de institucionalização dos modos de se relacionar com o meio ambiente passíveis de serem citados.

Para efeito da analítica deste trabalho, admito que cada elemento desta composição esteja entretecido nas malhas de um dispositivo, tanto em seus elementos legais, quanto na admissão de órgãos específicos, institucionalizados e, portanto, capazes de articular modos de vidas específicos no âmbito da população³³.

São também dispositivos de Estado, ou de Agenda Nacional, todo o conjunto discursivo, manifesto nas formas de entrevistas e declarações públicas anunciadas pelos chefes de Estado. Nesse âmbito, não deixa de ser emblemática a falta de imaginação das forças de Estado, como chama a atenção Viveiros de Castro e Danowski (2017) a respeito da declaração pública da então presidenta Dilma Rousseff³⁴, feita pouco antes da Conferência Rio +20 (*Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Natural*), em 2012, em resposta a ativistas ambientais contrários ao barramento dos rios amazônicos para construção de megacentrais hidrelétricas: “Ninguém numa conferência dessas também aceita, me desculpem, discutir a fantasia. Ela não tem espaço para a fantasia. Não estou falando da utopia, essa pode ter, estou falando da fantasia”. Antes da declaração da presidenta no Fórum do Clima, a representante das ONGs, Sílvia Alcântara, acusara o governo de promover um retrocesso na questão ambiental e que, medidas como o *Pré-sal*, levariam o Brasil a ocupar o terceiro lugar entre os países que mais emitem gases de efeito estufa no limiar do ano 2020.

³³ Como reconhece este trecho do próprio ProNEA (2004, p. 11): “Esse conjunto de iniciativas de governo, parlamento e sociedade propiciaram relativa sintonia e efetividade ao processo de institucionalização da educação ambiental como política pública, o que se consolida com esta 2a versão do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA, de 2005, resultado de ampla consulta nacional”.

³⁴ Disponível em: <http://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,pessoas-contrarias-a-hidreletricas-na-amazonia-vivem-fantasia-diz-dilma,857484>.

Um ano depois, em maio de 2013, a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann³⁵, chamou de “minorias com projetos ideológicos irreais” os defensores dos direitos constitucionais dos indígenas às suas terras. E, ainda sobre os direitos indígenas, houve silenciamento desde o governo Lula, sobre o caso Xingu e a imposição da usina Belo Monte³⁶. Ao assumir o segundo mandato, a presidenta Dilma manteve em aberto a promessa da demarcação das terras indígenas (TI), de Unidades de Conservação (UC) e Territórios Quilombolas.

Um quadro de impossíveis pareceu se acirrar, ainda mais no mês de Julho de 2017³⁷, quando Michel Temer, a pedido do governo do Ministério de Minas e Energia, assinou um decreto declarando a extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca). A repercussão negativa foi tão grande que houve recuo do governo e a edição de um novo decreto com texto similar foi questionado pela justiça, sendo sua medida suspensa.

Na transição Dilma-Temer, é imprescindível situar a imanência do golpe de Estado que assinalou essa passagem. Diferente de outros contextos históricos da realidade brasileira, em que um golpe era articulado para garantir a sucessão de poderes, o mais recente se afina num capitalismo globalitário, financeirizado e neoliberal. Daí sua diferença. Nessa condição, Rolnik (2018) pondera que dois fenômenos, neoliberalismo e o (neo)conservadorismo, até então mutuamente excludentes nas condições sócio-político-econômicas anteriores, se completam num fortalecimento mútuo, necessário à articulação do golpe de Estado mais recente: “[...] o capitalismo financeirizado precisa dessas subjetividades rudes no poder, para fazer o trabalho sujo imprescindível para a instalação de um Estado neoliberal”, nesse golpe, nosso imaginário e, portanto, as ações micropolíticas estão em jogo, uma vez que, em ato,

³⁵ Disponível em: <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,o-governo-nao-pode-e-nao-vai-concordar-com-minorias-com-projetos-ideologicos-irreais-imp-,1031015>.

³⁶ A jornalista brasileira Eliane Brum chegou a afirmar que “Belo Monte só se tornou notícia negativa na maior parte da imprensa quando apareceu nas delações da Lava Jato e passou a interessar enfraquecer o PT com vistas ao impeachment de Dilma Rousseff”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/26/opinion/1519658924_002382.html.

³⁷ <https://epoca.globo.com/ciencia-e-meio-ambiente/blog-do-planeta/noticia/2017/09/o-desmanche-ambiental-do-governo-temer.html>.

“destroem todas as conquistas democráticas e republicanas, dissolvem seu imaginário e erradicam da cena seus protagonistas” (ROLNIK, 2018, p. 100).

Ao término do mandato de Michel Temer, é Jair Messias Bolsonaro³⁸ quem venceu as eleições presidenciais de 2018. Dados os posicionamentos do atual presidente da república e suas declarações públicas, considero-o uma extensão dessas subjetividades rudes que dão sequência aos arcaísmos tacanhos desse neoconservadorismo caracterizado nesses últimos anos.

A controvérsia acerca de questões ambientais já se inicia antes mesmo do momento de tomada de posse, quando, ainda em campanha, ambientalistas já alertavam sobre a possibilidade de Bolsonaro desvincular³⁹ o Brasil do Acordo de Paris e, até mesmo, da ONU. Logo no segundo dia após sua posse, o governo Bolsonaro decide diminuir a força do Ministério do Meio Ambiente, transferindo seus órgãos para outras pastas, como, por exemplo, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), que se subordinaria ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento⁴⁰. O SFB é responsável por, dentre outras funções, apoiar a recuperação de vegetação nativa e a recomposição de áreas florestais. Além disso, o Ministério do Meio Ambiente cederia outros três órgãos – o Departamento de Recursos Hídricos, o Conselho Nacional de Recursos

³⁸ Há uma consideração de Evgeny Morozov acerca dos grandes serviços digitais e a consequente morte da política, imanente ao uso desses serviços, que atualiza a consideração de Deleuze (1992) acerca das máquinas, por si só, não dizerem nada, sendo necessário avaliar que agenciamentos coletivos elas atualizam em cada caso. Como a noção de tecnologia é central nessa investigação, opto por transcrevê-la na íntegra: “As eleições brasileiras de 2018 mostraram o alto custo a ser cobrado de sociedades que, dependentes de plataformas digitais e pouco cientes do poder que elas exercem, relutam em pensar as redes como agentes políticos. O modelo de negócios da Big Tech funciona de tal maneira que deixa de ser relevante se as mensagens disseminadas são verdadeiras ou falsas. Tudo o que importa é se elas viralizam (ou seja, se geram números recorde de cliques e curtidas), uma vez que é pela análise de nossos cliques e curtidas, depurados em retratos sintéticos de nossa personalidade, que essas empresas produzem enormes lucros. Verdade é o que gera mais visualizações. Sob a ótica das plataformas digitais, as *fake news* são apenas as notícias mais lucrativas” (MOROZOV, 2018, p. 11).

³⁹ Acerca dessa iminente ameaça Erik Solheim, o então chefe de meio ambiente da ONU, chegou anunciar publicamente: “A rejeição do Acordo de Paris é uma rejeição da ciência e do fato” [...] “É também uma promessa falsa, porque os políticos que apresentam a ação climática como um custo para a sociedade entenderam tudo errado”. Disponível em: <http://estudosnacionais.com/brasil/bolsonaro-causa-panico-entre-ambientalistas-da-onu/>.

⁴⁰ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/02/bolsonaro-redistribui-ministerio-e-esvazia-pasta-do-meio-ambiente.htm>.

Hídricos e a Agência Nacional de Águas (ANA) – para o Ministério do Desenvolvimento Regional, acirrando ainda mais retrocessos.

Nos desdobramentos mais recentes, figura o rompimento da barragem da Vale, desta vez no município de Brumadinho (MG). Ainda que o crime ambiental, tratado como “tragédia” por alguns setores da mídia, estivesse associado a uma mineradora, importa sublinhar a progressiva abstenção do Estado, representado, neste caso, pela Comissão de Minas e Energia. Após o caso de Mariana, a Câmara dos deputados se encarregou de dois projetos para aprimorar a lei que institui a Política Nacional de Segurança de Barragens, de 2010. Aprovado pela Comissão de Meio Ambiente e Integração Regional, o projeto sofre atraso na decisão da Comissão de Minas e Energia, setor composto por mais de trinta deputados financiados por mineradoras⁴¹.

As controvérsias acerca das questões ambientais ainda se acirram quando o atual presidente indica o ministro Ricardo Salles, ex-secretário do Meio Ambiente de São Paulo durante a gestão Geraldo Alckmin, para pasta na administração federal. O ex-secretário é conhecido pelo desgaste gerado por sucessivos enfrentamentos com líderes ambientalistas e por investigações do Ministério Público por questões diversas, o que ocasionou saída do seu cargo. Além disso, é suspeito de facilitações fraudulentas a empresas mineradoras e falseamento de documentações e licenças ambientais⁴².

Até aqui, nesses parágrafos, busquei acentuar alguns contornos correspondentes a uma Agenda Nacional brasileira, mapeando acontecimentos mais intensos da macropolítica dos últimos mandatos, particularmente ao que se referem ao tratamento das questões ambientais, o que acaba por refletir no esgotamento micropolítico de nossa força vital. Trata-se de um Estado que demonstrou, nos últimos mandatos em vigor, um enfraquecimento imaginativo nas questões ambientais, sendo que, “em nosso *modo de imaginar* jaz

⁴¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/02/bancada-da-lama-barragens-para-melhorar-seguranca-em-barragens.shtml?fbclid=IwAR0iMbO5YMOsc3xpPMcotx5aMhNIMvM9DNUZk4fcMsqaCO1-V2HECbSzCRQ>.

⁴² Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/por-que-os-ambientalistas-acham-que-o-pais-vai-dar-marcha-re-em-2019/>.

fundamentalmente uma condição para nosso *modo de fazer política*. A imaginação é política, eis o que precisa ser levado em consideração” (DIDI-HUBERMAN, 2014, p. 60-61 grifos do autor).

4.3 Do Estado ao mercado: a emergência de uma segurança planetária

Como já salientei o governo das vidas incitado por práticas de mercado não está contrário ao poderio do Estado, mas se estabelece em uma função de governo capaz de garantir as contrapartidas e contrapesos de liberdades que já apareciam no liberalismo, de modo que é o mercado quem aparece como “*locus* de produção de verdades” (PASSETTI, 2007).

Nessa analítica do poder trata-se, como instrumentaliza Passetti (2007, p. 10 grifo do autor), de retirar a ecopolítica de seus usos restritos a uma ecologia ou ambientalismo que a restringem a uma disciplina ou política de governo no campo liberal de práticas relacionadas à redução da intervenção do Estado, “e buscar como a ecopolítica se configura relacionada à produção da verdade capitalista *sustentável*, que o governamentaliza”.

É a noção de desenvolvimento sustentável que aparece como termo chave em uma nova etapa do capitalismo orientado pela produção da verdade neoliberal, afirmada pela teoria do capital humano.

A reviravolta nas pretensões capitalistas com base no *desenvolvimento sustentável* evidencia que o alvo não é mais manter a condição de pobreza, mas elevar os indicadores econômicos, aferir índices de felicidade e desenvolvimento humano (saúde, educação e cultura), disseminar uma cultura de paz, educar pessoas e práticas para a resiliência, instituir uma economia verde, encontrando certa qualidade de vida com redutores de vulnerabilidades e gerando condições compartilhadas para uma vida melhor de pessoas, ares, mares, relevos, florestas, enfim, do ambiente. Trata-se de um investimento na ocupação de inteligências, em participações, conexões, múltiplas identificações, assentamentos de direitos, segurança e securitização, conservação do planeta que requer, antes de tudo, moderação, e o meio encontrado para tal condição está na vida resiliente [...] Não se trata mais de uma biopolítica como governo da vida biológica, mas de tudo o que se mostre vivo para o futuro; não mais vida no

presente, mas o presente repleto de práticas voltadas ao futuro melhor de si e do planeta (PASSETTI, 2013, p. 12).

Ainda que o mercado assuma, como instituição, uma disposição mais recente que o Estado nação, habitamos um tempo-espaco cujo alcance pelo poder está além das extensões previstas por essas instituições. Com a ampliação de acordos comerciais sob a alcunha da globalização e o amplo desenvolvimento tecnológico, o poder se desterritorializou dos domínios continentais.

Pode-se situar que antes da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria, voltava-se a atenção para insurreições caracterizadas por guerras civis de domínios locais. Após esses eventos, no entanto, Rodrigues (2012) situa que o objeto de segurança planetária teria deslocado seu cálculo das restrições internas, passando a dar atenção a qualquer ameaça transnacional enquanto o sujeito da segurança a potenciais ataques permaneceu sendo a população civil. Por esta razão Passetti (2007, p. 16) afirmou que “depois da Segunda Guerra Mundial, o corpo humano, o animal, o vegetal, o mineral, as estrelas e os astros, planetas e galáxias, de repente, passaram a ser valorizados universalmente”.

Foi um território transcontinental que esteve em questão na segunda metade do século XX, quando russos e estadunidenses rivalizaram pelo “domínio da Terra”. Passetti (2007, p. 10) analisa que os mísseis balísticos V1 e V2, lançados pela Alemanha nazista e as bombas atômicas *Little Boy* e *Fat Man*, lançadas por um único avião norte-americano nas duas cidades japonesas, não simbolizaram apenas rotas mantidas por cálculos certos de velocidade e precisão dos projéteis, mas a construção de um novo domínio aéreo que parecia distante de concretização, tornado território quando demonstrou a possibilidade de atravessar a barreira do som e de “navegar em torno da Terra, passar para outro lado da atmosfera e deslocar-se para o mundo da escuridão, ali onde estão acontecendo coisas sem a nossa presença”.

Rodrigues (2012) enumera, ainda, algumas procedências que se sobrepõem no limiar da lógica da segurança nacional, tendendo para a

supranacionalidade: a Conferência de Estocolmo, de 1972 e o Relatório Brundtland, de 1987, o conceito de segurança climática, que desponta no início de 1990 com os tribunais de Nuremberg e Tóquio, associados à Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, documento que, inclusive, ajudaria a compreender a elaboração do conceito de segurança humana no pós Guerra Fria.

Que implicações guardam esses eventos aparentemente tão díspares? A identificação de problemas globais como defesa de direitos humanos e a degradação ambiental, como situa Rodrigues (2012, p. 32), produzem novos conceitos de segurança que, “ao identificar problemas setoriais (segurança ambiental/climática; segurança humana; segurança energética; segurança econômica; segurança societal, etc.) acabam por produzir um continuum de securitizações”. Neste limiar, a segurança do território, como descrita por Foucault (2008) assiste a uma série de outras derivações.

No mundo do pós-guerra, a Organização das Nações Unidas (ONU) convoca o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para atuar no desenvolvimento do conceito de segurança humana, apresentado em 1994 no documento *Human Development Report* (Relatório do Desenvolvimento Humano). Da segurança territorial, passa-se a dar um foco maior na “segurança da população”, transformando os termos, de “segurança pelas armas para a segurança pelo desenvolvimento humano sustentável” (RODRIGUES, 2012, p. 14), caracterizando uma varredura em maior escala.

Neste domínio, mais amplo que a proteção nas fronteiras do próprio Estado, protege-se a população da poluição ambiental referente ao *smog* fotoquímico, à pandemia da AIDS, a uma nova cepa virulenta cuja endemia fora localizada em outro país, ao derretimento de geleiras, a queda de corpos celestes, aos movimentos cíclicos da imigração de refugiados e da iminente ameaça de pobreza crescente em consonância a esses eventos. Todas essas ameaças evocam novas alianças que vinculam o meio ambiente a conflitos de segurança planetária, como ocorreu no governo de Ronald Reagan nos anos 1980 e fortaleceu-se com Bill Clinton (1993-2001), que foi o primeiro presidente

a incluir a temática ambiental na *National Security Strategy* de 1998 (RODRIGUES, 2012).

Mais tarde, com as políticas climáticas, fala-se das ameaças à saúde dos cidadãos americanos devido à degradação da camada de Ozônio, atualizando dispositivos diplomático-militares conforme as varreduras e mediações de conflitos promovidas pela ONU, como o exemplar Protocolo de Kyoto. Outra formação discursiva está em jogo nestas “relações entre a segurança humana, a segurança climática e a emergência de uma dimensão planetária de segurança”, o que situará esta repetitiva terminologia como uma situação entre Estados – “A questão da *segurança climática* articularia, assim, a salvação pela via da saúde pessoal (*safety*) –, associada ao novo conceito de *segurança humana* – à *security* da segurança de territórios e Estados – compondo, assim, um duplo” (RODRIGUES, 2012, p. 28-29 grifos do autor). Essas terminologias destacadas anteriormente fazem parte, inclusive, de um documento acerca das mudanças climáticas assinado no governo Obama⁴³.

Argumento também, aqui, que esta movimentação de acordos entre as diversas nações (o que gerou tanto a criação de órgãos quanto eventos internacionais) adveio de uma condição de existência num limite cronológico bastante específico, designado “Era espacial”, cujo início data de Outubro de 1957. Foi na corrida armamentista, mais precisamente com a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a colocação em órbita do primeiro satélite artificial da Terra, o Sputnik, que se pôde falar de uma conquista espacial, capaz de arrastar, a distâncias ainda maiores, a governamentalidade planetária. Mantendo-me fiel à perspectiva de que por meio das tecnologias se constroem modo de ver e viver no mundo, argumentarei que os eventos relacionados à conquista espacial nos acenam à formação de um corpo-planeta.

⁴³ No original em inglês, a frase que os aciona é: “Climate change and pandemic disease threaten the security of regions and the health and safety of the American people” (RODRIGUES, 2012, p. 28).

4.4 No domínio das naves e das sondas: as tecnologias espaciais e a construção do corpo-planeta

Tomarei de empréstimo a terminologia acontecimento sideral criada por Siqueira (2016), para referenciar uma série de *spin-offs* políticos caracterizados pela instauração de novos mecanismos de governo da vida e do planeta a céu aberto. Essa terminologia nasceu fortemente atrelada à questão nuclear e leva a dimensões mais amplas as procedências de uma sociedade de controle que opera nos novos ditames da ecopolítica. No acontecimento sideral um conjunto de máquinas tecnológicas de alcance nunca antes obtido é posto em circulação. O objetivo central dessa dispersão é o de modulação da Terra em planeta visível por intermédio da construção de um “corpo-planeta”, passível de manipulação via informações e dados regulados por programas (SIQUEIRA, 2016).

Como vim demonstrando até aqui, as novas formas de poder não superam suas antigas conformações. A significação de meio assumida como território pelo Estado não perde sua significação com o acontecimento sideral, uma vez que, ainda de acordo com Siqueira (2016), o que interessava às superpotências neste momento era a aplicação militar como meio para o reconhecimento da superfície de um território lido como inimigo. A lógica já posta em ação nos territórios nacionais extrapola-se⁴⁴, então, aos demais territórios como uma forma de política para um “apaziguamento” de conflitos bélicos.

A imensa fiscalização que assistimos hoje entre as fronteiras de diversas nações adveio deste rastreamento da órbita terrestre, em que o território de qualquer país poderia ser fotografado por câmeras instaladas em satélites como modo de fornecer informações sobre os arsenais nucleares inimigos (SIQUEIRA, 2016). O mesmo autor exemplifica esse caso com o uso de balões

⁴⁴ “[...] juntamente com a inércia, a cobiça e a intransigência dos países centrais, esse equivalente da corrida armamentista no plano da aceleração do crescimento vem colaborando para o agravamento dos impasses diplomáticos sobre a ‘questão’ ambiental. Tudo se passa como se certas vítimas quisessem compartilhar também da hoje invejável condição de futuros culpados, dentro da catástrofe compartilhada” (DANOWSKI, VIVEIROS DE CASTRO, 2017, p. 113).

e aviões acionados pelos EUA no reconhecimento do território da URSS durante o final da Segunda Guerra Mundial.

Com o passar do tempo e a crescente naturalização desses aparatos tecnológicos transfronteiriços, o princípio de monitoramento planetário foi tendo seu uso nuclear debilitado, transposto e ampliado a outros interesses entre os Estados, interesses que produziram saberes sem os quais, desde a segunda metade do século passado, seríamos incapazes de realizar certas previsões. Siqueira (2016) ressalta, ainda, que nos anos 1960, amplas áreas da atmosfera da Terra começaram a ser captadas por satélites meteorológicos. Foram as imagens da Terra fornecidas pelos satélites, jamais vistas de fora da Terra, que transformaram o modo de se fazer previsões do tempo.

Nesses casos, está nítida a relação entre as rupturas caracterizadas pelo avanço tecnológico e a expressão nas formas subjetivas em consonância a esse avanço. Se, por um lado, o advento da fotografia e do cinema permitiu o registro automático do próprio movimento e sua reconstituição visual, os computadores permitiram a edição, ampliação, decomposição e a reprodução em tempo real dos elementos imagéticos.

Edmond Couchot (1993) afirma que a fotografia como técnica, permitiu dominar a unidade da imagem obtida a partir de um centro organizador, mas não garantiu a possibilidade de decompormos analiticamente uma imagem fixa em elementos descontínuos e paralelos, técnica esta que fora somente possível com o desenvolvimento do pantelógrafo em torno de 1860, uma máquina elétrica que funciona por um mecanismo de varredura e sincronização.

Ainda assim, a decomposição analítica da imagem por meio do pantelógrafo não era automatizável. Foi preciso que se inventasse a fotogravura (técnica *halftone*) para que se chegasse a uma decomposição satisfatória da imagem, sendo possível sua reprodução em preto e branco com matizes. Esse avanço não garantia o controle dos pontos da imagem com exatidão, isto é, o trabalho em um dos pontos na sua independência com outros pontos. Bastava que um conjunto de técnicas possibilitasse um mosaico eletrônico ordenado, ao ponto de a imagem ser numerizada por intermédio de

coordenadas especiais e cromáticas definidas por um cálculo automático (COUCHOT, 1993). Esta última etapa somente foi possível graças ao tratamento da imagem pelos computadores, que permitiram dominar totalmente ponto a ponto das imagens em *pixels*⁴⁵, garantindo o automatismo analógico das técnicas televisuais pelo automatismo calculado que se tem hoje (COUCHOT, 1993).

A fotografia digitalizada como avanço da tecnociência passou a demarcar um novo modo de intelecção do real como lugar de produção de sentido na medida em que permitiu a multiplicação da própria imagem, sua reprodução no tempo e na conformação de pontos de vista. Sua representação simbólica matiza-se na ação comunicativa e nas formas de conceber o mundo na perspectiva de um registro de luz. Nesta relação em que o objeto antecede e, ao mesmo tempo, cria uma relação biunívoca com a imagem e o real.

Com o avanço tecnológico voltado ao tratamento da fotografia, a imagem ganha dimensão de “representação do real” (COUCHOT, 1993), ela traz do real a marca luminosa, permanente, morfogeneticamente estável, capaz de perdurar no tempo a ser apresentada – re-presentada – indefinidamente. Inauguram-se outros modos de experimentar o mundo quando a imagem estabelece uma junção entre dois momentos do tempo: aquele em que foi captada [...] e aquele em que é contemplada. Com o poder conferido à representação imagética, espaço e o tempo tornam-se homogêneos. Pode-se passar de um ponto qualquer de um espaço em três dimensões a seu análogo (seu “transformador”) num espaço de suas dimensões e, com isso, alinhar três componentes até então não alinháveis: o Objeto, a Imagem e o Sujeito [...] (COUCHOT, 1993). A relação entre os três termos não muda quando se trata de um objeto – personagem, cena, paisagem – totalmente imaginado pelo pintor: ele pinta esse objeto como se estivesse realmente diante dele; é a esse preço que dará ao espectador a ilusão do real, objetivo permanente da Representação (COUCHOT, 1993, p. 39-40).

⁴⁵ “Cada *pixel* é um permutador minúsculo entre imagem e número, que permite passar da imagem ao número e vice-versa” (COUCHOT, 1993, p. 39).

A perspectiva sideral das imagens propiciada pelas tecnologias espaciais atualizou o sentido da expressão barthesiana de que “a fotografia adere-se ao real”, funcionando, nas palavras de Siqueira (2016, p. 15) “como um disparador da percepção utópica de que a Terra seria um corpo único e vivo⁴⁶, passível de ser observado em sua inteireza ou em seus detalhes e, a partir de então, aberto para ter sua ‘saúde’ recuperada”.

Não é a primeira vez que a imagem foi capaz de despertar fascínio às nossas tecnologias do olhar. É interessante mencionar a ideia de Godoy (2008, p. 206) de que o jogo das imagens cria um tipo de paisagem acerca dos elementos da natureza, uma paisagem que interessa a certo tempo-espço, uma vez que estas (as imagens) “[...] só se fixam à custa de um movimento que sempre as atravessa”. A máxima guattariana de que os aparatos tecnológicos são imanentes ao desejo humano encontra-se, também, nesta argumentação.

Godoy (2008) explicita, ainda, que, por meio da imagem, certas funções sociais criam os lugares de que lhes interessam. Foi o caso das imagens representadas nos primeiros mapas do Novo Mundo nos séculos XVI e XVII. Por intermédio de uma tecnologia figurativa medieval, representou-se uma paisageidade europeia onde não havia Europa. Foi preciso criar uma representação de natureza vital e atordoante para que se pusessem em jogo forças de domesticação e estabilização, justamente para “podar” o que foi considerado selvagem e vertiginoso (GODOY, 2008). Essas forças de domesticação e estabilização são, também, certo “grão de loucura” que quando aliado à opinião e ao clichê, como concebe a autora em outro texto:

⁴⁶ Na iminência do acontecimento temporal que marcou a década de 1960, os biólogos estadunidenses James Lovelock e Lynn Margulis batizaram a hipótese Gaia com base em estudos realizados pela observação da composição de atmosferas planetárias. Ambos postulavam que a composição inorgânica presente nessas atmosferas fosse modificada em prol de supostos organismos vivos nesses locais, o que os classificaria como um sistema complexo e autorregulante. Esta ideia foi difundida de forma enviesada por grupos, dentre eles, os ambientalistas da época, que veicularam um sentido literal acerca da Terra se “comportar como um organismo vivo”. Mais tarde, o próprio Lovelock esclarece essa confusão em uma palestra na Universidade das Nações Unidas, ponderando que o sentido descrito anteriormente se tratava de uma metáfora.

[...] traça uma linha que nos mantém reféns de uma moldura que parece nos proteger de um mundo cujo fim nos ameaça e persegue (assim como todas as coisas no universo), pondo em jogo a produção e a produtividade de um discurso sobre a casa (eco/óikos) única para todos, a partir da regulação dos modos pelos quais nos damos e delimitamos um campo de experimentação. Mas o mesmo “grão de loucura”, quando se alia às inflexões radicais que nos assaltam e ao campo social, traça uma outra linha que desmancha a moldura, atravessando-a e intensificando um campo de experimentação cuja delimitação escapa às regulações e programas (GODOY, 2012, p. 2015-216).

Um dos momentos em que nos tornamos reféns de uma moldura se deu quando foi possível o posicionamento de satélites em órbitas geoestacionárias (aproximadamente 36 mil km da superfície da Terra) e com os investimentos no envio de astronautas à Lua, o papel da imagem como captura do real passou a adquirir uma importância nunca antes imaginada. Na série de produções imagéticas, novamente de acordo com Siqueira (2016), duas fotografias ganham uma dimensão inigualável na expressão do corpo-planeta: a *Earthrise* e a *Blue Marble*, ambas registradas pelo programa Apollo⁴⁷, que aconteceu de 1961 a 1972 (Figura 1).

Na emergência da leitura do corpo-planeta, imanente ao acontecimento sideral, torna-se mais nítida a perspectiva que temos do universo se expandindo na razão direta em que nossa percepção também se expande diante dele. Trata-se da mediação oferecida pelos aparatos tecnológicos, neste caso, a fotografia digital tirada por satélites. A perspectiva sideral propiciada pelas tecnologias espaciais “funcionou como um disparador da percepção utópica de que a Terra seria um corpo único e vivo, passível de ser observado em sua inteireza ou em seus detalhes e, a partir de então, aberto para ter sua ‘saúde’ recuperada” (SIQUEIRA, 2016, p. 15). É como se um novo discurso sobre o planeta Terra se erigisse a partir desses artefatos de registros possibilitados pela imagem digital.

⁴⁷ Ambas as imagens são disponibilizadas nas páginas da NASA, respectivamente pelos links: <https://earthobservatory.nasa.gov/IOTD/view.php?id=82693> e https://www.nasa.gov/vision/earth/features/bm_gallery_5.html.



Figura 1. Fotografias geoespaciais históricas retiradas durante o programa Apollo. *Earthrise* à esquerda e *Blue Marble* à direita. Fontes: <https://earthobservatory.nasa.gov/IOTD/view.php?id=82693> e https://www.nasa.gov/vision/earth/features/bm_gallery_5.html.

De acordo com Siqueira (2016), enquanto a *Blue Marble* tornou-se um dos ícones dos movimentos ambientalistas e ecologistas daquele período – mobilizando milhões de estadunidenses e europeus –, a *Earthrise*, da Apollo 8, anunciou simbolicamente a saída da Terra da escuridão para a visibilidade propiciada pelos meios técnicos espaciais.

Tornadas ícones, tais imagens fizeram parte do imaginário social reduzindo hecцейdades e dissipando redundâncias: “A redundância gerada na repetição de certas imagens ou perspectivas propicia a percepção compartilhada, construindo o lugar comum – o reconhecível – pela fixação de uma forma” (GODOY, 2008, p. 212-213) ou da moldura (GODOY, 2012). Nesse sentido:

O impacto dessas imagens na opinião pública produziu duas reações diferentes, porém complementares. De um lado, elas apontaram para a fragilidade do planeta, reforçando as preocupações de ecologistas e ambientalistas que naquele momento denunciavam a devastação e a degradação da

natureza que poderiam colocar em risco a saúde do planeta e a saúde humana. De outro lado, essas imagens acenaram para as potencialidades ligadas à gestão dos recursos naturais pertencentes a este planeta inteiro que, desde então, graças à tecnologias espaciais, poderiam ser visualizados (SIQUEIRA, 2016, p. 19).

Foi o astronauta William Anders quem tirou a fotografia *Earthrise* na missão Apolo de 1968. Seu relato, disponibilizado nas informações que acompanham a fotografia exposta no *Museum of Space History* (s/d apud Siqueira, 2016) é bastante emblemático acerca dos efeitos de discurso potencializados em seu registro: “Viemos até aqui para explorar a Lua e a coisa mais importante é que nós descobrimos a Terra”. A fotografia fora publicada numa edição especial de 25 de dezembro de 1968 no *New York Times*, juntamente com o poema “*Rider on Earth Together, Brothers in Eternal Cold*”⁴⁸, de Archibald MacLeish.

O que MacLeish grafou em seu escrito de 1968 fora uma impressão da pequenez do planeta Terra em meio a imensidão do espaço, destacando sua fragilidade (e, conseqüentemente, a nossa, ao lhe habitarmos). Com esse registro, ele evoca uma noção de fraternidade que deveria ser estimulada diante deste frágil quadro de “passageiros” no planeta que habitamos.

⁴⁸ Considerando o poema demasiado extenso para a ideia que me interessa discutir, seleciono o trecho final, bastante emblemático no sentimento de fraternidade entre os humanos, referidos como “irmãos” e “cavaleiros” que lutarão diante da fragilidade do planeta:

“A noção medieval da Terra colocou o homem no centro de tudo. A noção nuclear da terra colocou-o em lugar algum - além do alcance da própria razão - perdido no absurdo e na guerra. Esta última noção pode ter outras conseqüências. Formado como era na mente de viajantes heróicos que também eram homens, pode refazer nossa imagem da humanidade. Não mais essa figura absurda no centro, já não essa vítima degradada e degradante na margem da realidade e cega com sangue, o homem pode finalmente se tornar ele mesmo.

Disponibilizo o trecho na íntegra:

“The medieval notion of the earth put man at the center of everything. The nuclear notion of the earth put him nowhere -- beyond the range of reason even -- lost in absurdity and war. This latest notion may have other consequences. Formed as it was in the minds of heroic voyagers who were also men, it may remake our image of mankind. No longer that preposterous figure at the center, no longer that degraded and degrading victim off at the margins of reality and blind with blood, man may at last become himself. To see the earth as it truly is, small and blue and beautiful in that eternal silence where it floats, is to see ourselves as riders on the earth together, brothers on that bright loveliness in the eternal cold -- brothers who know now they are truly brothers”. Disponível em: <http://cecelia.physics.indiana.edu/life/moon/Apollo8/122568scinasa-macleish.html>.

Uma atualização desse mesmo discurso aparece décadas depois com o registro do Pálido Ponto Azul (*Pale Blue Dot*, no original em inglês), uma fotografia da Terra tirada em 14 de Fevereiro de 1990 pela sonda Voyager 1, a pedido do astrônomo e escritor Carl Sagan⁴⁹, a uma distância de seis bilhões de quilômetros. Enquanto a *Earthrise* e a *Blue Marble* tornaram-se acontecimentos históricos captados pela alta qualidade propiciada pela fotografia pixelizada, a *Pale Blue Dot* ficou conhecida graças a uma disposição contrária: nesta fotografia, o tamanho aparente do planeta Terra é de menos de um pixel, simbolizando um pequeno ponto na aparente imensidão do espaço sideral.

É nesta formação discursiva de salvação da superfície da Terra, feita de alvo do investimento ecopolítico, que o auxílio das novas tecnologias espaciais e a institucionalização da Organização Mundial de Meteorologia (órgão integrante da ONU) abrem precedentes ao patrulhamento dos céus, permitindo a detecção de furacões e outros fenômenos meteorológicos que poderiam oferecer riscos às populações.

No limiar das décadas de 1960 e 1970 foram as superfícies terrestres e dos oceanos que começaram a ser sensoriadas do espaço para a localização e

⁴⁹ Ainda que não tivesse sido um poema ao tom de MacLeish, Carl Sagan socializou suas impressões acerca da *Pale Blue Dot* numa palestra pública ocorrida na Universidade de Cornell (UEA) em 1994. Também não reproduzirei sua fala na íntegra, destacando somente o último excerto que está na mesma formação discursiva à ideia de cuidado com o meio, já anunciada com MacLeish:

“Nosso planeta é uma mancha solitária no grande escuro cósmico envolvente. Em nossa obscuridade - em toda essa vastidão - não há nenhuma dica de que a ajuda virá de outro lugar para nos salvar de nós mesmos. Depende de nós. Foi dito que a astronomia é uma humilhação, e eu posso acrescentar, uma experiência de construção de personagem. Na minha opinião, talvez não haja uma melhor demonstração da loucura das presunções humanas do que essa imagem distante do nosso minúsculo mundo. Para mim, ressalta a nossa responsabilidade de lidar de forma mais gentil e compassiva uns com os outros e preservar e apreciar esse ponto azul pálido, a única casa que já conhecemos”.

Disponibilizo o trecho na íntegra:

“Our planet is a lonely speck in the great enveloping cosmic dark. In our obscurity -- in all this vastness -- there is no hint that help will come from elsewhere to save us from ourselves. It is up to us. It's been said that astronomy is a humbling, and I might add, a character-building experience. To my mind, there is perhaps no better demonstration of the folly of human conceits than this distant image of our tiny world. To me, it underscores our responsibility to deal more kindly and compassionately with one another and to preserve and cherish that pale blue dot, the only home we've ever known”.

a gestão de seus recursos naturais. Siqueira (2016) aponta os EUA como pioneiro nestas tecnologias com o lançamento do satélite *Landsat 1*, no ano de 1972. Posteriormente, uma série de outros países aderiu à mesma prática: França, Alemanha, União Europeia, Japão, Israel, China, Índia e, também o Brasil, passaram a desenvolver seus próprios programas de satélites meteorológicos ou de sensoriamento remoto.

O conjunto dessas técnicas ganhou cada vez mais a vida comum da população no sentido em que, a partir dos anos 2000, pela iniciativa de vários desses países, imagens de baixa e média qualidade passam a ser disponibilizadas gratuitamente nas páginas de internet, “popularizando” serviços que anteriormente se restringiam a órgãos de segurança nacional e possibilitando um elemento “a mais” no papel político creditado ao cidadão-polícia, de modo que “Estados, empresas e indivíduos tornaram-se extremamente dependentes das imagens e outros dados coletados ou retransmitidos por satélites” (SIQUEIRA, 2016, p. 28).

Onde está, então, o problema? São as tecnologias do olhar e as práticas delas decorrentes que estão aqui em questão. Novos patamares de saberes-poderes foram articulados com o mapeamento computo-informacional do planeta, nos convencendo a agir de outros modos e adotar outras práticas diante da Terra, como um modo de vida mais fraterno, localizado nos discursos sustentáveis mais recentes. Nesses modos, pode-se tanto compadecer pela dimensão do planeta quanto se perder nesses mesmos domínios, tornando-se incapaz de dar conta de entornos mais imediatos.

É novamente Siqueira (2016) quem afirma que este anseio pela modulação da Terra em planeta total teve suas bases em saberes produzidos pela economia. A noção de corpo-planeta como deriva da exploração espacial permitiu aos analistas econômicos o direcionamento de problemas que, naquele momento, foram diagnosticados e apontados como impedimento para a continuidade do desenvolvimento econômico, como as catástrofes decorrentes da crise ecológica causadas pela exploração industrial dos recursos naturais.

Em meio a todas estas relações e produções científico-políticas, interessa reforçar como, nos debates sobre as mudanças climáticas, o IPCC funciona como uma instância ‘certificada’ para pronunciar verdades sobre o aquecimento global. Esta verdade politicamente negociada por vários interesses, por sua vez, ancora-se na produção de diversos cientistas que trabalham com modelagens e simulações construídas a partir de dados e informações coletados pelas tecnologias espaciais. Nos relatórios do IPCC, a principal forma de se enunciar a verdade do aquecimento global são os chamados ‘cenários’ que preveem o comportamento futuro do clima global (SIQUEIRA, 2016, p. 31-32).

“No extremo, tais “recomendações” também acabam por governar a conduta dos indivíduos que passam a se comportar de determinadas maneiras para colaborar com a preservação do planeta como, por exemplo, preferindo bicicletas a carros, consumindo produtos cujas embalagens não tem origem em derivados do petróleo, fazendo a coleta seletiva do lixo, etc.” (SIQUEIRA, 2016, p. 32).

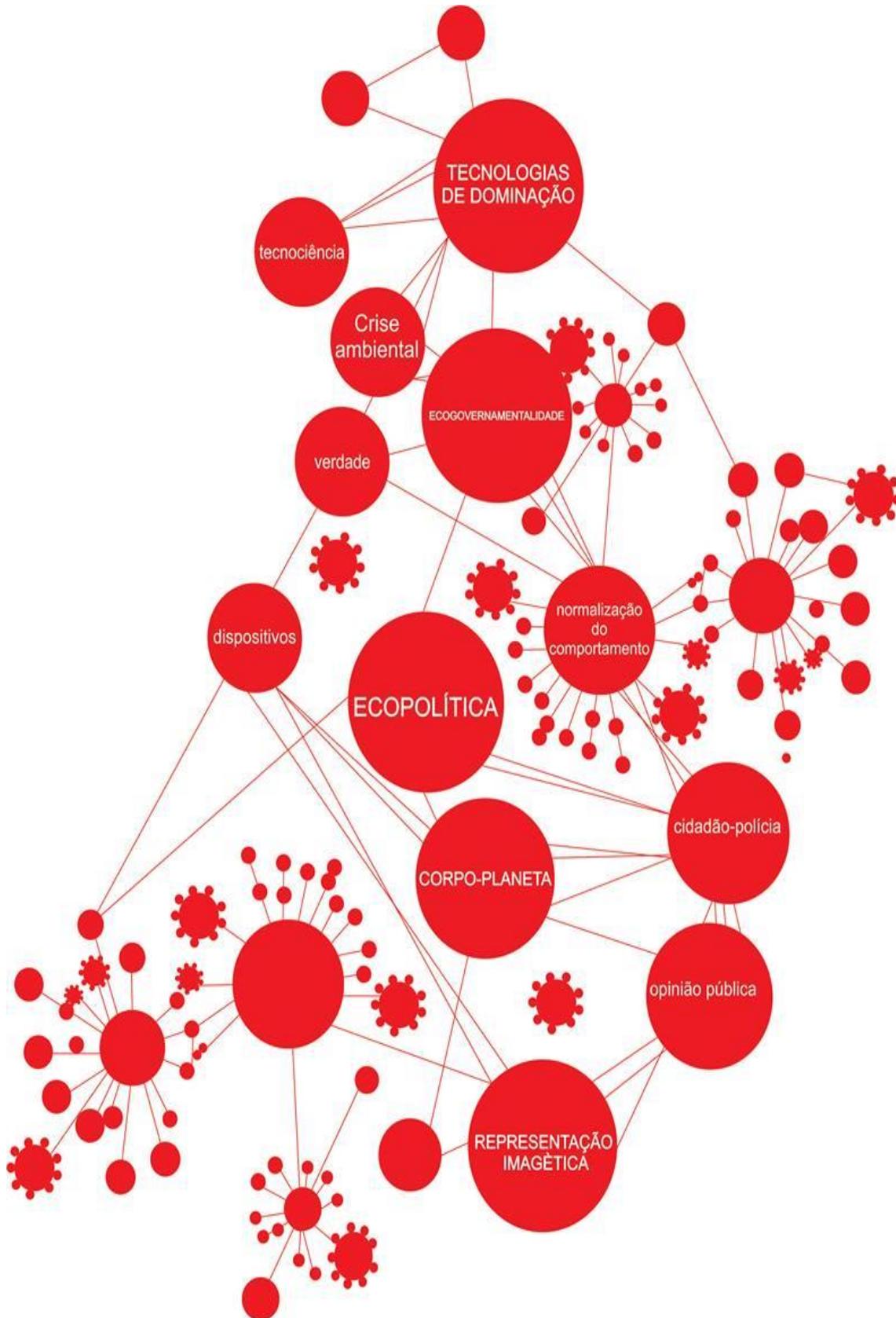
Em uma mesma entrevista, Foucault expressa o que entende pela terminologia institucionalização, termo que ocupa um papel indispensável no desenvolvimento desta investigação, exigindo o diálogo, novamente, com os textos. No sentido que o filósofo empreende a ele, institucionalizado é algo que decorre da instituição, sendo esta entendida como “todo comportamento mais ou menos coercitivo, aprendido⁵⁰” (FOUCAULT, 2015b, p. 368).

Com o escrito e argumentado até aqui, entendo que existe uma íntima ligação entre os elementos [crise ambiental – verdade – dispositivo – norma – governamentalidade], de modo que me referirei a este arranjo como uma matriz. A seguir, apresento uma materialidade visual para essa matriz (**Matriz 1**). Ela pode facilitar o enredamento da ecogovernamentalidade e da ecopolítica, como táticas vigentes, entremeadas a uma série de outros saberes

⁵⁰ Aqui poderão argumentar que na sequência Foucault continua definindo a instituição como uma coerção sem ser um enunciado, logo, “[...] todo o social não discursivo é a instituição” (Foucault, 2015b, p 368), de forma que os elementos que trago anteriormente na série de políticas, programas e órgãos, caracterizados discursivamente, encontram um ruído nesta afirmação. O filósofo continua: “[...] em relação ao dispositivo, não é muito importante dizer: eis o que é discursivo, eis o que não é” (Foucault, 2015b, p 368). Como estabeleço um processo de instituição firmando-se pelo efeito de um dispositivo, o sentido que empreendo desses termos está mais próximo deste excerto.

e poderes característicos do tempo presente. Pode, também, facilitar uma imagem dos fluxos que operam na multiplicidade desses mesmos saberes e poderes (as esferas transmutam-se umas nas outras, demonstrando que há tanto o movimento de assimilação quanto de germinação de singularidades).

Para que o primeiro componente desta matriz se sustente, como procurei apresentar, é necessário o intenso e repetitivo funcionamento do segundo, de modo que este também é entusiasmado pela primeira. O exercício mútuo dos efeitos desses termos garante a efetivação do terceiro e quarto termos e por eles tornam-se mutuamente influenciáveis. Não pretendi formatar essas relações – como busquei até aqui – estrangulando-as num esquadro foucaultiano, mas sim, selecioná-las em suas inter-relações sistemáticas, nos modos que me favoreceria apresentar meu problema de pesquisa.



Matriz 1. A ecogovernamentalidade e a ecopolítica enredadas em uma trama de saberes-poderes.

5. CONSTRUÇÃO DO CORPUS, FORMAÇÃO DE MUNDOS: A CARTOGRAFIA COMO *HÓDOS-METÁ*

“Há sem dúvida motivos para ser pessimista, contudo é tão mais necessário abrir os olhos na noite, se deslocar sem descanso, voltar a procurar os vaga-lumes” (DIDI-HUBERMAN, 2014, p. 49).

As palavras da epígrafe desta seção metodológica são da obra de Didi-Huberman (2014) fundamentada na arte cinematográfica e literária do italiano Pasolini. Didi-Huberman (2014) teoriza um regime de visibilidade, uma plena glória luminosa, caracterizada pelo fascismo triunfante que não cessou de nos entrecortar desde o seu fortalecimento.

A obra de Pasolini (e, conseqüentemente de Didi-Huberman) experimenta um devir em que os seres humanos se tornam vaga-lumes. A escolha desse animal reluzente define uma imagem “poético-ecológica” (DIDI-HUBERMAN, 2014) em que, ora aparece em seu sentido literal, ora aparece usado para descrever uma relação de escassez. Tal qual o fez Rachel Carson, esse pesquisador nos introduz à problemática do início dos anos 1960, “devido à poluição da atmosfera e do campo, por causa da poluição da água (rios azuis e canais límpidos), os vaga-lumes começaram a desaparecer”. Pela metáfora desse inseto luminescente, Pasolini descreverá um “genocídio cultural”, um fascismo supressor de valores, almas, linguagens, gestos e, no grau máximo de intensidade do poder, dos corpos do povo.

A sintonia com o a conclusão do Comitê Invisível (2018) é nítida: o vazio ecológico anda de mãos dadas com o vazio da alma: “Não foi na noite que os vaga-lumes desapareceram”, anuncia, “Não, os vaga-lumes desapareceram na ofuscante claridade dos ‘ferozes’ projetores: projetores dos mirantes, dos shows políticos, dos estádios de futebol, dos palcos de televisão” (DIDI-HUBERMAN, 2014, p. 30). Os vaga-lumes de Pasolini jazem vivos em pequenos números, mas permanecem invisibilizados frente aos refletores que neles lançam a luz do vazio e da indiferença. “Os projetores tomaram todo o espaço social, ninguém mais escapa a seus ‘ferozes olhos mecânicos” (DIDI-HUBERMAN, 2014, p. 38).

Não é exagero a comparação entre os refletores que tudo varrem e os poderes totalitários e objetivantes do capitalismo em sua dobra financeirizada e neoliberal que transformam até o vazio em governo e mercadoria presente em praticamente todas as esferas da vida social. Apesar das zonas de apagamento que representam nossas atuais formas e forças políticas, a aposta do autor é de que os vaga-lumes existem apesar da ferocidade dos refletores.

[...] uma coisa é designar a máquina totalitária, outra coisa é lhe atribuir tão rapidamente uma vitória definitiva e sem partilha. Assujeitou-se o mundo, assim, totalmente como o sonharam nossos atuais “conselheiros pérfidos”? Postulá-lo é, justamente, dar crédito ao que sua máquina quer nos fazer crer. É ver somente a noite escura ou a ofuscante luz dos projetores. É agir como vencidos: é estarmos convencidos de que a máquina cumpre seu trabalho sem resto nem resistência. É não ver mais nada. É, portanto, não ver o espaço – seja ele intersticial, intermitente, nômade, situado no improvável – das aberturas, dos possíveis, dos lampejos, dos *apesar de tudo* (DIDI-HUBERMAN, 2014, p. 42 grifos do autor).

Se olharmos para os vaga-lumes com a mesma intensidade da projeção dos refletores, correremos o risco de sempre mantê-los na invisibilidade. Resistir, de certa forma poética, tem a ver com “iluminar a noite com alguns lampejos de pensamento” e, para cartografar os vaga-lumes, é preciso abrir mão desses refletores, reflexos das palavras de ordem, definidas por regras previamente estabelecidas. É preciso “ajustar” nossos próprios refletores para que capturemos os vaga-lumes que restam.

Procurando acompanhar o percurso dos vaga-lumes adequados à minha problemática, as primeiras considerações que apresento nessa seção são de ordem terminológica. Entendo que ao se levar em conta a obra de Foucault, não há um caminho metodológico pronto e *pret a porter*. Concordo com Larrosa (2011 p. 37) de que, ao se entrar no jogo que consiste em elaborar as bases de um método, torna-se preciso deslocar o sentido comumente atribuído a este termo, expandindo-o a “uma certa forma de interrogação e um conjunto de estratégias analíticas de descrição”.

Em vez de regras e protocolos, aposto que o método arqueogenealógico está mais próximo da composição de pistas⁵¹ que, em conjunto, contribuirão para a construção do diagrama que será analisado. Se por um lado o propósito do arqueólogo é a investigação pela arqueologia, isto é, pelo exame detido à análise dos arquivos, deter-me aos saberes não é condição suficiente para dialogar com o problema a que me proponho. Percebi a necessidade de assumir uma posição que estivesse mais próxima da função do cartógrafo, isto é, de trabalhar com a cartografia.

Trabalhar com a cartografia implica elaborar um diagrama, esboçado pela proposição de coordenadas capazes de acoplar os complexos saberes-poderes e subjetivação-desubjetivação, meus interesses nesta investigação. Nesse sentido, antes de compor com os procedimentos metodológicos propriamente ditos, preciso apresentar as bases conceituais que me levaram às estratégias analíticas de descrição.

Ao ler a obra de Foucault, Deleuze (2013, p. 44) elabora conceitualmente o diagrama do seguinte modo:

O diagrama não é mais o arquivo, auditivo ou visual, é o mapa, a cartografia, co-extensiva a todo o campo social. É uma máquina abstrata. Definindo-se por meio de funções e matérias informes, ele ignora toda distinção de forma entre um conteúdo e uma expressão, entre uma formação discursiva e uma formação não discursiva. É uma máquina quase muda e cega, embora seja ela que faça ver e falar.

Quando Foucault evocou a noção de diagrama foi para pensar as sociedades modernas (disciplinares), nas quais o poder formalizou enquadramentos, como ficou consagrado no modelo da peste, que mapeou a população nos grandes centros urbanos. Diz Deleuze (2013, p. 44) que “todo

⁵¹ De acordo com Passos, Kastrup e Escóssia (2015), no delineamento do método da cartografia/cartográfico, como pesquisa de intervenção e produção de subjetividade, há pistas a serem seguidas, de modo que não há uma sequência linear de passos, mas escolhas e usos que se fazem no acompanhamento de um processo orientado pela atenção, necessidade e, até, sensibilidade do cartógrafo. Indico que não usufruí de todos os textos desta mesma coletânea, uma vez que há direcionamentos que se inclinam para a área de psicologia clínica, foco que não interessou a esta investigação.

diagrama é uma multiplicidade espaço-temporal”, cada sociedade e tipo de máquina produzem e alinham seus próprios diagramas.

Desse modo, as antigas sociedades (de soberania) também se caracterizaram por seus diagramas, como as sociedades atuais (biopolíticas) também se apresentam com outras máquinas e suas relações de força singulares. Os conteúdos televisivos e cinematográficos também são redes diagramáticas, como o são, igualmente, os conteúdos encontrados na internet.

Uma vez que esses conteúdos sempre permitem desarranjos e novos arranjos na produção de realidade por aquele que o analisa, compor com diagramas é lidar com exterioridades que nunca se esgotam, mas se mapeiam por agenciamentos concretos que arrastam figuras transitórias:

[...] um diagrama é um mapa, ou melhor, uma superposição de mapas. E, de um diagrama a outro, novos mapas são traçados. Por isso não existe diagrama que não comporte, ao lado dos pontos que conecta, pontos relativamente livres ou desligados, pontos de criatividade, de mutação, de resistência; e é deles, talvez, que será preciso partir para se compreender o conjunto. É a partir das “lutas” de cada época, do estilo das lutas, que se pode compreender a sucessão de diagramas ou seu encadeamento por sobre as descontinuidades (DELEUZE, 2013, p. 53).

A noção de mapa está empregue de maneira bastante distante de um uso geográfico, representacional e finito. Neste sentido, o mapa equivaleria à representação de um todo estático que, ao se transformar em pontilhados, acredita-se ser capturado. No uso cartográfico não se abandona um mapa, mas adota-se um “mapa das relações de força, mapa de densidade, de intensidade, que procede por ligações primárias não localizadas e que passa a cada instante por todos os pontos, estabelecendo relações múltiplas e diferenciadas entre matérias e formas” (JÚNIOR; VEIGA-NETO; FILHO, 2011, p. 9). No sentido alargado que recém esses termos:

Paisagens psicossociais também são cartografáveis. A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos [...]

Sendo tarefa do cartógrafo dar língua para afetos que pedem passagem, dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo e que, atento às linguagens que encontra, devore as que lhe parecerem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias. O cartógrafo é, antes de tudo, um antropófago (ROLNIK, 2016, p. 23).

Procurando um método que estivesse em sintonia com o caráter processual de investigação encontro em Passos, Kastrup e Escóssia (2015) elementos imprescindíveis para a construção de meu caminho metodológico. Novamente, esses estudiosos não trazem uma série de *a priori*. Optam por um instrumental que se assemelha ao que Foucault falara uma vez sobre sua obra funcionar como uma caixa de ferramentas.

De forma mais livre, apresentarei as pistas conforme senti a necessidade de cada uma em minha investigação, tomando o cuidado de explicitar de que modos estas se encaixaram em cada uma de suas fases. É preciso advertir ainda, que no momento em que eu esboço um tipo de mapa, este já se decompõe e desorganiza. Portanto, situo-me distante da tentativa de representar o tempo presente, mas, antes, visibilizar táticas móveis que o ensejam.

Nesse sentido, a primeira consideração metodológica deriva da definição de cartografia no seu sentido atribuído por Deleuze e Guattari (2011, p. 30), para quem: “O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente [...] Um mapa é uma questão de performance”. É perceptível que o mapa pode ser rasurado e recomposto. Nesse âmbito, cartografar está menos próximo de representar um objeto (que estaria pronto e foi simplesmente deslocado de um lugar para outro) do que acompanhar um processo que pode ter múltiplas entradas. A representação do objeto por um sujeito pesquisador que o estuda remonta à perspectiva realista da ciência moderna, diferente da perspectiva construtivista, à qual estou inclinado.

Acompanhar um processo está mais próximo ao movimento arqueogenealógico que escava os ditos e os saberes e os situa na posição histórica de sua condição de existência. Somado a isso, uma investigação

interessada nos processos de produção de subjetividade não pode prescindir de um método formatado *a priori*; torna-se preciso um “ajuste de lentes e de luzes” pelas quais se olha e se compõe o corpus analítico, escolhido, nesse sentido, por certas tecnologias do olhar. Assim como existe uma literatura menor – como expressaram Deleuze e Guattari a respeito da obra de Kafka –,

[...] haveria uma *luz menor* possuindo os mesmos aspectos filosóficos: ‘um forte coeficiente de desterritorialização’; ‘tudo ali é político’; ‘tudo adquire um valor coletivo’, sendo que, nessas condições, seja possível encontrar as ‘condições revolucionárias’ de um povo e seu pensamento, condições “imanescentes à sua própria marginalização (DIDI-HUBERMAN, 2014).

Cartografar é, nesse sentido, reconhecer que não é porque algo está presente que, necessariamente, esteja visível (os vaga-lumes). Assim, não faria sentido cartografar paisagens que já pertencem ao exercício incessante de sua naturalização no cotidiano. Desterritorializadas, marginais e resistentes, as cartografias “trazem marcas [...] sinais dos estrangeiros que, devorados [...] formam um relevo – feito de vozes reminiscentes” (ROLNIK, 2016, p. 24).

No percurso como pesquisador-antropófago, percebi que seria necessário o meu modo de olhar para a materialidade discursiva do que estava prestes a cartografar. Novamente, o tom poético de Didi-Huberman (2014, p. 47) se encaixa nessa descrição metodológica quando define que “é somente aos nossos olhos que os vaga-lumes desaparecem pura e simplesmente”, eles “desaparecem’ apenas na medida em que o espectador renuncia a segui-los. Eles desaparecem de sua vista porque o espectador fica no seu lugar que não é mais o melhor lugar para vê-los”. Na cartografia “[...] se trata de transformar para conhecer, e não de conhecer para transformar a realidade” (PASSOS; BARROS, 2015, p. 18). Nessa significação, entendo este direcionamento metodológico contrário ao momento cartesiano teorizado por Foucault (já referenciado na introdução) e numa proximidade maior a uma perspectiva que reconhece que o sujeito se transforma no percurso de aquisição da verdade ou produção de conhecimento.

Outra implicação desta consideração é a de que, no método cartográfico “o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas” (PASSOS;

BARROS, 2015, p. 17), isto é, não se trata de caminhar para alcançar as metas prefixadas do *metá-hódos* (*metá* – reflexão, raciocínio, verdade; *hódos* – caminho, direção), por isso, faz mais sentido a inversão *hódos-metá*. Disso decorre que os objetivos foram construídos durante o processo de observação, não estando previamente estabelecidos.

Além disso, a cartografia não visa isolar o objeto de suas articulações e conexões com o mundo:

[...] Ao contrário, o objetivo da cartografia é justamente desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente. Para isso é preciso, num certo nível, se deixar levar por esse campo coletivo de forças (BARROS; KASTRUP, 2015, p. 57).

A produção de meu corpus analítico decorreu, então, de um intenso processo de procura e imersão nos textos encontrados, em seu complexo conteúdo discursivo que, ora foram encontrados, ora me encontraram (o que não significa ausência completa de controle das variáveis, como retomarei mais adiante). Haja vista que a internet é reconhecidamente a máquina de nossos tempos (DELEUZE, 1992), selecionei elementos discursivos, textuais e imagéticos, disponíveis em páginas diversas da internet: textos jornalísticos digitais, matérias de plataformas educacionais, páginas profissionais de artistas, dentre outras, compondo um conjunto materializável de possíveis elementos analíticos. Não fixei de antemão uma categoria textual para investigar, priorizando possíveis áreas distintas que pudessem ser encetadas pelos “tentáculos” da ecogovernamentalidade.

Esse movimento de incessante busca tem a ver com as múltiplas entradas e saídas possíveis de serem constituídas com esses textos, com suas muitas possibilidades de intertextualidades que geram, por sua vez, em resultados, no plural. Nesse sentido, as análises constituem-se por um modo de ver. É como se cada vez que voltássemos a esses textos, novas multiplicidades e novas formas de leitura fossem passíveis de emergir.

As autoras indicam, ainda, que o funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo é orientado por um tipo de bússola. Fui imerso por uma série de

textos – enunciados, discursos e relações de força – entre os quais selecionei aqueles que se caracterizaram, em minha leitura, como estéticas da existência construídas em um formato diferente das relações guiadas pela ecogovernamentalidade.

Evidentemente, mantive os elementos das fases arqueo e genealógica, mas identificar as estéticas da existência tanto nas regularidades convergentes e entrecruzáveis entre elas, quanto nas discontinuidades e estridências com as formas de vida hegemônicas foram fatores decisivos na manutenção dos elementos que mantive para a análise. Nesses elementos materiais que selecionei, finalmente, para a análise, identifiquei processos de subjetivação de diversas formas e operando em setores diversos, como no âmbito educativo, na esfera política e nas artes. Por utilizarem tecnologias capazes de operacionalizar campos potentes de pensamento, chamarei o resultado dessas estéticas de territórios existenciais, terminologia já apresentada neste trabalho.

Deste modo, o conhecimento de relações que caracterizam o exercício da ecogovernamentalidade no tempo presente foi, não somente de suma importância, mas uma condição *sine qua non* para que minhas buscas não assumissem um caráter vago de “tatear no escuro”.

Ainda assim, num primeiro momento, a atenção do cartógrafo no caminho investigativo assume um caráter mais flutuante cuja preocupação se dá, nesse momento, no conhecimento de fragmentos desconexos – textos que enredam a outros textos num movimento vasto de conexões. Trata-se de um momento em que “a atenção não busca algo definido, mas torna-se aberta ao encontro” (KASTRUP, 2015, p. 38). Encontro, aqui, não significa somente o conhecimento e o contato com os textos, mas reconhecê-los – nas relações de poder, em sua textura, memória e experiência imanentes a eles – em seu caráter de contraconduta e, por isso mesmo, em seu potencial estético de análise.

Reconheço essas fases como um mergulho nas intensidades presentes num território (a produção de outrem): “Tudo caminha até que a atenção, numa atitude de ativa receptividade, é tocada por algo” (KASTRUP, 2015, p. 42). Na

sequência, torna-se preciso compor com algo que já é, de certo modo, composto, num movimento de instauração, isto é, “dar língua para afetos que pedem passagem” (ROLNIK, 2016, p. 23). Este movimento requer tempo, pois implica em escolhas a serem feitas. Não basta reconhecer um objeto, mas saber servir-se dele num exercício de intensa percepção. Por isso:

[...] no caso do cartógrafo, é nítido que não pode se tratar de reconhecimento automático, pois o objetivo é justamente cartografar um território que, em princípio não se habitava. Não se trata de se deslocar numa cidade conhecida, mas de produzir conhecimento ao longo de um percurso de pesquisa, o que envolve a atenção e, com ela, a própria criação de territórios de observação (KASTRUP, 2015, p. 45).

Foi a ação de cartografar um território inabitado que me permitiu reconhecer se se tratou de um território existencial criado por forças subjetivas não reativas ou não conformadas aos territórios dominantes, esses já moldados pelas estratégias do poder totalitário. O território (existencial) “não se constitui como um domínio de ações e funções, mas sim como um *ethos*, que é ao mesmo tempo moradia e estilo”; na caracterização desses *ethos*, “os sujeitos, os objetos e seus comportamentos deixam de ser o foco da pesquisa, cedendo lugar aos ‘personagens rítmicos’ e às ‘paisagens melódicas” (ALVARES E PASSOS, 2015, p. 134). Foi preciso observá-los no presente de sua sobrevivência⁵². Neste percurso cartográfico, não basta conhecer, mas implicar-se num território existencial, de modo que esta experiência concreta quem tece, num entrecruzamento contínuo, a discussão conceitual que cada território solicitará (ALVARES E PASSOS, 2015).

Com o que fora apresentado até aqui, também ressalto que, em minha investigação, é preferível utilizar “produção de dados” e não “coleta de dados”. Como estabelecem Barros e Kastrup (2015, p. 59) o “objeto-processo requer uma pesquisa igualmente processual e a processualidade está presente em todos os momentos”, isto é, tanto na produção quanto na análise e discussão

⁵² O território é, antes de tudo, lugar de passagem, pois “está sempre em vias de desterritorialização, ao menos potencial, em vias de passar a outros agenciamentos, mesmo que o outro agenciamento opere uma reterritorialização” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 144).

dos dados. Novamente, tem-se um caminho de pesquisa oposto ao da ciência moderna, no qual as etapas de pesquisa constituem-se em séries sucessivas de passos que sucedem sem se separar um do outro.

Por fim, como citei anteriormente, um dos critérios adotados para a construção dos dados analisados foi a preferência por textos que se caracterizassem por estéticas da existência diante das formas de poder instituídas pela ecogovernamentalidade. Isso significa que recusei, como procedimento, a opção por categorias a priori, ou a análise com base nas formações discursivas em comum entre os textos. Nesse sentido, os dados trazidos transpassam por diversas áreas – educação, jornalismo, arte, pois entendo que as formas outras de vida permearão um regime de sensíveis que, necessariamente, atravessarão diversas áreas do conhecimento pelas quais nos construímos como humanos.

Páginas da internet que levassem em seu título as terminologias meio ambiente, ecologia, educação ambiental etc. não foram mantidas na análise, uma vez que não identifiquei, nesses lugares, estéticas da existência, ruptura com as formas totalitárias de poder da ecogovernamentalidade. A exemplo, as páginas “Discutindo ecologia”, “Cultura, Cidadania e Meio Ambiente” e a própria página oficial do Ministério do Meio Ambiente, todas elas ligadas à rede social Facebook.

As primeiras páginas citadas centralizam sua preocupação na divulgação científica, reportando-se notícias que dizem respeito ao problema dos canudos plásticos, do desmatamento, extinção de espécies, papel dos ambientalistas na história brasileira, divulgação de cursos, dentre outros assuntos. As notícias e reportagens, em sua maioria, são escritas em terceira pessoa, com ênfase num papel denunciante e policialesco, semelhantes ao caso de Randau Marques, já referido na introdução. Já a página oficial do Ministério, foca em publicações que divulgam informações a respeito da quantidade de visitas que recebe um parque nacional e a importância das unidades de conservação para a manutenção de áreas verdes, além de visibilizar o papel de datas comemorativas, como o dia do agente de defesa ambiental. Essas páginas, muito similares, em conteúdo, a outras páginas e blogs buscados, tem

textos curtos, acompanhados de imagens, impossibilitando a afirmação de que há subjetividades em transito, sendo repensadas num exercício imaginativo.

No segundo eixo analítico, importa anunciar que optei por setores não serializados da arte, da arte majoritária, institucionalizada nos territórios que a validam como tal, os museus, as bienais, os grandes circuitos das exposições e dos críticos da arte. Também não foi minha intenção fixar-me a uma escola artística, a uma classificação ou corrente já nomeada pela história. Com Guattari (2012, p. 106), estabeleço que a arte “não é somente a existência de artistas patenteados, mas também de toda uma criatividade subjetiva que atravessa os povos e as gerações oprimidas, os guetos, as minorias...”.

6. DERIVAS DA ECOGOVERNAMENTALIDADE: os vaga-lumes cartografados

Em um percurso analítico mais consolidado, identifiquei duas tecnologias de si operando de maneira mais evidente nos textos analisados: escrita de si (que já aparece na analítica foucaultiana) e a criação de contradispositivos espacio-temporais, que chamarei de máquinas estéticas.

Essas tecnologias mapeiam desde artigos jornalísticos até localidades ribeirinhas e citadinas. Deste modo, opto por apresentar a seção em partes, cada uma delas subdividida conforme as textualidades e tecnologias analisadas.

BARCHI E A PERGUNTA CÍNICA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O primeiro texto selecionado para compor o corpus de análise está publicado na edição digital do Jornal Cruzeiro do Sul⁵³. Trata-se do artigo: “A educação ambiental contra o desenvolvimento sustentável”, de autoria de Rodrigo Barchi⁵⁴, publicado no ano de 2017.

De que modos as composições presentes neste texto tergiversam, provocam, perturbam ou mesmo pervertem (como utiliza o autor) as táticas postas pela Ecogovernamentalidade?

Argumentarei que o estilo de escrita do autor, embebido por uma perspectiva anárquica em educação, desmonta uma noção de Educação

⁵³ O Jornal Cruzeiro do Sul foi criado em 1903 por dois irmãos que residiam no município de Sorocaba, São Paulo. De circulação bissemanal, suas versões impressas eram compostas por apenas quatro páginas e atendiam a postagem de interesses do Partido Republicano Paulista (PRP), autodenominando-se “uma folha republicana e nada mais”. Ao longo das décadas, o jornal mudou de proprietário, mas manteve a ideia original de atender as características de uma imprensa livre e independente, voltada para os grandes interesses da coletividade, sem qualquer vinculação político-partidária ou religiosa sectária. Atualmente, suas versões impressas tem o mesmo conteúdo reproduzido nas versões digitais. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Cruzeiro_do_Sul_\(jornal\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cruzeiro_do_Sul_(jornal)).

⁵⁴ O texto pode ser conferido na íntegra por meio do acesso ao link: <https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/773312/a-educacao-ambiental-contra-o-desenvolvimento-sustentavel>.

Ambiental em maiúsculo, sendo esta a perspectiva institucionalmente territorializada como uma verdade, ou modelo ideal de práticas ecogovernamentais postas em circulação pelos aparelhos de Estado e entidades corporativas na atual conjuntura, perspectiva que também pode ser entendida na definição dada por Maldonado (2001), como uma ordem do discurso da Educação Ambiental, ou, até mesmo na definição dada por Gallo (2016), de uma educação maior.

Barchi (2017) inicia este texto problematizando, justamente, a construção social do papel da verdade ao trazer a luz um texto de Bertold Brecht, escrito nos anos 1930. Mais precisamente, enfatiza a passagem brechtiana: “as pessoas que são contrárias ao fascismo sem ser contra o capitalismo, são as mesmas que querem comer a vitela sem matar a bezerra”, usando da linguagem metafórica para se referir a um conjunto de relações pelas quais as pessoas se mantem na superficialidade de alguns problemas. Que superficialidade é essa, presente neste deslocamento?

Afirma ele que as pessoas que contestam a barbárie são as mesmas incapazes de detectar as relações de poder imanentes àquela, isto é, criticam-se relações decorrentes de organização social, mas não as bases materiais, políticas e discursivas que a ensejam. É este o traço subversivo imanente à sua escrita. O autor usa desses elementos para se referir à incessante e crescente captura dos “barulhos” proporcionados pelos movimentos ecologistas internacionais, realizada tanto pelos governos nacionais quanto pelas empresas internacionais.

Trata-se de um movimento perverso de abrandamento do discurso político desses movimentos que, a partir dos anos 1960, passaram a ganhar a atenção dos aparelhos midiáticos. Nesta ruptura histórica, Barchi (2017, s.p.) argumentará que “a ecologia tornou-se verborragia nos discursos dos chefes de estado, dos políticos e do empresariado”. Há aí, uma nova formação discursiva que não se identificava até então.

Se a ecologia social proclamada pelos movimentos ecologistas não coadunava com os interesses empresariais ou a governança estatal, consistindo, em muitos casos, em sua crítica ferrenha, o autor pontuará que

com a criação do conceito desenvolvimento sustentável, imanente à publicação do Relatório Brundtland, em 1987 (organizado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento), “a ecologia, do dia para a noite [...], transformou-se em boa aliada da manutenção do poder e das desigualdades inerentes ao capitalismo” (BARCHI, 2017, s.p.).

É esta a ecologia que “come a vitela sem matar a bezerra”. Ao adequar-se aos apelos estatais e empresariais, esse discurso esvazia-se das exigências políticas (afinal, quem será contra uma educação para o desenvolvimento sustentável?) que a caracterizavam quando proclamada pelos movimentos ecologistas, que, em suas derivações no âmbito educativo, segundo o autor, buscavam se fundamentar como ferramentas de combate frente à destruição do planeta.

Ao haver uma adequação, de educação ambiental – em minúsculo, caracterizada por propostas políticas provenientes dos próprios movimentos ecológicos – para “educação ambiental para o desenvolvimento sustentável” (também em minúsculo, mas não menos institucionalizada), não há só alteração na força conceitual, mas em uma série de efeitos gerados pela sua propagação. Esta modalidade enunciativa dilui seu papel de transformação social, e não mais luta *contra* o capitalismo, mas se efetiva *apesar* dele.

É como se tratasse de um “*lifting*” discursivo, processado e “personificado nas propagandas de bancos, empreiteiras e até frigoríficos”, atendendo a organizações para as quais este discurso de “bom mocismo” interessa, como reconhece o autor. É neste âmbito que ele estabelece o seguinte questionamento:

O ecocapitalismo que sustenta a noção de educação para o desenvolvimento sustentável consegue superar o horror narrado por Brecht, pois se antes se lamentava a morte da bezerra, hoje não se lamenta mais, pois se ela foi assassinada, pelo menos o foi a partir de “práticas humanitárias” de abate. Será que é para isso que o pseudo esverdeamento do capitalismo nos prepara, não para nos dar qualidade de vida, igualdade e justiça, mas para nos abater de modo menos cruel? (BARCHI, 2017, s/p.).

Desconfio que se trata de uma pergunta ao tom cínico, pois o autor sabe que a resposta a esta questão é afirmativa. Entendo que o texto de Barchi desmonta uma dupla construção histórica: a derivação institucionalizada (e mais específica) como “educação ambiental para o desenvolvimento sustentável”; mas, também, a própria educação ambiental (mais genérica), que não esteve “desde sempre aí”. Nesse desmontar, há uma recusa da ecogovernamentalidade como ato de revolta e resistência.

É preciso resgatar que estas inclinações no âmbito educativo se caracterizam como discursos recentes na história. Refiro-me ao acontecimento alusivo à Assembleia das Nações Unidas, que proclamou o período de 2005 a 2014, como a “Década Internacional da Educação para o Desenvolvimento Sustentável” (DEDS). Esta proposta fora aprovada em sua 57ª sessão, em dezembro de 2002.

No delineamento analítico desta pesquisa, a proposta discursiva da “educação para o desenvolvimento sustentável” também consiste de um feixe que integra a ecogovernamentalidade, uma vez que visa governar as condutas humanas. Como estabelecido na página da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o maior objetivo desta vertente: “é estimular mudanças de atitude e comportamento nas populações, uma vez que as capacidades intelectuais, morais e culturais do homem nos impõem responsabilidades para com outros seres vivos e para com a natureza como um todo⁵⁵”. Se há intuito de mudança de comportamento, há uma pedagogização e, se esta se direciona a um coletivo populacional, há governamentalidade como estratégia de poder.

Não se trata, então, de uma crítica ao que seriam as tendências já consolidadas na realidade brasileira, como se reconhecem pela Educação Ambiental conservadora, Crítica ou Emancipatória, para citar as vertentes bastante mapeadas nos cenários brasileiros (NOAL; REIGOTA; BARCELOS, 1998), mas de um campo de práticas discursivas de dimensões internacionais

⁵⁵ Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/prizes-and-celebrations/2005-2014-the-united-nations-decade-of-education-for-sustainable-development/>.

que incidem nas instâncias educativas, reverberando novos mecanismos de regulação social, quais sejam, um rol de novas disciplinas – como a gestão ambiental – e outros saberes que reconhecem ser possível continuar num modo de reger a vida capitalística, mas, desta vez, de maneiras sustentáveis, isto é, já “sacrificadas por práticas humanitárias de abate”, na metáfora do autor.

Neste momento, destaco minha concordância com Deleuze e Guattari (2017) sobre a noção de autoria; esta noção implica levar em conta uma multiplicidade de vozes em que autores de textos teóricos entram em agenciamentos coletivos de enunciação. A partir disso, entendo que tanto o que esses autores escreveram em outro momento estabelecem intertextualidade com a produção que aqui levei em conta.

Entendo, ainda, por subjetividade nesta investigação a diversidade de produções de um ou mais autores que se coadunam nesses escritos, uma vez que subjetividade não é o mesmo que indivíduo ou individuação, mas se expressa na forma de agenciamentos coletivos e, portanto, não se resume a um sujeito e à ideia subjacente de autoria.

Neste sentido, há inúmeras ressonâncias na escrita de Barchi que encontram ecos em uma das produções de Luciana Palharini. Esta autora também explora a singularidade da Educação Ambiental como um acontecimento, e utiliza desta terminologia na acepção foucaultiana para explorar sua potência na produção de verdades de um tempo. Pensar a Educação Ambiental como um acontecimento histórico do final do século XX é captá-la numa singularidade, unicidade e agudez. Dito de outro modo, “significa pensar sua produção discursiva não como conhecimento que representa um acúmulo e uma evolução do conhecimento, mas como verdades que são também históricas e cuja formação se dá por uma rede discursiva” (PALHARINI, 2005, p. 1-2).

No mesmo direcionamento ético, Maritza Maldonado (2001, p. 11) já alertara que, para entender os regimes de verdade da Educação Ambiental, se faz necessário “desnaturalizar a emergência desses discursos, concebendo-os como acontecimentos históricos”, além disso, acredita que “desconstruindo o

discurso sobre a necessidade da Educação Ambiental, é possível perceber as relações de poder que o possibilitaram”.

Neste formato, desarma-se uma Educação Ambiental lida como modalidade de saber-poder que pudesse ser entendida como orientadora de práticas voltadas a um mundo melhor. Ao lê-la em sua relação com “as verdades que ela cria” é possível materializar uma série de relações de poder, como: “[...] o que implica essa autorização de uns em detrimento de outros para falar sobre educação ambiental”; “que efeitos são gerados por esse mecanismo disciplinar, que disciplina, *quem* e o *que* deve ser dito acerca desse fazer educativo” e “pensar sobre o lugar da verdade, onde ela reside, o que torna possível o acesso a ela e a quem interessa acessá-la” (PALHARINI, 2005, p. 1).

Desarmar os potenciais efeitos de uma função-Estado não é pouca coisa, uma vez que ao restituir ao discurso seu caráter de acontecimento, evidencia-se “tudo o que possa haver aí de violento, de descontínuo, de combativo, de desordem, também, e de perigoso, desse grande zumbido incessante e desordenado do discurso” (FOUCAULT, 2012a, p. 48).

Barchi (2017) esboça um movimento de crítica a esse estatuto já bastante delineado da “educação ambiental para o desenvolvimento sustentável” em termos do que se espera das práticas e condutas humanas que parecem não favorecer espaços de liberdade. Que expressões subjetivas estão em processo tanto em sua escrita quanto naqueles que a leem? Ao não ceder a uma “educação ambiental para o desenvolvimento sustentável”, entendo que se cria um nódulo de reivindicação abstrata de singularidades que não podem estar presentes nas narrativas institucionalizadas. Parece que justamente por essas questões o autor não faz a opção por uma substituição: “vejam vocês, agora lhes apresento outra perspectiva, mais ‘verdadeira’ de pensamento. Sigam-na”.

Nesse delineamento, passam a fazer sentido as considerações de Sívio Gallo (2016) acerca da “educação menor”. Ele desloca a noção de menor de Deleuze e Guattari (2017) na obra *Kafka – por uma literatura menor*, na qual esses autores criaram a noção de “literatura menor” como um dispositivo para

analisar a obra do escritor alemão Franz Kafka. Que sentido adquire a noção de menor em seu uso nesse contexto?

Trata-se de um uso ético que recusa uma adjetivação no âmbito educativo comprometida com os universais e as transformações do *status quo*. “A noção de literatura menor” dispõe-se em três características: a de que é afetada de um forte coeficiente de desterritorialização, a de que tudo nelas é político e a de que tudo toma um valor coletivo, isto é, se dá por enunciação coletiva (DELEUZE; GUATTARI, 2017). Não se trata de regionalismos, ou de uma língua menor, mas dos usos que uma minoria política faz no interior de uma língua maior.

Operando nessa linha, a “educação menor” proposta por Gallo (2016, p. 62), visa “investir num processo educativo comprometido com a singularização, comprometida com valores libertários”. É o que problematiza Barchi (2017) ao chamar a atenção de uma educação que mantém em vigor as “práticas de abate” humanizadas de um capitalismo há séculos em vigor. Do mesmo modo que uma “literatura menor visa subverter a língua, fazer com que ela seja o veículo de desagregação dela própria” (DELEUZE; GUATTARI, 2017, p. 25); a “educação menor é um ato de revolta e de resistência. Revolta contra os fluxos instituídos, resistência às políticas impostas [...] Uma educação menor é um ato de singularização e de militância” (GALLO, 2016, p. 64-65).

Deste modo, a escrita de Barchi (2017) ressoa o que já parecemos saber: a atuação de máquinas que operam no funcionamento de estruturas centralistas e universalistas – e impõe institucionalmente por um movimento “de cima para baixo” – repete a ilusão das escolhas nas lutas democráticas, pois essas são produzidas na macropolítica dos gabinetes e documentos oficiais, incapazes de dar conta das ações cotidianas (GALLO, 2016).

Em vez de legislar, perspectiva que não apenas enxerga, mas constrói um mundo a partir de leis, planos e diretrizes para fazê-lo acontecer; a “educação menor” está mais interessada nas microrrelações cotidianas, que constroem um mundo dentro do mundo (GALLO, 2016). O afã da potência menor da educação (e da escrita, como tecnologia) sempre implica em recusas. Neste caso, serve a consideração de Negri e Guattari (2017, p. 88)

sobre o tempo presente caracterizado pelas experimentações: “[...] não possuímos nenhum modelo substituto de organização, mas ao menos sabemos o que não queremos mais”.

Adequar-se, simplesmente, às demandas decorrentes de discursos institucionalizados pode acarretar em processos que regem a força produtiva do social nos moldes dos interesses de certas instâncias; processos estes que se operacionalizam pela tripartição: a da formação da direção política, a de sua execução e de sua administração. Tal separação pode ser amenizada quando os sujeitos são capazes de criação de suas próprias estratégias de luta, que mais se assemelham a “um movimento multicéfalo e uma organização proliferante que não propõe ‘palavras de ordem’, mas sim ‘proposições diagramáticas’” (NEGRI; GUATTARI, 2017, p. XVIII).

Barchi tensiona um escape aos agenciamentos de controle expressadas pela sobrecodificação burocratizante de instâncias que geram zonas de consenso, como são, neste caso, a ONU, a UNESCO ou mesmo as tendências já bastante mapeadas e, por esse mesmo motivo, territorializada da Educação Ambiental brasileira. Seu texto não deixa de representar novos agenciamentos buscando neutralizar aquilo que não diz respeito aos interesses singulares, movimento que, aliás, sempre existirá, pois “quanto mais se esforça na direção de tentar delimitar-se, criar suas especificidades, seus princípios, mais diferenças proliferam incessantemente” (PALHARINI, 2015, p. 3).

Em vez da territorialidade forçada característica da “ordem do discurso da Educação Ambiental” e da educação maior, a escrita de Barchi inclina-se para a subversão dessa realidade sem oferecer outra no lugar. O autor prefere o múltiplo, os encontros possíveis com o mundano e as fugas, impraticáveis no plano da macropolítica educacional. Seus traços subjetivos de resistência também reconhecem que, “do ponto de vista molecular, *cada tentativa de unificação ideológica é uma operação absurda e reacionária*” (NEGRI; GUATTARI, 2017, p. 91 grifos dos autores).

O JORNALISMO INSTAURADOR DE ELIANE BRUM

“Essas vidas, por que não ir escutá-las lá onde, por elas próprias, elas falam?” (FOUCAULT, 2012b, p. 204).

Os próximos textos a darem sequência na discussão que faço acerca de modos de vida que resistem à ecogovernamentalidade são da autoria da jornalista brasileira Eliane Brum, todos eles publicados em páginas distintas da internet. São os textos “Belo Monte, empreiteiras e espelinhos⁵⁶”, publicado originalmente no jornal *El País* no ano de 2015; “O dia em que a casa foi expulsa de casa⁵⁷”, publicado originalmente no jornal *El País* no ano de 2015; “Esquerda, direita e o embargo da memória⁵⁸”, publicado originalmente no jornal *El País* no ano de 2018 e “Vidas barradas de Belo Monte⁵⁹”, publicado originalmente no jornal *The Guardian* no ano de 2018 e republicado na página de notícias da UOL, no mesmo ano. Estes textos foram compartilhados na conta pessoal da rede social *Facebook* pela própria autora, propondo sua circulação para um público que não, necessariamente, acessa ao jornal *The Guardian*.

A escolha por esses textos tem um eixo de articulação em comum: o modo pelo qual (não) são tratadas vidas que, na perspectiva do Estado, são consideradas desventuradas, não nominadas e, por isso mesmo, irrelevantes nas estratégias de governo vigentes no território brasileiro, dimensão que, antes de escapar das estratégias de poder em vigor, são, justamente, inerentes a estas.

Nestes textos a jornalista menos denuncia e mais instaura, se por este termo é passível utilizar deste conceito conforme Pelbart (2017) o anunciou como um modo de “dar forma” a protosubjetividades pululantes, discussão que retomarei após apresentar algumas considerações.

⁵⁶ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/06/opinion/1436195768_857181.html.

⁵⁷ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/14/opinion/1442235958_647873.html.

⁵⁸ https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/26/opinion/1519658924_002382.html.

⁵⁹ <https://www.uol/noticias/especiais/vidas-barradas-de-belo-monte.htm#vidas-barradas-de-belo-monte>.

Num primeiro momento, me é gritante uma aproximação desses escritos com um texto que Foucault escrevera em 1977 intitulado de “A vida dos homens infames”, o qual compusera uma coleção no ano seguinte (originalmente: *Les cahiers du chemin* e *Les viés parallèles*, respectivamente). Como corpus analítico para a composição deste texto, Foucault (2012b) leu uma coletânea de arquivos de internamento do Hospital Geral e da Bastilha que, somados aos manuscritos criptográficos armazenados na Biblioteca nacional da França, tornam-se a coleção referida anteriormente.

As escritas do filósofo francês e da jornalista brasileira não se identificam pela mesma categoria das pessoas das quais falam ou do tempo histórico de que narram, mas pela escolha acerca *do que* falam, das regras que seguem e da caracterização da escrita pelo traço que carrega um tipo de emoção que parece justificar uma intensidade; são, ambos os movimentos de escrita, “antologias de existências” (FOUCAULT, 2012b, p. 199).

O *modo* com que cada um conhece “essas” vidas são, também, díspares: Foucault pelo registro escrito das instituições representados por arquivos de internamento, de escritos da polícia, das petições ao rei e das cartas régias com ordem de prisão (são representativos os casos do hospital de Charenton – 1707 – ou do posto no Chateau Bicêtre – 1701).

Brum, em entrevistas realizadas presencialmente com as pessoas das quais escreve; Foucault nunca conheceu “as vidas infames”, séculos depois entrevistadas por Brum. Ambos só puderam saber dessas existências por uma mesma característica: o encontro dessas vidas com o poder. Ainda que este nos dê uma dimensão, jamais saberíamos que essas vidas existiram se não tivesse havido encontro com o poder⁶⁰.

Antes, contudo, de operar uma tecnologia da escrita (a qual discutirei posteriormente com maior atenção), há, em Brum, a particularidade de uma

⁶⁰ “Para que alguma coisa delas [das existências] chegue até nós, foi preciso [...] que um feixe de luz, ao menos por um instante, viesse iluminá-las [...] O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer é o encontro com o poder: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto” (FOUCAULT, 2012, p. 203).

tecnologia da escuta, haja vista o processo de entrevista em movimento. Não é minha intenção dissecar essa tecnologia, mas desloco uma consideração de Santos (2016, p. 28) acerca do caráter ético contido na escuta como tecnologia de captação-difusão de informações capaz de mover “estratégias de transformação em palavras públicas daquilo que é dito em privado”. Além disso:

[...] num Brasil que se encontra de ponta-cabeça, a *escuta* parece designar dois tipos de operações: o exercício de uma atividade secreta e clandestina, seja ela efetuada por quem se opõe à “ordem” estabelecida ou pelos próprios agentes das instituições; e a prática daquilo que o poeta Armand Robin qualificou como “*ultraescuta*”, isto é, a capacidade de extrair sentido para além do mar da linguagem totalitária e da propaganda política e da manipulação da mídia, que Jacques Lacan chegou a nomear como “muro da linguagem”, loucura (SANTOS, 2016, p. 28 grifos do autor).

A escuta de Brum esteve, nesse sentido, muito mais próxima desse segundo movimento descrito anteriormente. Esse encontro com o poder não se consolida, em todos os casos, na base em planejamentos ou na ordem das intencionalidades, mas, sobretudo, pela precariedade e provisoriedade que as pessoas entrevistadas carregam, haja vista que tratam de “vidas que são como se não tivessem existido, vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las, vidas que só nos retornam pelo efeito de múltiplos acasos” (FOUCAULT, 2012b, p. 206).

Tal encontro não fora suficiente para transformar tais vidas em personagens da história, mas para grafá-las nas marcas de um poder que as conformassem como “existências-relâmpago” (FOUCAULT, 2012b). São lampejos de vida que, nos dois autores, aparecem respeitando um mesmo número de regras que listarei com base no texto (já referenciado) de Foucault (2012b, p. 201): trataram-se de personagens que existiram realmente; caracterizam-se por existências “obscuras e desventuradas”; são contadas por algumas páginas ou algumas frases; e, em vez de constituírem-se por “historietas estranhas ou patéticas” são, antes, “parte da história minúscula dessas existências, de sua desgraça, de sua raiva”.

Nesse sentido, também vejo como um feixe em comum nessas escritas uma preocupação maior com o valor representativo dessas histórias e o papel que estes desempenham sobre um real, ocupando, como nomina Foucault (2012b) uma “dramaturgia do real”; do que com fidelizar a realidade numa tentativa de representá-la (como se fosse possível) nesses excertos de que falam.

Enquanto Foucault (2012b) parece preocupado em denunciar o modo pelo qual as notícias incitam um rumo às existências devido à violência presente nas palavras, quiçá verdadeiras; Brum (2015a; 2015b; 2018a; 2018b) faz o caminho de compor as próprias notícias frente a, justamente, aquilo que ela não encontrou: registros. Enquanto o primeiro se preocupa em denunciar tanto a rapidez quanto a produção da “verdade” do relato; a segunda se preocupa em instaurar existências que poderiam passar sem deixar rastros.

A tônica presente na “compilação dos retratos” escritos analisados por Foucault (2012b, p. 203) é de que se tratam de:

[...] armadilhas, armas, gritos, gestos, atitudes, astúcias, intrigas cujas palavras foram os instrumentos. Vidas reais foram “desempenhadas” nestas poucas frases [...] de fato, sua liberdade, sua infelicidade, com frequência, sua morte, em todo caso, seu destino, foram, ali, ao menos em parte decididos. Esses discursos realmente atravessaram vidas; essas existências foram efetivamente riscadas e perdidas nessas palavras (FOUCAULT, 2012, p. 203).

O que separa a escrita desses dois autores em questão é, sobretudo, a maneira que o poder atua em cada situação: enquanto o excerto anterior diz respeito ao modo pelo qual palavras ditaram o destino de certas vidas que só puderam ter existência “no abrigo precário dessas palavras” (FOUCAULT, 2012b, p. 202); Brum pareceu formular suas próprias palavras para que certas vidas pudessem ter seu destino (re)conhecido. Se Foucault trata de nomes “que não dizem mais nada”, de “existências riscadas e perdidas em palavras”; também se faz possível o movimento contrário de “riscar em palavras existências para que estas não se tornem perdidas”.

É nesse caminho que também leio a noção de instauração de Pelbart (2017) como profícua na leitura dessas existências. Ao atualizar movimentos

contemporâneos da biopolítica foucaultiana, este autor comporá uma analítica capaz de reconhecer que não é porque um ente existe que necessariamente será reconhecido, no sentido de ter sua existência legitimada por todos. Eis a chave capaz de dobrar a governamentalidade em seu caráter totalitário: é preciso acionar dispositivos de instauração que deem a esses sujeitos uma outra dimensão ontológica, uma vez que nada preexiste sem que seja instaurado. Entendo que tal movimento é conjurado nesses textos por meio da escrita da autora. As palavras, apesar de profundamente desvalorizadas, possuem “certo valor e conferem certo modo de existência” (FOUCAULT, 2016, p. 42).

A instauração “[...] não é um ato solene, cerimonial, institucional, como quer a linguagem comum, mas um processo que eleva o existente a um patamar de realidade e esplendor próprios” (PELBART, 2017, p. 250). Instaura-se pelas instituições sociais, como as igrejas e as ciências, mas também se instaura pelas técnicas de si. A instauração, no âmbito dessas vidas narradas por Brum, assume aqui o sentido de “reivindicar o direito de existir⁶¹” (BRUM, 2018a), direito este negado pelas estratégias políticas postas em circulação pelos governos federais, mecanismos acionado há décadas.

Que mecanismos são esses? Basicamente, as íntimas associações ensejadas pelo Estado brasileiro e a polêmica em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu, na Amazônia. O projeto que envolveu a hidrelétrica foi o resquício de uma vontade de poder já fabulada durante a ditadura militar, mas que só passou a ganhar materialidade durante a democracia caracterizada pelos governos Lula-Dilma Rousseff.

Uma das consequências postas em circulação em torno dessa construção, somada às máquinas midiáticas, foi a de mecanismos de apagamento de certas vidas, de certas existências que prevaleceriam para

⁶¹ Nessas palavras, Brum está em plena concordância semântica com Étienne Souriau – filósofo de quem Pélbart (2017, p. 251) inspira-se e teoriza a noção de instauração – para quem tanto a arte quanto a filosofia teriam em comum o fato de que visam “uma espécie de demonstração radiante do direito à existência, que se afirma e se confirma [...] pela extrema realidade de um ser instaurado”.

sempre no anonimato de sua evanescência e precariedade. É nesse sentido que:

[...] através de todas essas existências inacabadas, o clamor de suas reivindicações, como se elas reclamassem ser amplificadas, aumentadas, em suma, tornadas mais reais. Ouvir tais reivindicações, ver nessas existências tudo o que elas tem de inacabado, é *tomar partido* por elas. É entrar no ponto de vista de uma existência não para ver por onde ela vê, mas para fazê-la existir mais, para fazê-la existir “verdadeiramente” (LAPOUJADE, 2011 apud PELBART, 2017, p. 252).

Eliane Brum não quer falar *por* aqueles de quem escreve, mas *dar forma* a eles, criar condições de materializar as existências de seres solicitudinários que pedem passagem na nebulosidade midiática que leva ao esquecimento e à desapareição. Nessa perspectiva, *aquela* de que se fala é mais importante do que *quem* fala. Aquele que instaura é, em certo sentido, um “porta-existência”, uma vez que torna-se “o advogado do ser por vir, a testemunha deste ou daquele modo de existência” (PELBART, 2017, p. 251). Eis o caráter ético: dar forma ao informe, criar condições para que nós os conheçamos diante de feixes de poderes que acionam mecanismos contrários.

Que existências são estas que a jornalista intenta instaurar? As do casal Antônio Chagas (60) e Dulcineia Dias (62), que moravam numa ilha localizada na floresta tropical no rio Xingu (Amazônia); de Raimundo Braga Gomes, descendente de sertanejos pobres do Nordeste do Brasil, e, agora, ex-ribeirinho da região amazônica; de Eliza, pescadora; Araweté, a indígena. Em que medidas esses seres moventes, se Pergunta Pelbart (2017, p. 250), “existem por si mesmos? Quanto dependem de nós? Quanto estão em nós?”.

As frentes desse poder totalizador anunciam relações de governo muito perversas nas palavras de Brum, como, por exemplo, a corrupção entendida como ato de extermínio. Frentes desse poder avançam direcionando os olhares da população à Operação Lava-Jato e aos escândalos envolvendo a Petrobrás, enquanto essas existências são varridas ao anonimato. Tal semblante já fora descrito por Foucault (2010) em outro momento: “a política é a guerra por outros meios”. O Estado do “fazer viver, deixar morrer” também

“faz matar” certas vidas por outros meios. Ele erige quem vive e quem pode morrer e por quais vidas seremos passíveis de luto (BUTLER, 2015).

Suely Rolnik (2018) situa que as manobras da Operação Lava-Jato, que também se evidenciam no período em que o projeto da Belo Monte ganha maior circulação, são peças iniciais de um movimento mais amplo que se avolumará nos anos seguintes compondo, por exemplo, a figura do Golpe de Estado em 2016. Tratam-se, também, de chamarizes midiáticos usados para atrair toda a atenção da população enquanto outras frentes mais perversas entrarão em atuação, como as que garantirão a construção de Belo Monte. Tais frentes sequer disfarçam seu caráter de atuação, como a decisão do governo ao acionar a Força Nacional para reprimir as resistências, caracterizadas pelas manifestações de indígenas, populações ribeirinhas, agricultores, operários e moradores urbanos cujas formas de viver são postas à prova pela construção da hidrelétrica.

Neste domínio, forjado pela política entre setores públicos e privados, as formas de vida mais prejudicadas são essas narradas anteriormente, uma vez que se constituem populações discriminadas secularmente em seus saberes e modos de vida. “E, como é um regime de exceção, as vozes de resistência que conflitam com essa narrativa são abafadas ou mesmo silenciadas” (BRUM, 2015, s.p.).

A decisão pela construção de Belo Monte altera diretamente o *ethos* dessas populações, incidindo em sua relação com o *oikos*. No caso das populações ribeirinhas, Brun (2018, s.p.) descreve que enquanto alguns desses habitantes possuíam casa na cidade ou um ponto que funcionava para vender os produtos da pesca, outros “só tinham a moradia principal, nas ilhas. Casa não é apenas o teto, mas todo o entorno de floresta e de rio, assim como as relações de vizinhança e de ajuda mútua”. É como se essa decisão, que viesse de cima pra baixo, alargasse a precariedade dessas vidas.

No caso das populações indígenas, a autora narra uma barganha forjada entre as iniciativas de governo representadas pelas estatais envolvidas na construção da hidrelétrica – sendo a Norte Energia sua maior representante – e as tribos indígenas. Tal episódio, na visão da autora, se caracteriza como uma

alegoria contemporânea do “descobrimento” do Brasil, sendo, portanto, mais uma forma de etnocídio cultural da população indígena.

A autora se pauta nos dados publicados em um dossiê⁶² realizado pelo Instituto Socioambiental que afirma que, durante dois anos, a Norte Energia deu uma espécie de “mesada” no valor de 30.000 reais para as populações representativas das aldeias. Contudo, o etnocídio iniciou-se muito antes, em 2010, quando a mesma empresa, durante o início da construção da Usina, passou a conceder cestos de alimentos não perecíveis e industrializados às aldeias de Altamira. Nesse mesmo ano, são registrados 878 casos de “doença diarreica aguda” numa população de 557 crianças menores que cinco anos e, de 2010 a 2012, é registrado um aumento de 127% de taxa de desnutrição infantil, de acordo com os dados do mesmo dossiê.

Essa atitude também teve impacto na interrupção das roças e consequente agricultura de subsistência desses povos. Em 2012, quando o “benefício” é cortado, a população indígena não tinha o que colher, o que levou ao aumento no número de casos de crianças com Peso Baixo ou Peso Muito Baixo para a Idade, compondo a estimativa de 14,3% dessas populações, como narra Brum (2015). Nesses episódios que tiveram forte participação da Norte Energia, essas “antologias da existência” tornam-se bastante representadas na resposta de uma indígena Araweté, ao testemunhar as mercadorias entrando em sua aldeia. “Ela disse ao antropólogo Guilherme Heurich: ‘As mercadorias são a contrapartida de nossa morte futura’” (BRUM, 2015, s/p.). Nesta analítica do poder, as populações que inicialmente não compunham os centros da cidade, como a ribeirinha e a indígena, são transformadas em populações urbanas que passam a viver em condição de extrema pobreza.

Por meio da tecnologia da escrita, escreve-se, também, para evitar a errância e como movimento ético capaz de pôr nos fios que tecem a história.

⁶² O documento está intitulado de “Dossiê Belo Monte: Não há condições para a Licença de Operação”, publicado em Junho de 2015, disponibilizado no link: <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/dossie-belo-monte-site.pdf>.

Belo Monte é um escândalo que não foi decodificado pelo senso comum como escândalo. Em parte, porque uma parcela significativa da imprensa não o tratou assim. Mas, se não nos compreendermos na História, há poucas chances de que essa história, a de Belo Monte, não volte a se repetir em outras regiões amazônicas (BRUM, 2015, s/p.).

Operam, nessa coletânea de textos, um conjunto de tecnologias que funcionam por meio da escrita ou da escrita de si, uma vez que visam grafar em arquivo experiências decorrentes de atravessamentos subjetivos. O traço da experiência subjetiva é decisivo para que a escrita seja considerada uma tecnologia de si, uma vez que não basta ser qualquer tipo de escrita. Em vez de assumir o caráter personológico da enunciação individuada (Barchi como professor universitário; Brum como jornalista), que encetaria em cada qual um lugar para o sujeito, entendo-os mais próximos de uma enunciação coletiva, um valor coletivo da escrita, de modo que o caráter político encontra nesses autores uma condição de fluxo ou passagem (DELEUZE; GUATTARI, 2017).

Quando trago para esta discussão a escrita como tecnologia, é preciso, num movimento genealógico, situar que tal prática assumiu outras conformações históricas e, portanto, diferentes efeitos encetaram as diversas formas de vida existentes. A prática de escrever já serviu a uma estratégia totalitária de poder insuflada na modernidade, período em que se tornou necessário que o ato locutório passasse para uma forma de registro escrito, conjurando o que Foucault (2012) nomeou de dispositivo de petições: forma de poder posta em circulação pelas cartas régias que autorizavam ordens de prisão, uma forma de poder que intentava efeitos administrativos. Essa forma de poder ainda prevalece nas sociedades contemporâneas, mas assumem outros traços que não são de minha intenção aqui desdobrar.

O que me interessa destacar é o caráter performativo do ato de escrever: não existe a escrita, mas *modos* de escrever que correspondem a um sentido tecnológico, no sentido de responderem a formas de se exercitar individual ou coletivamente. Se há formas de se exercitar, é sempre possível transgredir do temível ao desejável o caráter da escrita. Considero, então, uma escrita servindo de abrigo para os que escrevem e os que leem, um movimento que surge de uma necessidade ética: “Ali onde não é mais possível falar,

descobre-se o encanto secreto, difícil, um pouco perigoso de escrever” (FOUCAULT, 2016, p. 39).

Não foi preocupação de Foucault centralizar um curso para discutir os papéis assumidos pela escrita. Acredito que esta discussão esteja difusa em sua obra e dependeu de qual foi preocupação dele em cada contexto. Destaco um texto escrito em 1983 que compõe a coletânea que recebeu o nome de *O que é um autor*⁶³?

Em *A escrita de si* (2012), o filósofo se preocupa em dar sequência a seus estudos sobre “as artes de si mesmo”, deslocando-se para os gregos a fim de examinar de que modos o domínio de si e dos outros se deu nas formas sociais greco-romanas. Para isso, ele analisa uma série de textos, como a *Vita Antonii*, de Atanásio e *Lettres à Lucilius*, de Sêneca, para ficar em exemplos representativos. Nessas obras, a escrita não intenta apenas a comunicação de algo, mas uma *ascese*, isto é, uma mudança em si mesmo sendo equivalente ao olhar dos companheiros de *ascese*.

Trago esse texto porque ele tem sido base de alguns estudos que analisam o potencial da escrita em sua interferência na subjetividade. Evitando o risco de anacronismos, não compactuo com um arraste grosseiro de pensar que a escrita preserva a mesma função que assumia nas correspondências de Sêneca, Plutarco ou Marco Aurélio. Como reconhecido na introdução desse trabalho, cada sociedade tem sua tecnologia de época e os *hupomnêmata* e as *correspondências* não são as tecnologias representativas de nosso tempo histórico, ainda que, cada qual a seu modo, permaneçam em circulação.

Contudo, é preciso reconhecer, como vem fazendo alguns autores, que ainda há traços da escrita que, respondendo a certos exercícios, se caracterizam por uma função *etopoética*, isto é, quando a escrita é capaz de

⁶³ A obra “*O que é um autor?*” está compilada em três textos: o primeiro, homônimo à obra, o segundo, intitulado “*A vida dos homens infames*”, e o terceiro texto, cunhado como “*A escrita de si*”. Dois desses textos são aqui usados conforme estão apresentados independentemente na coletânea *Ditos e escritos*.

ser reconhecida como “operadora da transformação da verdade em *êthos*” (FOUCAULT, 2012, p. 144). Nesse sentido, a escrita tanto pode movimentar um conjunto de saberes-poderes característicos do momento cartesiano quanto dele se esquivar, uma vez que pode conjurar relações éticas do ser para consigo e para com os outros.

O papel da escrita é constituir, com tudo o que a leitura constituiu, um “corpo” [...] E é preciso compreender esse corpo não como um corpo de doutrina, mas sim – segundo a metáfora da digestão, tão frequentemente evocada – como o próprio corpo daquele que, transcrevendo suas leituras, delas se apropriou e fez sua a verdade delas: a escrita transforma a coisa vista ou ouvida “em forças e em sangue” (*in vires, in sanguinem*). Ela se torna no próprio escritor um princípio de ação racional (FOUCAULT, 2012, p. 148-149 grifos do autor).

Escreve-se não para formalizar e reiterar as verdades já anunciadas no mundo, mas para criar para si uma arte da verdade contrastiva, uma verdade situada numa singularidade e, portanto, capaz de assumir sentido para aquele que as escreve e para aqueles a quem a escrita se direciona. Nesta citação anterior é perceptível como para o filósofo a arte de escrever é, em si mesma, uma prática capaz de incidir diretamente nos modos de viver.

Em uma entrevista, ao ser questionado por Claude Bonnefoy sobre o que representa a ele o fato de escrever, Foucault (2012, p. 36) destrincha a relação com a escrita, opondo-a ao papel de sagrado que o ato de escrever recebera no Ocidente. Em vez disso, o filósofo prefere acreditar que a escrita “é erigida a partir de si mesma, não tanto para dizer, para mostrar ou para ensinar alguma coisa, mas para estar ali. Essa escrita é atualmente, de certa forma, o próprio monumento do ser da linguagem”.

Nessa modalidade de escrita, o sujeito tanto materializa uma ideia que estava em formação, mas, sobretudo, a si mesmo: “quando me expresso, sou tanto o eu que está *fazendo* expressar e o eu que está *sendo* expressado” (MCGUSHIN, 2018, p. 167). Na função etopoética, a escrita produz subjetividade, ela é capaz de unificar “fragmentos heterogêneos pela sua subjetivação no exercício da escrita pessoal” (FOUCAULT, 2012, p. 148).

Reitero que esta arte produz, nesses casos, subjetividade e não sujeito. A primeira está mais próxima de um movimento múltiplo, de um agenciamento coletivo de vozes; a segunda limita condições... Este movimento já era anunciado neste texto de Foucault (2012, p. 149):

É sua própria alma que é preciso criar no que se escreve; porém, assim como um homem traz em seu rosto a semelhança natural com seus ancestrais, também é bom que se possa perceber no que ele escreve a filiação dos pensamentos que gravaram em sua alma [...] Em um coro, há vozes agudas, graves e médias, timbres de homens e de mulheres: “Nenhuma voz individual pode nele se distinguir; somente o conjunto se impõe ao ouvido”.

Essa acepção está perceptível nos textos aqui selecionados. Em Barchi, escreve-se pela recusa de pôr em movimento tendências já instituídas de se fazer educação (ambiental) e para a invenção, clamando por perspectivas libertárias. Em Brum, por sua vez, não há instauração que não clame por outros modos de existência. Além disso, “não há novo modo de existência que não seja fruto de uma mutação subjetiva, de uma ruptura com as significações dominantes” (PELBART, 2017, p. 260).

Entendo que a subjetividade da escritora Eliane Brum está em questão a todo o momento, uma vez que faz a escolha ética de trazer outras existências para o centro de sua textualidade, fazendo alvorecer uma política de multiplicidade que quebra a latência presente no domínio do eu e do outro. Ao expandir esse domínio, criam-se possíveis, dissipam-se multiplicidades que estavam apenas na virtualidade.

Rago (2013, p. 50) situa que a escrita de si – não a escrita narcisista que visa a centralidade autobiográfica – é “uma das tecnologias pelas quais o indivíduo se elabora nos marcos de uma atividade que é essencialmente ética, experimentada como prática de liberdade, e não como sujeição às práticas disciplinares” (ou de controle, para situar as técnicas que operam em lugares abertas, demarcatórias do tempo presente). Foucault complementa, ainda: “o que é a ética senão a prática da liberdade, a prática refletida da liberdade?” (FOUCAULT, 2012b, p. 261).

Por fim, compactuo com a ideia de que ao escrever, além da transformação de si, cria-se uma caixa de ressonância, se por este termo pode ser entendida a capacidade de nos desobjetivarmos e subjetivarmos ao ler outrem. Em uma narrativa bastante poética Foucault (2016, p. 43-44) escreve sobre o contágio da escrita:

Imagino que haja em minha caneta uma velha herança do bisturi. Talvez, no fim das contas: será que não traço na brancura do papel aqueles mesmos signos agressivos que meu pai traçava no corpo dos outros quando operava? Transformei o bisturi em caneta. Passei da eficácia da cura à ineficácia do livre enunciado; substituí a cicatriz sobre o corpo pelo grafite sobre o papel; substituí o inapagável da cicatriz pelo signo perfeitamente apagável e rasurável da escrita. Talvez deva mesmo ir mais longe: a folha de papel talvez seja, para mim, o corpo dos outros.

Sempre podemos nos transformar lendo os textos dos outros, seu poder de contágio nos faz dobrar relações sobre nós mesmos sobre os modos de vida que levamos em nossas relações mais ou menos ecológicas e a qualidade dessas relações, quão cartesianas ou quão éticas são. O caminho etopoético é sempre acoplado a uma liberdade etopoética: “Nós escrevemos, e continuamos a escrever, a fim de nos tornarmos diferentes, e tornando-nos diferentes nós praticamos uma liberdade transformadora” (MENDIETA, 2018, p. 155). Este excerto endossa o papel da escrita como caixa de ressonância em seu poder de afetar pelo contágio.

Não pensei em obedecer à ordem desses textos, mas dialogar com elementos que fizeram sentido em momentos distintos da analítica construída na troca com as escritas selecionadas. “O que é um autor” me interessou por abordar o papel do sujeito, do discurso e da autoria no jogo da escrita. “A vida dos homens infames” se aproximou da composição de Brun, ao trazer modos de vida infames, pois só se tornam conhecidos dado seu encontro com o poder e “A escrita de si”, por tratar do caráter coletivo do agenciamento-escrita, expressando um dos possíveis modos pelos quais o sujeito se põe em cena exercitando-se numa relação de “‘mostrar-se’, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro [...] para se colocar a si mesmo sob o olhar do outro” (FOUCAULT, a escrita de si), mesmo que isso seja possibilitado pela internet, sua tecnologia da época.

Nesse contemporâneo, caracterizado pela pluralidade de formas na veiculação subjetiva – individuais e coletivas –, a escrita assume, nesses textos, um papel específico possibilitado pelas contingências históricas. Não se trata da máquina confessional que assumiu a escrita em outro momento... Mas é preciso se lembrar que “desde a Antiguidade clássica, passando pelo cristianismo da Idade Média até hoje, a escrita performa a noção de sujeito” (ECKERT-HOFF, 2015, p. 25).

Ainda que estejamos num regime de tempo-espço em que, talvez, a escrita ensejada pelo dispositivo confessional não tenha se perdido inteiramente, os estudos de Foucault possibilitam que a vejamos sob um novo enfoque. Como pondera Eckert-Hoff (2015, p. 24), a escrita de si assume um caráter descentrado, “lugar onde o sujeito vacila sobre si-mesmo, o que nos leva a entender que traçar a escritura é buscar fios na memória, é rastrear inscrições no corpo, a partir da intervenção do outro”, uma vez que, para se tornar acontecimento capaz de expressar fugas da ecogovernamentalidade, deve haver efeito naquele que escreve e naquele que lê.

Em um movimento de subjetivação mais aberto e pulsátil – porque exercitado distante das formas modalizadas de subjetivação – entendo que tanto Barchi quanto Brun aumentam formas de conexões possíveis ao construir máquinas de escrita. Essas máquinas delineiam outros diagramas, pois são construídas por outras técnicas. Tratam-se de escritas cuja intencionalidade primeira não é a de informar ou enformar, relações típicas de um sistema linguístico já capturado (DELEUZE, 1992).

Trata-se de uma condição específica em que ambos escritores são ensejados por agenciamentos coletivos minoritários (DELEUZE; GUATTARI, 2011; 2017). São os agenciamentos coletivos minoritários que levam seus escritores a “dar a palavra àqueles que não a possuem” (DELEUZE; GUATTARI, 2017, p. 44). No devir minoritário, os escritores devem “corpos prenhes de devires, e as suas escritas menores funcionam como expressão desses devires” (TADEU; CORAZZA; ZORDAM, 2004, p. 34).

A produção textual de Barchi e Brum devém de um agenciamento coletivo capaz de confrontar as formas de poder ecogovernamentais, visto que

deslocam seus comandos. Barchi não mobiliza uma EA “pasteurizada” pela ONU, uma escrita maior que funciona em consonância a um poder policaresco de exercício de ordem; nem Brun, que devém de uma escrita pulsátil em devires minoritários de populações ribeirinhas, indígenas... São escritas sensíveis uma vez que dizem respeito a relações que poucos vem, visto que tanto já cederam ao aparelho de captura instaurado por essa forma de governo do eu. Esse movimento é ético e imprescindível, uma vez que: “Escreve-se a história, mas ela sempre foi escrita do ponto de vista dos sedentários, e em nome de um aparelho unitário de Estado, pelo menos possível, inclusive quando se falava sobre nômades” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 46).

Talvez seja produtivo situar que tanto Rodrigo Barchi quanto Eliane Brum estejam localizados na distinção dada por Roland Barthes entre escritores e escreventes, resgatada por Foucault (2016), estando aqueles mais próximos da segunda terminologia. Não almejam, como os escritores da língua maior, monumentalizar uma obra como um romance ou novela, erigindo uma escrita mantida em pé pelo seu próprio prestígio. São, antes, escreventes, porque sua escrita é transitiva e intenta designar e manifestar relações que, sem ela, permaneceriam ocultas e invisíveis. Em tom de encerramento, concordo com Foucault (2016, p. 64) de que se existe um prazer de escrever, não se sabe, mas para a função de escrevente “existe uma enorme obrigação de escrever”.

É preciso anunciar que analisei a seguir, elementos textuais com ampla predominância de imagens fotográficas. Antes de tudo, entendo as imagens e as fotografias como discurso. Tratam-se de arquivos socializados em páginas da internet, mas que, em todos os casos, dizem respeito a cenas referentes a instalações que aconteceram tanto em ilhas quanto em cidades brasileiras de alta densidade populacional.

A SIMBIOSE TECNOLÓGICA DE ROBERTA CARVALHO

Início essa segunda seção analítica pela obra da artista paraense Roberta Carvalho. A obra apresentada e discutida aqui é decorrente de um projeto mais amplo denominado *Symbiosis* e está referenciada em um texto que intercala produções escritas e imagéticas, publicado na página Boletim Arte na Escola⁶⁴. A escolha deste componente se deu no modo pelo qual a artista brasileira coaduna arte contemporânea, tecnologia e saberes tradicionais, e na reverberação que esta obra teve na formação de alunos na modalidade em Educação de Jovens e Adultos (EJA), também referida neste mesmo texto.

As expressões artísticas da artista perfilam-se em composições visuais (**Figuras 2**) que ganharam forma nas copas de árvores da ilha Combú, localizada nas proximidades de Belém do Pará (PA). Em tais composições, estão pixelizados rostos de membros da população ribeirinha que habitam essa região e navegam de barco da ilha para o continente. Embora nesta reportagem analisada não façam menção aos nomes dos ribeirinhos, ela retrata que tanto a população que os conhecia quanto eles próprios assistiram a projeção de seus rostos sobre a natureza.

De que modo a instalação dessa artista paraense provoca e é capaz de “borrar” os feixes da ecogovernamentalidade como modalidade de poder de nossos tempos? Que efeitos de sentido (sobretudo éticos) tiveram/tem esses rostos para o conjunto que os contemplou e, também, para nós, que podemos acessá-los pela plataforma cibernética da internet?

⁶⁴ Disponível em: <http://artenaescola.org.br/boletim/materia.php?id=77410>.



Figura 2. Fotografias de projeções de rostos de membros da população ribeirinha, parte integrante do projeto *Symbiosis*, da artista visual paraense Roberta Carvalho.

A temática da “rostificação” como materialidade primeira presente nessa instalação, não ganhou um *lócus* específico nas teorizações de Foucault, aparecendo difusa conforme a problemática à qual ele se debruçou em cada momento de sua vida. A menção ao rosto aparece logo na fase arqueológica, sobretudo no último capítulo de *As palavras e as coisas* (2007, p. 536), quando o filósofo buscou demonstrar que o homem (como sinônimo de ser humano) como um “rosto de areia”, é uma figura recente na história do ocidente. Não que ele não tivesse existido “em carne e osso”, mas que, na dobradiça do período clássico para o período moderno, que Foucault contextualiza ser o

limiar do século XVIII, ele aparece como objeto⁶⁵ de saberes, e não, somente, como aquele que apenas olha, classifica e descreve o mundo.

Ao se reportar a esse período de transição, Foucault (2007) fala de uma “consciência luminosa”, um nome atribuído ao que seria uma mudança nas disposições fundamentais do saber. O que são mudanças de saberes senão um regime de visibilidade capaz de instaurar (Pelbart, 2017) coisas que até então não se percebiam? Quando Foucault (2007) “dá rosto” ao homem, é antes, para torná-lo uma categoria até então inexistente no campo dos saberes. Quando a artista Roberta Carvalho “dá rosto” a alguns habitantes da população ribeirinha paraense é para instaurá-los num tempo-espaco que talvez não os reconhecesse como entes que ali habitam.

Na analítica foucaultiana, a “rostificação” ganhou sentido conforme o tempo em que se anunciava como questão de cada época. Nas sociedades disciplinares, o rosto passou a ser entendido como uma materialidade que respondia ao problema de identificação, num sentido policialesco. As táticas de anonimato já se anunciavam como problema na época clássica, a ponto de sancionarem regulamentos proibitivos acerca do ato de esconder o rosto. O anonimato passa a ser questão de desordem pública. O célebre caso do francês Jean Pierre Rivière, que assassinou membros de sua própria família, ganha uma tônica na temática do rosto, uma vez que o francês vagou durante meses pela região campesina até ser finalmente encontrado por policiais.

Do século XIX ao XX multiplicaram-se numerosas iniciativas para conseguir descrever, com maior precisão, os elementos da face. A ciência da fisiognomia, de J. G. Lavater é ilustrativa desse período. E, na transição das sociedades disciplinares para as sociedades de controle, investiu-se em táticas, como as do retrato falado, buscando facilitar o mapeamento dos corpos em sua trajetória espacial. Investe-se, cada vez mais, em táticas de difusão do rosto no jornalismo policial televisivo e nas embalagens de produtos mercadológicos. Há sempre um mesmo fim: pôr em circulação ou o rosto que

⁶⁵ Relação que permitiu o nascimento de saberes (ou disciplinas) enredados às Ciências Humanas, como a psicologia e a psiquiatria, para ficar nesses exemplos.

cometeu algum delito ou infração, ou os rostos daqueles que circulam como figuras comercialmente ovacionadas – o que Rolnik (2002) chamará de clones de subjetividades que mantêm o giro do mercado –, essas últimas, escolhidas pela maquinaria midiática, numa imensa malha que opera 24 horas/dia. Ao passo que esses clones rostificados se põe na ordem do dia, outros, tornam-se obsoletos e não tarifados pela lógica mercadológica.

Uma das potências criadoras de Roberta Carvalho é a de selecionar rostos não contemplados nesses vetores perversos dos modos de produção das subjetividades dominantes, daí a noção de instauração fazer sentido, novamente, na analítica dessa obra. A obra de arte, ao cumprir certos requisitos de estilo, é passível de instauração (ROLNIK, 2002). São emblemáticas as instaurações⁶⁶ do artista pernambucano Antônio José de Barros Carvalho e Mello Mourão, conhecido como Tunga. Os protagonistas que Tunga elege em suas instaurações são *office boys*, figurantes, desempregados, sem-teto, sem-terra, ex-presidiários e meninos que já viveram nas ruas. Tal como Carvalho, a escolha é pelos rostos “não pertencentes à paisagem oficial” (ROLNIK, 2002, p. 314).

A própria definição da artista visual desta obra ressalta a instauração singular desta obra, especificamente: entre a folhagem marrom e verde, “essas fisionomias evocam questões como memória e identidade dos povos amazônicos e suscitam ainda outro debate interessante: o de que a tecnologia pode aproximar a arte do espaço público” (ESCOLA, 2018, s/p.).

Como a obra incita a memória, a noção de instauração de Pelbart (2017) se expande: além de sujeitos, faz-se possível instaurar lugares, percursos... Mas, aqui, ressalto algumas considerações dos educadores ambientais brasileiros Marcos Reigota e Bárbara Heliodora Soares do Prado (2008, p. 13)

⁶⁶ “‘Instauração’ é o nome dado por Tunga para uma estratégia recorrente em seu trabalho. Consiste em incorporar à obra pessoas estranhas ao mundo da arte, protagonistas de uma espécie de performance, seguindo um ritual com objetos e materiais sugeridos pelo artista; restos da performance compõem uma instalação que permanece exposta. O conjunto formado pela performance + processo + instalação ‘instaura’ um mundo” (ROLNIK, 2002, p. 312). Optei por essa transcrição dada sua aproximação com a instauração proposta por Pelbart (2016) e a possibilidade de leitura desses conceitos com a obra de Roberta Carvalho.

sobre a importância de nós, autores, na modalidade estratégica de poder que somos atravessados, mesmo que de forma efêmera e transitória, legitimarmos e divulgarmos as práticas sociais e pedagógicas cotidianas de inúmeros anônimos, haja vista que “os narradores/as constroem não só suas subjetividades e especificidades, mas elaboram e interpretam o local e o tempo em que vivem”.

No caso específico do rosto desses ribeirinhos, instaura-se, sobretudo, entes indissociáveis da paisagem que lhes serve como anteparo, haja vista que se sabe que essa população nativa desempenha um papel fundamental na manutenção da biodiversidade desta localidade. É o que vem sendo tratado pelo conceito de Sociobiodiversidade no âmbito da macropolítica. Em efeitos de sentido, a artista acaba por narrar esse mesmo conceito, só que pelo uso da linguagem artística e numa abordagem micropolítica, uma vez que arrasta uma população minoritária frente à varredura da política brasileira e das luzes maiores de uma maquinaria que os apaga.

O que esses autores clamam é que a busca por um processo mais democrático de habitar um local e toda a sua complexidade implica que, no interior dos distantes gabinetes, o cidadão cidadão elaborador de projetos seja capaz de levar em conta as “leituras de mundo” sobre diversos aspectos que fazem o Brasil contemporâneo, pela observação atenta dos anônimos envolvidos cotidianamente na construção de uma sociedade justa [...]” (REIGOTA; DO PRADO, 2008, p. 13). Acredito que a arte de Roberta Carvalho seja capaz de tensionar esse anonimato.

Talvez, ao se “rostificar” uma superfície que tende a ser esquecida pela densidade da paisagem, este ato arraste consigo um feixe de singularidade capaz de gerar incômodo acerca do movimento institucional de caráter assistencialista, tão apregoado por diversas instituições, dentre elas as academias. Numa incursão, os pesquisadores vão para as “margens” munidos de saberes “do centro”. Ao institucionalizarem, cada vez mais, as margens, acabam por assimilá-las ao centro, dissolvendo as possibilidades singulares que se efetivam nas trocas de saberes existentes entre esses dois territórios.

Trata-se de um movimento ético que também envolve as tecnologias do olhar, a fim de reconhecer práticas realizadas por aqueles que estão nas das margens como as populações ribeirinhas ou extensionistas rurais. Reigota e do Prado (2008) ressaltam que no adensamento das matas, processos de implementação de sistemas Agroflorestais, como os utilizados pelo manejo de açcaizal em São João do Pacuí (MG), estão longe de serem reconhecidos como saberes verdadeiros, dada a hegemonia de práticas centralizadoras provenientes das próprias instituições de ensino, do Partido Verde ou de movimentos como o *Greenpeace*.

O que está em questão nessa obra são existências que ganham aderência, os seres solicitudinários, possibilitando universos que adquirem um tipo de registro na memória. É, sobretudo, uma aposta ética, pois também “multiplica ao infinito as ‘embreagens existenciais’, acedendo a universos criativos mutantes” (PELBART, 2016, p. 82). A existência – de um povo, uma cultura, uma materialidade – não é da ordem da dicotomia metafísica: existe ou não existe, mas da ordem das intensidades, operando por limiares qualitativos provenientes de certos territórios ou universos que ganharam algum contorno (literalmente, neste caso).

Como efeito dessa obra, o que chamo de “rostificação”, é menos a figura de um rosto pixelizado nas copas das árvores decorrente de um disparo de canhão de fótons em si, mas sua capacidade imanente de dar forma a protosubjetividades (PELBART, 2016; 2017). Como também anunciou Guattari (2012, p. 118): “não existe trabalho algum que incida sobre as formas materiais que não presentifique entidades imateriais”. Ainda que a artista instaure protosubjetividades sem a ambição de uma universalização ou salvacionismo, sua obra propõe uma “varredura” do lugar, mesclando elementos ético-políticos, no sentido que dão visibilidade (sobretudo de forma política) a entes que pedem passagem.

A noção de tecnologia que permeia essas composições, por mais que se componha de aparatos mecânicos e elétricos, disparadores de fótons, ao ganhar um tom sensível, também se aproxima de uma técnica de si. Há uma passagem do sensível como um de seus objetivos: “No caso do meu projeto, a

natureza é a hospedeira da arte. A árvore não é apenas um anteparo para um vídeo ou uma imagem, mas se constrói também como obra. Quis que as pessoas refletissem sobre a relação entre identidade e natureza e também entre arte e tecnologia” (ESCOLA, 2018, s/p). Ao intentar provocar um modo de olhar, a artista também cria uma tecnologia que permite que indivíduos efetuem operações em suas almas, pensamentos, condutas e modos de ser.

A rasura dessa tecnologia como um mero aparato mecânico também se elucida nas descrições do professor Leno Vidal que usufruiu do trabalho de Roberta Carvalho em suas aulas, numa Escola Municipal de Ensino Fundamental José de Alcântara Machado Filho, situada na capital de São Paulo. Nesse acontecimento:

Propôs a 25 alunos do período noturno da Educação de Jovens e Adultos um olhar provocativo sobre a arte e a tecnologia. “Comecei perguntando o que era tecnologia para eles. Responderam que era computador, celular e, a partir daí, fui discorrendo sobre o percurso da tecnologia como estrutura. *O saber tradicional do trançado indígena, por exemplo, também é tecnologia.* Muitos dos alunos se espantaram ao saber”, conta Leno (ESCOLA, 2018, s/p. grifo meu).

Destaco esse excerto, pois ele resgata, em outras palavras, a noção de tecnologia como elemento usado para que os homens compreendam quem eles são. Ao professar desse modo, Leno problematiza uma tradição mais atual que eclipsou esta noção de técnica pelo sentido mais empobrecido, o de parafernálias tecnológicas geradoras de modos de vida orientados pela semi-presença, como já me referi anteriormente nesse trabalho.

Dando continuidade à analítica das tecnologias que identifiquei em sua potência criadora, apresento, a seguir, algumas obras de Eduardo Srur. Na sequência, coaduno as obras de Roberta Carvalho e Eduardo Srur buscando destacar que suas dimensões intensivas propõem máquinas estéticas.

OS MAPAS DE PLÁSTICO DE EDUARDO SRUR

Eduardo Srur é paulistano, e se tornou referência na cidade e no país como um artista que realiza intervenções no espaço urbano cuja potência é de mobilizar o espectador. Conheci suas obras navegando pela internet e me reencontrei com seu trabalho no livro de Katia Canton (2009).

A escolha pela análise de algumas de suas obras⁶⁷ residiu em sua capacidade estética de promover incômodos com relação ao modo de existência anestesiado, ao qual nós transeuntes fomos ensejados ao transitar os espaços urbanos. Anestesiados, pois alguns processos que caracterizam a cinza espacialidade da urbe tornaram-se tão comuns, que nossos mecanismos ópticos permitem-nos transitar por eles naturalizando o que poderia não ser naturalizado.

Arrasto uma entrevista concedida por Srur à artista brasileira Katia Canton em 2009, em que o artista declara que, desde 2004, em obras como *Acampamento dos Anjos* (não contemplada em meu recorte analítico) inspira-se pelo caráter interventivo na arquitetura de edifícios urbanos, como a instalação de barracas verticalmente sobrepostas no prédio de um hospital abandonado a mais de uma década na avenida Dr. Arnaldo, na cidade de São Paulo (CANTON, 2009).

O aperfeiçoamento das propostas do artista o levou a focar sua produção num tripé erigido por questões éticas, ambientais e arquitetônicas, como aparecem em seu projeto *PETS* (**Figura 3**). Trata-se da instalação de esculturas flutuantes em forma de garrafas PET⁶⁸, confeccionadas em vinil num tamanho muito maior ao que esse artefato de consumo corresponde em seus usos convencionais (são 20 peças de 12 x 3,5 m cada peça). Atualmente a obra participa da *Bienal Internacional de Arte Contemporâneo da América do*

⁶⁷ Disponíveis em: <https://www.hometeka.com.br/f5/7-intervencoes-urbanas-do-artista-brasileiro-eduardo-srur/>; <http://www.eduardosrur.com.br/intervencoes/pets> e <http://www.eduardosrur.com.br/intervencoes/caiaques>.

⁶⁸ Em português, PET é uma sigla que significa "poli tereftalato de etila", que é um tipo de polímero plástico. Em inglês, a substância é conhecida por "polyethylene terephthalate", e a sigla inglesa é novamente PET (ou PETE).

Sul (Bienal Sul) em diversas localidades da Argentina. Já ocupou o Rio Tietê (2008), a represa Guarapiranga (2010), o lago de Bragança Paulista (2012) e a praia de Santos (2014).



Figura 3. Fotografias de instalações referentes ao projeto *PETS*, do artista plástico paulistano Eduardo Srur.

Desloco, também, para análise, a obra *Caiques*⁶⁹ (**Figura 4**), que mantém o potencial de afectação democrático, como ele mesmo se refere na entrevista já mencionada (CANTON, 2009).

⁶⁹ Disponível em: <http://www.eduardosrur.com.br/intervencoes/caiaques>.



Figura 4. Fotografias de instalações referentes à obra *Caiaques*, do artista plástico paulistano Eduardo Srur.

Nela, cento e cinquenta esculturas compostas por caiaques de plástico e remos de alumínio, manequins de plástico, roupas de *tactel*, parafusos e cabos de aço são lançadas a certa altura do rio Pinheiros, localizado na cidade de São Paulo. Não se detendo ao caráter de fixidez exigido em *PETS*, as esculturas boiam e transitam conforme o devir das águas e, um efeito estético curioso está demonstrado na segunda figura, em que as esculturas se aglomeram numa “ilha” de lixo superficial, acentuando contornos que muito remetem ao mapa do Brasil, um efeito não planejado pelo autor da obra.

Que efeitos de sentido essas instalações e, até sua imprevisibilidade, puderam ser capazes de acionar em transeuntes, mas, também em nós, que porventura poderíamos tê-las acessado pela plataforma cibernética da internet? Novamente, que fugas ou rupturas estéticas mantem (e manterão) com a ecogovernamentalidade?

A escolha de Srur pela paisagem urbana enredou-me ao texto de Guattari (2012), *Restauração da cidade subjetiva*⁷⁰, como uma entrada analítica possível e primeira. Nesse texto, ele estabeleceu considerações interessantes acerca do *ethos* que estabelecemos com os espaços urbanos. De acordo com esse autor, os prospectivistas já nos prediziam de que nos decênios que vivemos, cerca de 80% da população mundial viveriam em aglomerados urbanos e, mesmo os 20% restantes desta estatística, apesar de não viver diretamente nesses aglomerados, seria tributário ao habitat da cidade por meio de liames técnicos e de civilização.

A preocupação, ao contextualizar esses dados, estaria no esmaecimento da distinção entre a cidade e a natureza, o que teria o efeito perverso da segunda subsistir em pequenos territórios “naturais”, em meio a grande paisagem de concreto. Mais perverso do que isso, os grandes centros urbanos, como a grande São Paulo, acabam por dificultar singularidades individuais e coletivas, uma vez que foram simplificadas as espacialidades que meramente facilitam o trânsito e o deslocamento – de motoristas (sobretudo), pedestres, ciclistas, mas, também, das forças do Estado, à luz da biopolítica.

Nesta conformação, concordo que esses espaços nos incitam a “falsos nomadismos” (GUATTARI, 2012), uma vez que no plano existencial, permanecemos num mesmo lugar⁷¹. Se Foucault já situou o espaço como vetor imanente a seus elementos discursivos e não discursivos; Guattari complementa que, qualquer que seja ele (o espaço), nos interpela de diferentes pontos de vista: estilístico, histórico, funcional, afetivo... Nas suas palavras, “os edifícios e construções de todos os tipos são máquinas enunciantes. Elas

⁷⁰ É imprescindível sublinhar que se trata de um texto inédito, escrito em vista da participação do autor no Colóquio organizado pela UNESCO, “Homem, cidade, natureza: a cultura hoje”, no contexto da ECO-92, que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro. Devido à morte de Guattari neste mesmo ano, ele não pôde participar do evento, e o texto é publicado somente após sua morte na coletânea que levou o título de *Caosmose*.

⁷¹ Os grandes centros urbanos são somente mais um dos componentes que, na modernidade exangue, garantem um deslocamento físico, mas nunca existencial. Em outro momento, o autor também dá o exemplo do turismo, “que se resume quase sempre a uma viagem sem sair do lugar, no seio das mesmas redundâncias de imagens e de comportamento” (GUATTARI, 2009, p. 8). Tanto no caso dos centros urbanos quanto da prática do turismo, é a relação da subjetividade com sua exterioridade que está comprometida. Na redundância imanente a esses dois casos, a alteridade perde sua aspereza.

produzem uma subjetivação parcial que se aglomera com outros agenciamentos de subjetivação” (GUATTARI, 2012, p. 140). As cidades são megamáquinas, na expressão de Lewis Mumford, e, por isso, produtoras de subjetividades individuais e coletivas.

Assumindo esses efeitos, que enunciações produzem os grandes centros como São Paulo? Que feixes de subjetivação produzem, não apenas ela, mas inúmeras outras megalópoles globais características de nossos tempos?

Antes de tudo, essas obras se perfilam entre as aglomerações urbanas de hoje, para as quais contam “menos os seus aspectos de infraestrutura, de comunicação e de serviço do que o fato de engendrarem, por meio de equipamentos materiais e imateriais, a existência humana sob todos os aspectos em que se queira considerá-las” (GUATTARI, 2012, p. 152). É porque a cidade continua a atualizar sua função de esquadramento populacional – somada, também, à necessidade de trânsito de fluxos e informações do capitalismo pós-industrial – que Guattari (2012) escreve esse texto, chamando a atenção para a necessidade de uma reorientação radical de seus meios que, se assim continuarem, culminarão a um estado de incompatibilidade total não apenas com a vida humana, mas animal e vegetal.

É nesse ínterim que a ecogovernamentalidade também incita escapes pelas vias de ressignificação ético-estéticas. Em meio à catástrofe (uma terminologia sinonímia para a crise) caracterizada pela velocidade com que os modos de vida são esvaídos, a sobrevivência (da humanidade, mas das outras formas de vida) novamente é posta em questão. É esta perspectiva que torna nossa época “aterrorizadora e apaixonante”, haja vista que os fatores ético-políticos adquirem uma relevância que, ao longo da história, anteriormente jamais tiveram (GUATTARI, 2012, p. 152).

Quando Srur multiplica o tamanho das garrafas de refrigerante e as instala nas urbanidades estratégicas de passagem, ele possibilita um atravessamento no circuito cotidiano, um acontecimento que cria um possível. Nas suas palavras:

A obra remete a um significado ecológico por sua forma e contexto na paisagem urbana contaminada. A apropriação e o jogo de escala de um ícone do consumo revela a complexa relação do homem com a natureza e uma provocação aos sentidos anestesiados no cotidiano urbano. Mas o trabalho também aponta para uma navegação poética e uma mensagem compartilhada com o público por meio de ações sociais durante o período expositivo (SRUR, 2019, s/p.).

Complemento esse efeito de sentido com um trecho extraído de sua entrevista com Canton:

Estar aqui diariamente acabou gerando a ideia de fazer esse resgate histórico do que era o rio, do que ele representava para a cidade e do que ele é hoje. Quando colocamos caiaques com manequins, há um caráter de provocação, estamos falando de uma coisa séria, mas há uma ironia. Eram 100 caiaques, 150 manequins, a instalação começava na ponte das Bandeiras e ia até a ponte Eusébio Matoso. Eu fiz uma composição com as peças, e a chuva com os desejos e o lixo da cidade a foram transformando. Nas últimas semanas formou-se um mapa de lixo entre as peças que estavam aglomeradas. A ideia também era fazer uma obra onde falta o ser humano, falta a consciência de preservação, de cuidado com o meio ambiente. Todas as minhas obras cada vez mais pensam numa mensagem direta para o espectador (CANTON, 2009, p. 58-59).

Tanto *PETS* quanto *Caiaques* são “borrões” na estética da espacialidade da urbe. Deslocados de um lugar de suposta origem e fim – o mercado e o lixão, no caso das garrafas, uma represa limpa e não poluída, no caso dos caiaques – a própria instalação é uma poluição visual, mas no sentido incômodo que essas obras são capazes de causar aos nossos aparatos perceptivos. Manuela Romero (2018, p. 134) completa que, sob diversos nomes, – intervenção urbana, arte participativa, colaborativa ou relacional – “a arte pode assumir um papel fundamental em relação à abertura de corpos e mentes a inéditas formas de se viver em contexto urbano”.

Na experimentação de novos imaginários a que nos leva a pensar esses trabalhos, embora Rolnik (2002) esteja descrevendo os efeitos das instalações do artista Tunga, desloco suas considerações, pois, me parecem perfeitas para definir os incômodos também provocados pelo trabalho de Srur:

Anarquiza-se a cartografia da avenida: instalados, ali, inteiramente à vontade, eles ganham uma existência na

paisagem, agora não mais passível de ser ignorada: o espectador/transeunte é obrigado a vê-los e a relação entre eles não pode mais ser denegada. A força do resultado formal, tanto na escolha dos objetos e corpos quanto em sua disposição na avenida (ou no rio, no caso de *Caiaques*), é inseparável do sucesso da problematização que a obra opera, seu efeito de ruptura (ROLNIK, 2002, p. 315 grifo meu).

À medida que vão ao encontro de um potencial interlocutor, concordo com Guattari (2012, p. 37) de que as novas formas de arte (como o cinema, mas, também, como a instalação nesse caso parece funcionar perfeitamente) são capazes de criar imagens-tempo ou imagens-movimento, “não se tratando de uma imagem passivamente representativa, mas de um vetor de subjetivação”. Nessa perspectiva, “os artistas são, por princípio, anômalos: subjetividades vulneráveis aos movimentos da vida, cuja obra é a cartografia singular dos estados sensíveis que sua deambulação pelo mundo mobiliza” (ROLNIK, 2002, p. 311).

Essas instalações são capazes de anarquizar a cartografia espacial, pois operam por contradispositivos⁷² espacio-temporais. Em Roberta Carvalho, o tempo da lentidão, proporcionado pelo trajeto de barco, quebra a lógica acelerada do deslocar estéril da cidade. O espaço é apreciado: ao deslocar a luz para os rostos da população ribeirinha, o trajeto ganha tanta centralidade quanto o destino. Srur também desloca a noção de tempo-espaço em *Caiaques*, uma vez que, na atual conjuntura, apenas corpos de plástico “arriscam” um trajeto nas águas poluídas e inóspitas do rio Pinheiros. A instalação tensiona a memória de outro tempo, décadas anteriores, em que aconteciam atividades de remo promovidas pelos clubes paulistanos até a década de 1920.

Os contradispositivos espacio-temporais, na acepção de Pelbart (2016, p. 269) contribuem como ficcionalização do real, e propõem “outras comunidades de palavras e de coisas, de formas e de significações” e, ao criar essas comunidades, “as imagens da arte não fornecem armas para os

⁷² Como se tratam de um tipo de tecnologia que “responde” aos poderes totalitários da ecogovernamentalidade prefiro, neste contexto, o termo contradispositivo em vez de simplesmente dispositivo.

combates. Elas contribuem para desenhar configurações novas do visível, do dizível e do pensável, e por aí, uma nova paisagem do possível”. Nesse enredar, a ficcionalização da realidade tem o mesmo efeito que uma ação política, pois funciona como uma política da percepção. Essa atividade seria inviável no momento presente, pois o rio está completamente contaminado, fruto do descaso da população e do governo, como termina sua descrição.

Na direção dessas configurações novas do visível, a arte, “como linguagem em devir sempre à deriva, surpreende e nos coloca diante do pretensamente ‘intolerável no mundo’, e ao nos confrontar com algo ‘impensável’ no pensamento, restabelece nosso vínculo com o mundo novamente” (SCHMIDLIN, 2015, p. 41). A arte “é capaz de inventar conexões onde estas não existem; ela transborda os modelos e desorganiza a função do contorno, fluidifica as figuras, transformando-os em linhas soltas cujos movimentos [...] não delimita um terreno” (GODOY, 2008, p. 86).

Guattari (2012, p. 105) anunciava que as máquinas estéticas “nos propõem modelos relativamente mais bem realizados desses blocos de sensações suscetíveis de extrair um sentido pleno a partir das sinaléticas vazias que nos investem por todos os lados”; complementa, ainda, que são “nas trincheiras da arte que se encontram os núcleos de resistência dos mais consequentes ao rolo compressor da subjetividade capitalística”.

Propondo versões perceptuais de paisagens outras que se deslocam da natureza como um simples “pano de fundo”, Carvalho e Srur utilizam de tecnologias visuais que propõem experiências no que aparenta “a ausência de fronteiras entre certos domínios e a consequente mescla de territórios” (SCHMIDLIN, 2015, p. 37) – as territorialidades das ilhas e urbanas mas, também, as das instalações e as subjetivas. Na arte contemporânea, em que a utilização da tecnologia evidencia as camadas de “artificialidade” na constituição de uma paisagem-território:

[...] a paisagem passa a ser um “artifício de composição” distante de uma essência original, porque composta de milhares de dobras e memórias que se espraiam em variações

infinitas [...] onde margens desaparecem [e] [...] se deslocam de um espaço específico para uma superfície territorial desatrelada de categorias próprias ao sistema de representação. Nessa superfície só se pode andarilhar, percorrer como caminho ou viagem, como nômade a se mover ininterruptamente, deixando-se afetar pelos encontros inscritos no percurso da paisagem (SCHMIDLIN, 2015, p. 38 grifo meu).

Na perspectiva analítica das máquinas estéticas, a heterogeneidade dos componentes que o mundo acena – linguísticos, corporais, espaciais – engendra, também, uma heterogênese ontológica. O “consumo” de certas obras é imanente à possibilidade de alargamento de pontos de vista:

[...] todo descentramento estético dos pontos de vista, toda multiplicação polifônica dos componentes de expressão passam pelo pré-requisito de uma desconstrução das estruturas e dos códigos em vigor e por um banho cósmico nas matérias de sensação, a partir das quais tornar-se-á possível uma recomposição, uma recriação, um enriquecimento do mundo, [...] uma proliferação não apenas das formas mas das modalidades de ser (GUATTARI, 2012, p. 105).

Os rostos de Roberta Carvalho e os mapas plásticos de Srur são capazes de tensionar dimensões existenciais de expressão, pois essas práticas estéticas arrastam consigo blocos de sensações. Blocos cuja função pode ser a de “desmanchar as significações coladas às percepções triviais e as opiniões impregnando os sentimentos comuns” (GUATTARI, 2012, p. 104).

É por esse arraste de sensações que considero ambas as obras proponentes de uma ecologia do virtual, termo também cunhado por Guattari (2012) para se referir a formas outras de ecologias que se complementam às do mundo visível. São domínios que agregam a poesia, a música, as artes plásticas, buscando, nessas práticas sociais, acepções ampliadas em seu caráter plástico e performativo. Buscando complementar a ordem do prático e já existente, ela direciona suas preocupações às interfaces do sensível e das heterogeneidades.

Para além das relações de força atualizadas, a ecologia do virtual se proporá não apenas a preservar as espécies ameaçadas da vida cultural [os vaga-lumes de Didi-Huberman], mas, igualmente a engendrar as condições de criação e de desenvolvimento de formações de subjetividades inusitadas,

jamais vistas, jamais sentidas [...] agirá como ciência dos ecossistemas, como objeto de regeneração política, mas, também como engajamento ético, estético, analítico, na iminência de criar novos sistemas de valorização, um novo gosto pela vida [...] (GUATTARI, 2012, p. 106 grifo meu).

Uma ecologia do virtual está tanto preocupada com a materialidade da vida que se sustenta neste momento quanto de um mundo porvir. Ela convida um conjunto populacional heterogêneo para pensar novas coordenadas à medida que arrasta afectos e perceptos nos planos de que ela se compõem (as projeções e instalações, neste caso). “Os afectos são precisamente devires não humanos do homem, como os perceptos (entre eles a cidade) são as paisagens não humanas da natureza” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 200).

[...] esses blocos de perceptos e afectos mutantes, meio-objeto meio-sujeito, já instaurados na sensação e fora deles mesmos nos campos de possível. Não serão facilmente encontrados no mercado habitual da subjetividade e talvez ainda menos no da arte, entretanto elas habitam tudo o que concerne à criação, ao desejo de devir outro [...]

Qualquer que seja a sofisticação desses jogos de representação para induzir seu Universo existencial e para daí deduzir múltiplas consequências, o bloco de perceptos e afecto, através da composição estética, aglomera em uma mesma apreensão transversal o sujeito e o objeto, o eu e o outro, o material e o incorporal, o antes e o depois... em suma, o afecto não é questão de representação de discursividade, mas de existência [...] Antes da influência desse bloco de sensação, desse foco de subjetivação parcial, era a cinzenta monotonia; depois, não sou mais eu mesmo como antes, fui arrebatado em um devir outro, levado para além de meus Territórios existenciais familiares (GUATTARI, 2012, p. 107-108).

Na perspectiva do contágio proposto pelos afectos e perceptos, a experimentação proposta pelas ecologias do virtual confunde-se com a própria existência! São essas existências, com seus imaginários, que nos levarão a mundos pensados e sentidos diferentemente de hoje: “o artista é mostrador de afectos, inventor de afectos, criador de afectos, em relação com os perceptos ou as visões que nos dá”, assim, essas componentes não se resumem à materialidade da obra, “ele os dá para nós e nos faz transformarmos com eles, ele nos apanha no composto” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 207).

Desse modo, o conjunto de tecnologias proposto por Carvalho e Srur ensejam outros tipos de máquinas que não aquelas ligadas à vigilância e ao controle, ou a manufatura de bombas nucleares, etc. Elas propõem máquinas estéticas (GUATTARI, 2012) capazes de desterritorializar o que naturalizamos em nossos aparatos ópticos e engendrar subjetividades tão mutantes quanto a processualidade maquínica que incita a paisagem. Os artistas propõem um criar-se a si mesmos na imanência tecnológica, e não apenas num uso frio e mecânico.

Nas máquinas estéticas movidas pelas obras desses artistas, não há incitação a um “cuidado” do meio ambiente de maneira policialesca, como operam os dispositivos disparados pela Agenda nacional que convoca à participação pela via da normalização de condutas. As máquinas também não se preocupam em atualizar preocupações capitalistas e implementar uma cultura de práticas para a resiliência, resiliência esta imanente à instituição de uma economia verde.

Em vez de modular um território para o reconhecimento de um planeta visível, como fizeram as tecnologias associadas ao acontecimento sideral – reificados na *Earthrise* e *Blue Marble* – Carvalho e Srur redimensionam a atenção para um entorno imediato sem fazer uso de cartilhas estabelecidas. Antes, propõem experimentações a um público que observa.

A ecologia do virtual que atravessa essas expressões artísticas se mostra como possibilidade de habitar instrumentos em singularidades até então inexistentes. São casos em que uma “operação plástica é dotada de um forte potencial político” (BOURRIAUD, 2011, p. 58). A ecologia do virtual não ignora o acesso proposto pelas *Earthrise* e a *Blue Marble*, mas propõem partilhas que não estavam presentes no distante programa Apollo.

Se os códigos da representação dominante do mundo estão ligados à abstração, é porque esta se apresenta como a própria linguagem do inelutável; os atos dos grupos e dos indivíduos, apresentados pelo poder sob a forma de uma meteorologia, permitem perpetuar um sistema de dominação. Assim, os “espaços brancos” da cartografia que o satélite viabilizou para o site Google Earth correspondem a interesses estratégicos, militares ou industriais: o papel da arte é

preenchê-los, mediante o livre jogo dos relatos e diagramas, utilizando os instrumentos de representação adequados. Só se pode combater a abstração irrealizante com outra abstração, reveladora do que as cartografias oficiais e as representações autorizadas dissimulam (BOURRIAUD, 2011, p. 58).

Nesse sentido, não entendo que as escritas e as obras artísticas analisadas ensejam “a solução” ou “as respostas” para a atual problemática ambiental instituída pelo sintagma crise ambiental. Antes, elas direcionam para éticas da existência que atinam para outros mundos dentro desse mesmo mundo. Não situo essas singularidades como novas ordens a serem seguidas, ou a caminhos mais “verdadeiros” do que outros. Ressalto a sua importância dado que, enquanto não encontra formas de atualização, é pelas vias do virtual que uma sociedade reapropria-se da reconstrução do comum, no qual nada está dado a priori (ROLNIK, 2018).

É a capacidade de fabulação movida por essas virtualidades que nos permitirão, a todos e cada um não mais “sofrer passivamente o que nos acontece em nossas experiências da vida urbana, mas problematizá-las, assumindo uma posição ativa em relação a elas, instaurando a possibilidade de ‘novas práticas sociais, novas práticas de si na relação com o outro’” (ROMERO, 2018, p. 135).

A mesma desterritorialização brutal que desmantelou as instituições e os parâmetros que balizam a produção das formas de vida nos últimos anos fez com que as pessoas em condição de desterritorialização inventassem, também a partir das imagens, da criatividade, das relações artísticas, novas terras, novas nações, novos povos ali onde eles nem sequer existem (ROMERO, 2018, p. 135).

Por essas considerações, entendo que Guattari (2012) endossa os processos de criação que provém do âmbito da micropolítica ou microfísica, como chamaria Foucault. Os processos de subjetivação atrelados ao mundano, ao que se (re)significa a partir da singularização e da experiência, da história de vida e da afetação, são elementos que devem responder a essa crise ambiental, caso contrário, padecemos sob os poderes que emanam dos gabinetes. Os desdobramentos do Brasil nas últimas décadas nos ensinaram

que não bastou resistir macropolíticamente, uma vez que é na micropolítica que está presente a força de criação (ROLNIK, 2018).

Enredando para um desfecho, arrasto uma questão de Guattari que completa quase três décadas e permanece ainda atual: “Deveremos esperar as transformações políticas globais antes de empreender tais ‘revoluções moleculares’ que devem contribuir para mudar as mentalidades?” (GUATTARI, 2012, p. 155). Pensamos, todos juntos, que não! Barchi, Brum, Carvalho e Srur correspondem a subjetividades que nos atravessam e nos habitam quanto ao que concerne à criação.

[...] os meios de mudar a vida e de criar um novo estilo de atividade, de novos valores sociais, estão ao alcance das mãos. Falta apenas o desejo e a vontade política de assumir tais transformações. É verdadeiramente indispensável que um trabalho coletivo de ecologia social e de ecologia mental seja realizado em grande escala. Essa tarefa concerne às modalidades de utilização do tempo liberado pelo maquinismo moderno [...] É apenas em um clima de liberdade e de emulação que poderão ser experimentadas as vias novas do habitat e não através de leis e de circulares tecnocráticas (GUATTARI, 2012, p. 154).

Analisar a ecogovernamentalidade da dobradiça entre as tecnologias de dominação e as tecnologias de si permitiu cartografar um vislumbre de múltiplas modalidades de revide em curso. “A vida sobre a qual as técnicas de si incidem é, sobretudo, uma vida capaz de condutas, uma vida suscetível de adotar diversas direções” (PELBART, 2016, p. 259). Na medida em que uma vida é convocada a trabalhar para uma modalidade de poder vigente, há, sempre a mediação do sujeito.

Daí Foucault ter afirmado:

[...] que seja preciso considerar que essa governamentalidade assumida fatalmente a forma de fechamento, da vigilância ou do controle”, no encontro com a vida e “por uma série de intervenções, frequentemente sutis, chega-se com efeito a conduzir a conduta das pessoas ou a se conduzir de tal maneira que a conduta dos outros não possa ter os efeitos nocivos que se teme (FOUCAULT, 2012 *apud* CARVALHO, 2017, p. 35).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS [HÁ BRASIL POR VIR? ⁷³]

Os vaga-lumes que busquei visibilizar nessa investigação não estão dissociados da ecopolítica e das tecnologias imanentes a ela, mas acenam a mundos complementares, virtualidades, experimentações... Tão imprescindíveis quanto às garantias conferidas pela força da lei e dos acordos internacionais são as sensibilizações que eles provocam por contágio, uma vez que nos incitam a pensar no que fizemos de nós mesmos em meio a esse Antropoceno, essa era geológica na qual a crise ambiental nos assombra.

Ao cartografar os trabalhos de Barchi, Brum, Carvalho e Srur busquei demonstrar que não é somente por meio de palavras de ordem que se é atravessado pela crise ambiental de nossos tempos. Em vez da incerteza, as experimentações propiciadas pelas tecnologias de si em curso margeiam as forças da lei e de dispositivos de controle e manutenção de modos de vida esvaziados, mas atualizados na iminência dos acordos oficiais internacional e nacionalmente. Pela escrita e pelas máquinas estéticas (nenhuma delas de caráter prescritivo), instauram-se povos e relações não almejadas pela ecopolítica e ecogovernamentalidade. Se essas táticas nos (re)tiram (d)o mundo para nos oferecer outro – e sempre o mesmo – em troca, por outro lado, concordo com Schmidlin (2015, p. 41) de que “para resistir é preciso acreditar neste mundo ou, antes, no *outro* do mundo em um movimento infinito”.

O percurso cartográfico permitiu-me demonstrar que a mesma crise que se insinua como modo de governo pode atinar, também, a modos de governo de si mesmo, propondo curto circuitos com as “palavras de ordem”. Por meio das “palavras de fuga” e das máquinas estéticas não se clama por um projeto de sociedade, vontade da macropolítica por excelência, mas por sociedades que devém, à medida que devém as experimentações de um povo que a compõem. Disso decorre uma atualização para a noção de meio, na definição dada por Foucault, apresentada neste trabalho: o meio é resultante de certo número de efeitos sobre ele e sobre todos os que aí residem. O meio

⁷³ Arrasto a questão de Danowski e Viveiros de Castro (2017) “Há mundo por vir?” para pensar as considerações finais do recorte investigativo que cartografei.

pode ser expressão de um conjunto de formas, mas também de forças e intensidades que sobre ele se projetam, eis o protesto e a recusa às sujeições.

Não consagro as produções encontradas como um novo *lócus*, garantido de uma vez por todas como resistências estanques às táticas da ecogovernamentalidade. Em vez disso, entendo esses movimentos éticos como transitórios, sendo possível que novos dispositivos de captura surjam e, com isso, minimizem os contragolpes que se encontram em vigência. Novamente, é possível que uma nova parcela da vida se ressingularize e crie outras expansões e saídas, uma vez que os territórios existenciais se configuram na iminência de um dado contexto político. No tom da provisoriedade, “se [a cartografia] funciona é somente até que se imponha a necessidade de descobrir/inventar novas cartografias, novos mundos” (ROLNIK, 2016, p. 26).

Por fim, é imprescindível sinalizar no desfecho dessa pesquisa que a tática de poder referida como ecogovernamentalidade – caracterizada por um diagrama que vem se acentuando nas últimas quatro décadas – já vem sofrendo rupturas e ressignificações, pelo menos no cenário político brasileiro dos últimos anos⁷⁴. É como se essa tática, que cristalizou uma crise ambiental como verdade e palavra de ordem ensejadas para obter restrições e sacrifícios, tivesse sido uma fase necessária e anterior a próxima fase que vemos ganhar contorno: a espoliação e entrega, a míseros custos, dos bens naturais para satisfazer deputados da bancada ruralista, grandes latifundiários, mineradores, banqueiros e outras nações, principalmente aos EUA, este último aglutinado num perverso jogo de “patriotismo às avessas” capilarizado nas vontades que

⁷⁴ Sustentando-se em “argumentos” reacionários as preocupações com as questões ambientais no cenário brasileiro dos últimos anos vem sendo associadas a pautas esquerdistas (sic). Acredito que este paralelismo se fundamenta na tomada do poder pelas subjetividades rudes, que ataca qualquer imaginário progressista, concreto ou virtual, assentando-se sob arcaísmos tacanhos, cuja finalidade última é a liberação do capital estrangeiro ou financeirizado. Ainda que essa relação descrita anteriormente não tivesse nascimento no golpe de Estado de 2016, destaco este acontecimento como exemplar na neutralização dos processos de criação individual ou coletiva: “[...] a nova modalidade de golpe de Estado é, na verdade, não só um golpe contra o Estado de direito e a democracia e, portanto, contra a sociedade (em suas possíveis ações na esfera macropolítica), mas, mais radicalmente ainda, é um golpe contra a própria vida – não só a vida humana, individual e coletiva, mas a vida do planeta como um todo (esfera micropolítica)” (ROLNIK, 2018, p. 179).

orientaram a micropolítica mais recente. Essa segunda fase se caracteriza por um eclipsar da ecogovernamentalidade para atender uma nova dobra do capital. O corpo-planeta cede lugar às subjetividades rudes, para as quais a crise econômica está acima da crise ambiental, hierarquia potencializada por grande parte de veículos midiáticos que contribuem para o trabalho sujo.

Se ao elencar algumas instâncias que compunham o que chamei de dispositivo de meio ambiente pela Agenda nacional busquei acentuar os contornos de uma tática de poder em vigência, torna-se evidente que um dos passos dessa nova dobra do capital é o desmonte desse diagrama. Arrisco-me a afirmar que já percebemos esse desmonte em curso no momento em que esse trabalho de tese é defendido: iminência da saída do Brasil do Acordo de Paris ⁷⁵, a atribuição de pastas do MMA para outros ministérios aludindo, também, a iminência de sua extinção, os ataques ao Ibama e ao ICMBio, a não demarcação e abertura das terras indígenas à mineração e a flexibilização do licenciamento ambiental, para ficar apenas nesses exemplos. Na tônica foucaultiana, se o homem (como objeto de saber) é um rosto de areia prestes a desvanecer na orla do mar, o sujeito ecológico está com o movimento das ondas contado. Se esse quadro macro, mas, também, micropolítico se agravar, é possível que o sujeito ecológico seja lido pelas subjetividades reacionárias em ascensão como subjetivação a ser combatida, uma vez que todo quadro conservador se caracteriza pela projeção de mal-estar nas figuras de bode expiatório (o sujeito ecológico que, nesse novo regime, impede essa recente dobra do capital). No enfraquecimento dos processos de criação, essa projeção descrita anteriormente torna-se necessária para aqueles que se sentem ameaçados pelo fantasma da crise econômica agarrem-se a qualquer promessa de estabilidade e segurança (ROLNIK, 2018).

⁷⁵ Ainda que o presidente afirmasse durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça, que o Brasil não deixaria o Acordo de Paris sobre o clima, a alternância de sua decisão tem gerado controvérsia, uma vez que a retirada era pauta durante o período eleitoral. A iminência dessa decisão fez com que o embaixador da Alemanha no Brasil, Georg Witschel, cobrasse o governo brasileiro para adotar políticas públicas que expliquem à comunidade internacional as intenções da nova gestão nas áreas de direitos humanos e clima. Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/22/em-davos-jair-bolsonaro-diz-que-por-ora-o-brasil-nao-vai-deixar-o-acordo-de-paris-sobre-o-clima.ghtml>.

Se a ecogovernamentalidade, em suas táticas totalitárias, dissipa saberes e poderes sobre o meio ambiente, possibilitando, também, fugas ou práticas libertárias, não estou certo quanto a que efeitos⁷⁶ possíveis terão essas rupturas que já aparecem na ordem do dia. Um “enxugamento” das práticas policiaiscas orientadas por políticas de Estado não leva, necessariamente, a condições criadoras de estéticas da existência. Serão necessários outros/novos movimentos cartográficos para que nos arrisquemos a afirmar que tipos de mundos serão orientados pelas tecnologias que já se encontram em vigência.

⁷⁶ “[...] se nada garante que os efeitos de que são portadores aconteçam de fato, é porque no âmbito das resistências micropolíticas nada pode ser previsto e muito menos garantido” (ROLNIK, 2018, p. 95).

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Arqueologia da obra de arte**. Conferência de Giorgio Agamben em Scicli, Sicília, em 06 de Agosto de 2012. Disponível em: <http://flanagens.blogspot.com/2012/11/arqueologia-da-obra-de-arte.html>. Acesso em 18/05/2016.

ALVARES, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In. PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

ERTIÈRES, Philippe. Tornar-se anônimo. Escrever anonimamente. in. RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (organizadores). **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

BARCHI, Rodrigo. Uma ecologia do cão: diálogos entre a filosofia cínica e as perspectivas ecologistas em educação. in. PREVE, Ana Maria Hoepers; GUIMARÃES, Leandro Belinaso; BARCELOS, Valdo; LOCATELLI, Júlia Schateck (organizadores). **Ecologias inventivas**: conversas sobre educação. Edunisc: Santa Catarina, 2012.

_____. **Poder e resistência nos diálogos das ecologias licantrópicas, infernais e ruidosas com as educações menores e inversas (e vice-versa)**. Campinas: São Paulo, 2016. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In. PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

BARROS, Manoel de. **Livro sobre nada**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.

BOURRIAUD, Nicolas. **Radicante**: por uma estética da globalização. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CANDIOTTO, Cesar. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. in. Revista Filosofia Unisinos. Ed. 11. V. 1. p. 33-43, jan-abr., 2010. Disponível em: revistas.unisinos.br/index.php/filosofia/article/view/4632/1856. Acesso em: 16/10/2017.

CANTON, Katia. **Da política às micropolíticas**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. Creio na insurreição dos corpos: Foucault e um esboço de anarqueologia dos vivos de outros governos. in. RAGO,

Margareth; GALLO, Sílvio. (organizadores). **Michel Foucault e as insurreições: É inútil revoltar-se?** São Paulo: Intermeios, 2017.

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Foucault**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

CORRÊA, Guilherme Carlos. Ecologia e educação na sociedade de controle. in. PREVE, Ana Maria Hoepers; GUIMARÃES, Leandro Belinaso; BARCELOS, Valdo; LOCATELLI, Julia Schadeck (organizadores). **Ecologias inventivas: conversas sobre educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

COUCHOT, Edmond. Da representação à simulação: evolução das técnicas e das artes da figuração. in. PARENTE, André (organizador). **Imagem-máquina: a era das tecnologias do virtual**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. 2. Ed. Desterro [Florianópolis]: Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2017.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo, ed. 34, 1992.

_____. **A ilha deserta e outros textos**. São Paulo: Iluminuras, 2006.

_____. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. Postulados da linguística. in. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 2. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

_____. Acerca do ritornelo. in. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 4. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

_____. **Kafka: por uma literatura menor**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2017.

DELEUZE; Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **As Palavras e as Coisas**. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Segurança, Território, População**. Martins Fontes: São Paulo, 2008.

_____. **A hermenêutica do sujeito**: curso dado no Collège de France (1981-1982). 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

_____. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France. 2. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010b.

_____. **Nascimento da biopolítica**. Lisboa: Edições 70, 2010c.

_____. Conversa com Michel Foucault. in. FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos, volume VI**: Repensar a política. (Organizado por Manoel Barros da Motta). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010d.

_____. **A ordem do discurso**. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012a.

_____. A vida dos homens infames. in. FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos, volume IV**: estratégia, poder-saber. (Organizado por Manoel Barros da Motta). 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012b.

_____. De espaços outros. **Estudos avançados**, 2013a, v. 27, n. 79, p. 113-122.

_____. O sujeito e o poder. in. DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013b.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 41. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013c.

_____. As Técnicas de Si. In. FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**, v. IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. (Organizado por Manoel Barros da Motta). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a.

_____. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

_____. Prefácio. In. FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**, v. IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. (Organizado por Manoel Barros da Motta). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014c.

_____. **História da sexualidade 2**: O uso dos prazeres. São Paulo: Paz e Terra, 2014d.

_____. A governamentalidade. in. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**; (organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado). 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015a.

_____. Sobre a História da Sexualidade. in. **Microfísica do poder**; (organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado). 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015b.

_____. Por uma genealogia do poder. In. **Microfísica do poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015c.

_____. Verdade e poder. in. **Microfísica do poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015d.

_____. **O belo perigo**. Conversa com Claude Bonnefoy. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

_____. A escrita de si. in. FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos, volume V**: ética, sexualidade, política. (Organizado por Manoel Barros da Motta). 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017a.

_____. A ética do cuidado de si como prática da Liberdade. in. FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos, volume V**: ética, sexualidade, política. (Organizado por Manoel Barros da Motta). 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017b.

_____. O uso dos prazeres e as técnicas de si. in. FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos, volume V**: ética, sexualidade, política. (Organizado por Manoel Barros da Motta). 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017c.

GALLO, Sílvio. **Deleuze & a Educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

GODOY, Ana. Conservar docilidades ou experimentar intensidades. in. PREVE, Ana Maria; CORRÊA, Guilherme (organizadores). **Ambientes da ecologia**: perspectivas em política e educação. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007.

_____. **A menor das ecologias**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. Um modo de habitar [sobre restos]. in. PREVE, Ana Maria; GUIMARÃES, Leandro Belinaso; BARCELOS, Valdo; LOCATELLI, Julia Schadeck (organizadores). **Ecologias inventivas**: conversas sobre educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2009.

_____. **Caosmose**: um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 2012.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 12. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

GUIMARÃES, Leandro Belinaso; FERREIRA, Maira; VICENTINI, Shaula Maíra. Olhares para práticas de Educação Ambiental endereçadas a escolas. in. ARRUDA, Vera Lícia Vaz; HANAZAKI, Natalia (organizadores). **Tecendo reflexões em educação e meio ambiente**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **Revista ClimaCom Cultura Científica**: pesquisa, jornalismo e arte. Ano 3. n. 5. Abril de 2016 (p. 139-146). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4197142/mod_resource/content/0/HARAWAY_Antropoceno_capitaloceno_plantationoceno_chthuluceno_Fazendo_parentes.pdf. Acesso em: 12 de Janeiro de 2019.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque; VEIGA-NETO, Alfredo da; FILHO, Alípio de Souza. Uma cartografia das margens. in. JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque; VEIGA-NETO, Alfredo da; FILHO, Alípio de Souza (organizadores). **Cartografias de Foucault**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In. PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

INVISÍVEL, Comitê. **Aos nossos amigos**: crise e insurreição. 2. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e Educação. in. SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. 8. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

LATOUR, Bruno. **Cogitamus**: seis cartas sobre as humanidades científicas. São Paulo: Editora 34, 2016.

LEME, José Luís Câmara. A crise da governamentalidade e o poder ubuesco. in. JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque; VEIGA-NETO, Alfredo; FILHO, Alípio de Souza (organizadores). **Cartografias de Foucault**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011 (Coleção Estudos Foucaultianos).

MALDONADO, Maritza Maciel Castrillon. **A ordem do discurso da educação ambiental**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

MALETTE, Sébastien. Foucault para o próximo século: ecogovernamentalidade. **Ecopolítica**. v. 1. 2011 (p. 4-25). Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/7654>> Acesso em 26/11/2016.

MENDIETA, Eduardo. A prática da liberdade. in. TAYLOR, Dianna. **Michel Foucault**: conceitos fundamentais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

MCGUSHIN, Edward. A teoria e a prática da subjetividade de Foucault. in. TAYLOR, Dianna. **Michel Foucault: conceitos fundamentais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

NEGRI, Antônio; GUATTARI, Félix. **As verdades nômade**s: por novos espaços de liberdade. São Paulo: Autonomia Literária e Editora Politeia, 2017.

NOAL, Fernando Oliveira; REIGOTA, Marcos; BARCELOS, Valdo Hermes de Lima (organizadores). **Tendências da Educação Ambiental brasileira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.

PALHARINI, Luciana. **A Educação Ambiental enquanto acontecimento**. In: 28a Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), 2005, Caxambu/ MG. Anais da 28a Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd). Rio de Janeiro/ RJ: ANPEd, 2005. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt22-3132-int.pdf>. Acesso em 03/05/2018.

PASSETTI, Edson. Ecopolítica e controle por elites. in. PREVE, Ana Maria; CORRÊA, Guilherme. (organizadores). **Ambientes da ecologia: perspectivas em política e educação**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007.

_____. Ecopolítica: procedências e emergência. in. CASTELO BRANCO, Guilherme; VEIGA-NETO, Alfredo (organizadores). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

_____. Transformações da biopolítica e emergência da ecopolítica. **Ecopolítica**. São Paulo. v. 5. 2013b (p. 2-37). Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/15120/11292> > Acesso em 07/12/2016.

_____. Micropolítica como tecnologia governamental. **Ecopolítica**. n. 17. 2017 (p. 59-73). Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/34565> > Acesso em 10/12/2017.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides. A Cartografia como método de pesquisa-intervenção. In. PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In. PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PELBART, Peter Pál. **O avesso do niilismo**: cartografias do esgotamento. 2. ed. São Paulo: n-1 edições, 2016.

_____. **Por uma arte de instaurar modos de existência que “não existem”**, 2017. Disponível em: <https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2017/05/02/por-uma-arte-de-instaurar-modos-de-existencia-que-nao-existem-peter-pal-pelbart/>. Acesso em 30/07/2018.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

REIGOTA, Marcos; DO PRADO, Bárbara Heliodora Soares (organizadores). **Educação Ambiental**: utopia e práxis. São Paulo: Cortez, 2008.

RODRIGUES, Thiago. Segurança planetária, entre o *climático* e o *humano*. **Ecopolítica**. São Paulo. v. 3. 2012 (p. 5-41). Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/11385>> Acesso em 26/11/2016.

ROLNIK, Suely. Despachos no museu: sabe-se lá o que vai acontecer... in. RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (organizadores). **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. 2. ed. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2016.

_____. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 edições, 2018.

ROMERO, Manuela Linck de. **Cartografias de experiências urbanas**: corpo, pensamento e cidade em movimento. Curitiba: Appris, 2018.

SANTOS, Laymert Garcia. Escutas em transe. **Revista Serrote**. n. 23. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2016. p. 28-32.

SCHMIDLIN, Elaine. Por [entre] paisagens. in. GUIMARÃES, Leandro Belinaso; KRELLING, Aline Gevaerd; PEREIRA, Juliana Cristina; DAL PONT, Karina Rousseng (organizadores). **Ecologias inventivas**: experiências das/nas paisagens. Curitiba: Editora CRV, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu; CORAZZA, Sandra Mara; ZORDAN, Paola. **Linhas da escrita**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SIQUEIRA, Leandro. Derivas siderais, ecopolítica e governamentalidade planetária. **Ecopolítica**. São Paulo. v. 15. 2016 (p. 2-36). Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ecopolitica/article/view/28360/20571>>. Acesso em: 22/08/2017.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**: resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

VEIGA-NETO, Alfredo; RECH, Tatiana Luiza. Esquecer Foucault? **Proposições**. V. 25, N. 2 (74). P. 67-82. Maio/Ago, 2014.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. Ecopolítica: um novo horizonte para a biopolítica. **Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental**. V. Especial, dez/2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/4860/3045>. Acesso em: 22/08/2017.

WILSON, Osborne Edward. **Diversidade da vida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FONTES

BARCHI, Rodrigo. A educação ambiental contra o desenvolvimento sustentável. **Jornal Cruzeiro do Sul**, 2017. Disponível em: <https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/773312/a-educacao-ambiental-contra-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 22/07/2017.

BRUM, Eliane. Belo Monte, empreiteiras e espelinhos: como a mistura explosiva entre o público e o privado, entre o Estado brasileiro e as grandes construtoras, ergueu um monumento à violência, à beira do Xingu, na Amazônia. **Jornal El País**, 2015a. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/06/opinion/1436195768_857181.html. Acesso em: 14/11/2016.

_____. O dia em que a casa foi expulsa de casa: a maior liderança popular do Xingu foi arrancada do seu lugar pela hidrelétrica de Belo Monte, a obra mais brutal – e ainda impune – da redemocratização do Brasil. **Jornal El País**, 2015b. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/14/opinion/1442235958_647873.html. Acesso em 14/11/2016.

_____. Esquerda, direita e o embargo da memória: como no Brasil atual o original e o realmente novo são silenciados para que discursos viciados possam ser mantidos para a ocupação do poder. **Jornal El País**, 2018a. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/26/opinion/1519658924_002382.html.

Acesso em: 12/03/2018.

_____. Vidas barradas de Belo Monte: eles tinham uma ilha, hoje passam fome – como um povo foi convertido em pobre na cidade mais violenta do Brasil. **UOL**, 2018b. Disponível em: <https://www.uol/noticias/especiais/vidas-barradas-de-belo-monte.htm>. Acesso em: 12/03/2018.

ESCOLA, Boletim Arte na. Artista Roberta Carvalho. Disponível em: <http://artenaescola.org.br/boletim/materia.php?id=77410>. Acesso em: 05/07/2018.

SRUR, Eduardo. Caiaques. Disponível em: <http://www.eduardosrur.com.br/intervencoes/caiaques>. Acesso em: 05/07/2018.

_____. PETS. Disponível em: <http://www.eduardosrur.com.br/intervencoes/pets>. Acesso em: 05/07/2018.